

**Da democracia racial a ação afirmativa: o caso da Universidade
Estadual do Norte Fluminense**

Trabalho apresentado a título de Defesa de
Dissertação de Mestrado em Políticas
Sociais/Universidade Federal Fluminense
por Ludmila Gonçalves da Matta

Niterói
Julho-2005

Sumário

1 – INTRODUÇÃO

| | | |
|-----|--------------------------------|---|
| 1.1 | Objetivos | 1 |
| 1.2 | Problematização | 1 |
| 1.3 | Metodologia..... | 3 |
| 1.4 | Organização dos capítulos..... | 4 |

2 – PERCORRENDO A HISTÓRIA

| | | |
|-----|---|----|
| 2.1 | Da escravidão à abolição | 5 |
| 2.2 | Segregação versus miscigenação..... | 7 |
| 2.3 | Da democracia racial à ação afirmativa..... | 11 |

3 – DESIGUALDADES INTER-RACIAIS

| | | |
|-----|---|----|
| 3.1 | Desigualdades no contexto brasileiro | 16 |
| 3.2 | Desigualdade no acesso à educação..... | 18 |
| 3.3 | Desigualdades sociais: o dilema negro e pobre | 19 |

4 – DISCUTINDO A AÇÃO AFIRMATIVA

| | | |
|-----|------------------------------------|----|
| 4.1 | Conceituando ação afirmativa | 23 |
| 4.2 | A lei de cotas | 30 |
| 4.3 | O <i>locus</i> da ação: UENF | 34 |

5 – A UENF E AS COTAS: AVALIAÇÃO DO PROCESSO

| | | |
|-----|---|----|
| 5.1 | Avaliando o desempenho..... | 37 |
| 5.2 | Discutindo a permanência | 76 |
| 5.3 | Condição social versus acesso às cotas..... | 90 |

6 - IDENTIDADE E DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA UENF

| | | |
|-----|---|-----|
| 6.1 | Identidade étnico/racial e as cotas | 105 |
| 6.2 | Discriminação versus o discurso da igualdade..... | 110 |

7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

8 - BIBLIOGRAFIA

9 - APÊNDICE

1 – INTRODUÇÃO

1.1 Objetivos

Este trabalho tem por objetivo geral oferecer uma introdução à discussão sobre políticas de ação afirmativa e sistemas de cotas no Brasil a partir da abordagem do caso específico da implementação da política de reserva de cotas para estudantes negros ou pardos na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF).

No caso específico da UENF, consideramos o processo de formulação e implementação da política de cotas ocorrido a partir do vestibular de 2003 quando vigorou a Lei nº 3708 de 09 de novembro de 2001 que reservou 40% das vagas das Universidades Estaduais do Rio de Janeiro UENF e UERJ para negros ou pardos . Esta lei ano de 2004 foi revogada pela Lei nº 4151 que instituiu nova disciplina sobre as cotas.

Como nossos estudos tiveram início no ano de 2004 preferimos por questões metodológicas abordar nesta pesquisa apenas a implementação da Lei nº 3708 uma vez que entre um processo e outro existe uma grande diferença, pois no primeiro ano não era exigida a comprovação de carência que se torna obrigatória a partir de 2004.

Tivemos como objetivo traçar o perfil sócio-econômico dos alunos beneficiados pelas cotas para negros e pardos; o perfil do desempenho acadêmico em relação aos alunos que não entraram pelas cotas; avaliação de relações de preconceito e construção da identidade; avaliamos também as condições de permanência destes alunos na Universidade.

1.2 Problematização

A Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) são as primeiras instituições públicas a implementar políticas específicas para a população negra. No entanto, a implementação de políticas de ação afirmativa no Estado do Rio de Janeiro se inicia a partir da reserva de vagas para estudantes da rede pública de ensino do estado com a implementação da Lei 3524 de 28 de dezembro de 2000 que declara os critérios de seleção e admissão de estudantes

da rede pública estadual de ensino em universidades públicas estaduais como dispõe os artigos da Legislação Estadual do Rio de Janeiro que reserva 50% das vagas para estudantes da rede pública de ensino do Estado do Rio de Janeiro.

Um ano após a instituição da Lei de cotas para rede pública o então Governador Anthony Garotinho decreta a Lei Estadual nº 3708 de 09 de novembro de 2001 que reserva 40% das vagas relativas aos cursos de graduação oferecidas pela UENF e pela UERJ para negros e pardos não fazendo distinção entre estes. A implementação destas leis foi o ponto de partida para o debate sobre as políticas de ação afirmativa, mais especificamente a política de cotas.

Esta pesquisa tem como recorte o vestibular de 2003, mais especificamente os 109 alunos que se autodeclararam negros ou pardos dentre os 415 alunos que ingressaram na UENF naquele ano.

1.3. Metodologia

Inicialmente foi feita uma revisão bibliográfica a partir do tema proposto, ou seja, a política de cotas para negros e pardos. Num segundo momento foi feito um levantamento estatístico junto à câmara de graduação e secretaria acadêmica da UENF para mapear a entrada destes alunos na instituição, bem como os sistemas de seleção e acompanhamento dos estudantes.

É parte da pesquisa também a aplicação de 142 questionários¹ a partir do qual estamos fazendo um levantamento sócio-econômico dos alunos cotistas e não cotistas. Essa amostra foi calculada num percentual de 20% sobre o total de alunos que ingressaram na UENF em 2003. Foram também entrevistados² 26 alunos sendo um representante cotista e um não cotista de cada curso a título de análise qualitativa.

A partir dos dados coletados (entrevistas, questionários, dados da secretaria acadêmica) fizemos uma avaliação do processo de implementação das cotas no ano de 2003

1.4 Organização dos capítulos

¹ O questionário encontra-se no apêndice.

² O roteiro das entrevistas encontra-se no apêndice

Neste capítulo inicial damos as diretrizes do nosso trabalho apontando os objetivos, as indagações teóricas, a metodologia e a organização dos capítulos.

No segundo capítulo fizemos uma pequena exposição sobre o período escravocrata brasileiro e dissertamos sobre as possibilidades de inserção do negro na sociedade brasileira. Também neste capítulo discutimos a questão da miscigenação versus a segregação, o caso brasileiro e o americano. Por fim neste capítulo expusemos uma discussão sobre ação afirmativa e democracia racial, ou seja, a passagem do mito e o reconhecimento da desigualdade.

No capítulo três discutimos a questão da desigualdade racial no contexto geral do Brasil, desigualdade na educação, desigualdade social, o dilema negro e pobre. Neste capítulo tentamos demonstrar a partir de alguns indicadores o quadro de desvantagem da população negra em relação à branca na sociedade brasileira.

No capítulo quatro estamos definindo alguns conceitos como ação afirmativa e política de cotas. O processo da instituição da lei de cotas e o caso específico da ação afirmativa na UENF também são temas deste capítulo.

No capítulo cinco temos a parte empírica da pesquisa na qual estamos analisando os dados coletados. Neste capítulo temos a análise dos questionários aplicados, a análise dos dados coletados na secretaria acadêmica sobre o desempenho acadêmico e o vestibular, e também a análise de entrevistas coletadas entre os alunos. A análise desses dados nos dá suporte para fazer uma avaliação do processo de instituição das cotas na UENF.

No capítulo seis discutimos a construção da identidade no campus, ou seja, como a implementação da política de cotas pode interferir na construção da identidade étnica/racial. Neste capítulo também discutimos a questão da discriminação e das relações sociais na universidade.

CAPÍTULO 2- PERCORRENDO A HISTÓRIA

2.1 Da escravidão à abolição

O tema proposto nesta pesquisa é relativamente recente na literatura científica brasileira, uma vez que se pretende analisar uma política implantada a menos de um ano no Brasil. No entanto, desde a década de 60 esta política faz parte da agenda Norte Americana.

Ao trabalhar com a política de cotas faz-se necessário revisar alguns clássicos da literatura brasileira e internacional que permeiam algumas questões correlatas como: o racismo, direitos sociais, desigualdades, inclusão, política social e cidadania.

Joaquim Nabuco aparece como um clássico da discussão sobre o negro³ no Brasil. Ele define bem o mau que a escravidão causou a formação da nação brasileira e como este período nefasto da nossa história contribuiu para formação de uma base social esgarçada. Vejamos:

“ A verdade é que as vastas regiões exploradas pela escravidão colonial tem um aspecto único de tristeza e abandono: não há nelas o consórcio do homem com a terra, as feições da habitação permanente, os sinais do crescimento natural. O passado está aí visível, não há, porém, prenúncio do futuro: o presente é o definhamento gradual que precede a morte. A população não possui definitivamente o solo: o grande proprietário conquistou a Natureza com os seus escravos, explorou-o, enriqueceu pó ele extenuando-o, depois faliu pelo emprego extravagante que tem quase sempre a fortuna mal adquirida e, por fim, esse solo voltou à natureza, estragado e exausto”. (NABUCO, 1977:144)

Esta citação nos leva a refletir sobre a imagem brasileira construída a partir da visão de Nabuco. Um Brasil sem futuro endossado por cada página do clássico *O Abolicionismo*: “A escravidão explorou parte do território estragando-o, e não foi além, não o abarcou todo, porque não tem iniciativa para migrar, e só avidez para estender-se. Por isso, o Brasil é ainda o maior pedaço de terra incógnita no mapa do globo”. (NABUCO, 1977:151)

Nabuco (1977) descreve o cenário hostil que permeia a sociedade escravagista no início da década de 80 do século XIX, onde os negros eram uma maioria sobre o comando de uma aristocracia imponente. E hoje, como estará a situação do negro no Brasil? Mais de um século se passou e a literatura atual reconhece que a situação do negro ainda é um problema para ser resolvido pela sociedade brasileira. Carvalho (1997: 99) descreve que apesar dos negros se constituírem em uma maioria em nosso território,

³ Estamos denominando como “negros” ou “afro-descendentes” aqueles que na classificação do IBGE aparecem como “pretos” e “pardos”.

estes ainda são tratados como “minorias”, ou seja, um grupo que diverge antropofisicamente do tipo padrão branco luso-brasileiro. Vejamos:

“Do ponto de vista desta “minoria” negra, passados 109 anos da abolição da escravidão, ela realmente não acabou. A sociedade brasileira, que deveria surgir harmônica, original e nova depois de séculos de miscigenação, não vingou. Nossa cultura mantém a discriminação (já que não pode mais escravizar), submetendo os negros aos sistemas de exploração do trabalho e ao desemprego; à marginalização social, educacional e cultural; à discriminação religiosa e, principalmente à segregação racial”. (CARVALHO, 1997:99-100)

Em 1888 aboliu-se a escravidão no Brasil e logo em seguida em 1889 o Brasil acaba com o Sistema Monárquico e se torna uma República, estes acontecimentos que marcaram a história brasileira, ocorrem no mesmo período em que a América do Norte estava construindo um ideário democrático. Aléxis de Tocqueville (1962) descrevia que a América era o país onde a igualdade estava mais desenvolvida e que o futuro da Europa seria aquela igualdade e liberdade construída pelos norte-americanos. E, realmente, como previu Tocqueville hoje a democracia que ele considera sinônimo de igualdade permeia quase todo o mundo.

O fato é que a abolição da escravidão no Brasil não ocorreu por decorrência de uma vontade popular, mas foi assim como a Proclamação da República uma estratégia política da elite imperial, como demonstra José Murilo de Carvalho:

“A Monarquia aboliu a escravidão em 1888. Mas a medida atendeu antes a uma necessidade política de preservar a ordem pública ameaçada pela fuga em massa dos escravos e a uma necessidade econômica de atrair mão-de-obra livre para as regiões cafeeiras. O problema social da escravidão, o problema da incorporação dos ex-escravos à vida nacional e, mais ainda, à própria identidade da nação, não foi resolvido e mal começava a ser enfrentado”. (1990:24)

Nem mesmo, os decorrentes 116 anos de república foram capazes de incorporar efetivamente o negro na sociedade brasileira. Pois mesmo após a abolição, a liberdade que se deu aos negros ainda era submetida à vontade dos brancos que ocupavam as posições sociais superiores. Como afirma Silvério: "Desta forma, o problema do negro é, primariamente, um problema para os brancos que “determinam” a direção do desenvolvimento, e tentam situar o negro na sociedade de forma subalterna”. (2003:1)

2.2 Segregação versus miscigenação

A consolidação da democracia nos Estados Unidos e também no Brasil não foi capaz de acabar com as desigualdades criadas entre brancos e negros. Mas, devemos salientar que a origem da diferença entre brancos e negros divergem entre estes países. Nos Estados Unidos a discriminação está ligada a descendência africana, enquanto que no Brasil ela está mais ligada ao fenótipo (cor da pele, textura do cabelo, espessura do nariz e da boca). Estas formas de lidar com o racismo fazem com que as discriminações contra os negros tomem pontos diferenciados entre Brasil e Estados Unidos. Neste último ocorreu um processo de segregação, onde se separaram ideologicamente e fisicamente brancos e negros, enquanto que no Brasil ocorre um processo de miscigenação como demonstra Telles:

“... a grande maioria das pessoas com ascendência africana nos Estados Unidos é classificada como negra. No Brasil, muitas pessoas são classificadas ou que se identificam como brancas possuem ascendência africana. Isso sem mencionar aqueles classificados como pardos, morenos, mestiços, mulatos, pretos ou negros. Portanto, a raça no Brasil se baseia principalmente na cor da pele de uma pessoa e sua aparência física e não na descendência africana.” (2003:15-16)

A diferenciação entre Brasil e Estados Unidos aparece ainda envolvida entre outras dicotomias. Como afirma DaMatta (2000) nos Estados Unidos da América uma sociedade marcada por linhas horizontais na escala social a diferenciação aparece por meio de segregação. Enquanto, na sociedade brasileira que se caracteriza por padrões hierárquicos onde a sociedade se divide em linhas verticais, o lugar do negro já estava demarcado dentro da escala social não sendo necessário a criação de mecanismos de segregação. DaMatta (2000) coloca o cerne da diferenciação entre Brasil e Estados Unidos no fato dos norte-americanos não desejarem a miscigenação. Enquanto o Brasil primou pela mestiçagem: “Numa palavra, todo o problema era que, muito embora se pudessem tomar as raças como tendo qualidades positivas, colocando a raça branca como inquestionavelmente superior o que não se podia realizar era a mistura ou o cruzamento entre elas”. (DAMATTA,2000:77)

No entanto, a miscigenação é um argumento muito utilizado para mascarar as relações de discriminação racial e impedir a implementação de políticas direcionadas para os negros (frente ao argumento de que este grupo não está absolutamente definido em nossa sociedade). Argumenta-se assim que no Brasil haveria uma escala de cor, enquanto que nos Estados Unidos a divisão seria muito estanque, ou seja, negros e brancos.

É importante também salientar a conotação do termo raça que neste trabalho se pauta principalmente na classificação sociológica do termo não tendo nenhuma ligação com fatores biológicos como define Gomes (2003:08): " raça... a social, aquela que é definida nas relações sociais, que emerge do reconhecimento socialmente conferido aos indivíduos, a partir de aspectos e estereótipos físicos, culturais, comportamentais e etc."

Como também podemos observar no argumento de Guimarães: "Precisamos ainda usar a palavra "raça" de um modo analítico, para compreender o significado de certas classificações sociais e de certas orientações de ações informadas pela idéia de raça". (2002:53)

A literatura apresenta diversas explicações para a utilização do termo "raça". " A posição de Winant é que raça é um fato social no sentido durkheimiano, isto é, independe da vontade individual e para ele não existe nenhum declínio do significado de raça, mais sim alterações de significados que podem ser apreendidas por meio de mudanças sócio-estruturais". (WINANT,2000 :169-185 apud, SILVÉRIO,2003 :7)

Para Ahyas Siss (2003:22) a categoria é entendida como mecanismo de estratificação social fundamentada principalmente na questão da cor da pele e textura do cabelo características estas que se constituem em mecanismos importantes para distinção social. Ou seja, a questão é o envolvimento da categoria raça com a manifestação desta na sociedade, não se colocando em pauta as questões biológicas.

Segundo algumas perspectivas a diferenciação não ocorre em termos raciais e sim de classes, ou seja, no Brasil não existe preconceito de raça e sim de classe. Guimarães (2002) demonstra que realmente é possível se fazer uma relação entre pobreza e cor da pele. No entanto, uma diferenciação não exclui a outra, pois: "Assim, o mercado e o governo discriminam duplamente o negro". (GUIMARÃES, 2002:68)

No entanto, o fato de ocorrer à miscigenação no Brasil esta não exclui o fato destes "mestiços" sofrerem discriminações como endossa Telles:"Mas as ideologias da mestizaje não evitaram as injustiças raciais que, cada vez mais são reveladas por toda

essa região. Atualmente muitos sociólogos têm chegado a um consenso de que a mistura racial representa pouco mais do que uma metáfora”. (2003:17)

Contanto, foi justamente o fato da difusão da idéia de que o Brasil seria um país formado pela união das três raças (brancos, negros, índios) que fez com que a questão da discriminação racial fosse tratada como um tema inexistente na cultura brasileiro. A Gilberto Freyre atribui-se o legado de profusão da “democracia racial”, convivência harmônica entre as raças, onde o Brasil se apresenta ao mundo como um “paraíso tropical” como observamos no argumento de Telles:“Freyre argumentava que o Brasil era único dentre as sociedades ocidentais por sua fusão serena dos povos e culturas européias, indígenas e africanas. Assim, ele sustentava que a sociedade brasileira estava livre do racismo que afligia o resto do mundo.”. (2003:50)

A contribuição de Freyre, mesmo não tendo ele mencionado o termo “democracia racial” em suas obras foi o marco para propagação da ideologia da mistura racial que mais tarde transformou-se num mito da cultura brasileira. No entanto, a literatura demonstra que outros escritores renomados também contribuíram para a propagação desta ideologia, como Jorge Amado o fez através de seus romances que retratava a brasilidade e exaltava a miscigenação. O papel dos intelectuais da época foi fundamental para disseminação do mito da democracia racial e para transformá-lo em ideologia dominante. Esta ideologia se apresenta por meio de um conjunto de crenças e práticas sobre raça que foi disseminado através da cultura para todo o povo brasileiro e também levado para o exterior. O mito inclui ainda a idéia de que o povo brasileiro vem há tempos se misturando racialmente como nenhuma outra sociedade o fez.

Hasenbalg demonstra também o papel do Estado na consolidação do mito:"As noções acerca da democracia racial foram formuladas por intelectuais a partir de idéias preexistentes, e no caso do Brasil, foram encampadas pelo Estado e oferecem a definição oficial da situação." (1996:237)

A partir da idéia de mistura racial veio à teoria da mestiçagem citada anteriormente que segundo Ahyas Siss (2003:47) consiste em uma dupla mestiçagem que envolve o biológico e o cultural. Assim, o relacionamento entre negros e brancos não acontece apenas no âmbito do intercuro sexual como também em termos culturais não podendo identificar uma cultura negra propriamente dita, pois tudo se resumiria à cultura brasileira.

A idéia de uma única raça (decorrente da mistura entre brancos, negros e índios) e de uma única cultura constituem a base do pensamento que norteia o mito da

democracia racial. Desta forma a identificação da diferença seria vista como a negação do mito. No entanto, a construção do mito sobrepõe a existência das diferenças reais entre brancos, negros e índios que podem se identificados pelo status que estes assumem na sociedade brasileira. Como demonstra a fala de Telles (2003:307) ao se referir à população negra: "Essa desigualdade não é apenas material, mas também abrange relações de poder desiguais, a sensação subjetiva de inferioridade de um cidadão ou seu tratamento como inferior e sua inabilidade de participar efetivamente da vida social".

A desigualdade enfrentada pela população negra pode ser entendida pela prática do racismo como define Silvério (2003): "o racismo é uma tentativa de justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam as exclusões raciais em termos de distinções genéticas e biológicas, ou seja, naturais". Para Silvério (2002) o racismo biológico e a discriminação cultural não constituem dois sistemas distintos, mas dois registros do racismo. Para tanto, o que se vê é a negação da cultura afro-brasileira identificando-a apenas como cultura brasileira.

O termo racismo ficou por um período da história brasileira proibido de ser mencionado, isso devido ao fato de que a mistura de raça seria a prova de que não há racismo (diferenciação) e a utilização do termo significaria uma apologia à discriminação.

A construção da ideologia da democracia racial inaugurado com a obra de Freyre fez parte do pensamento social brasileiro com poucos questionamentos até a década de setenta. A partir da década de setenta essa ideologia passa a ser mais questionada.

"Eu tendo, ao contrário, a analisar a "democracia racial" brasileira como uma ideologia historicamente datada, materializada em práticas sociais, em políticas estatais e em discursos literários e artísticos. Tal ideologia reinou sem grande contestação, grosso modo, dos 1930 aos 1970, e apenas a partir daí passou a ser crescentemente afrontada, submetendo-se a reformas que a descaracterizam". (GUIMARÃES,2003:55)

Somente a partir da década de oitenta após a divulgação do Manifesto do Movimento Negro Unificado, é que o argumento *freyriano* passa a ser mais fortemente contestado. Com ressalva, podemos considerar também o trabalho de Florestan Fernandes realizado na década de 50, que já acenava para contestação do mito fundador.

“Fernandes concluiu que o racismo era muito difundido na sociedade brasileira, apesar de culpar os próprios negros pelos efeitos sociais e psicológicos da escravidão, dada a sua inabilidade em competir com os brancos no recém-industrializado mercado de trabalho”.(TELLES, 2003:59)

No entanto as teses desenvolvidas na década de cinquenta foram aniquiladas na década seguinte pelos governos militares que davam total apoio à teoria da “democracia racial”. Com a redemocratização na década de oitenta e a reorganização do movimento negro é que iremos retomar a discussão sobre questões raciais no Brasil.

2.3 Da democracia racial à ação afirmativa

A desconstrução do mito da “democracia racial” que vai marcar as décadas seguintes à década de 70 entra na agenda nacional principalmente pelo trabalho do Movimento Negro Nacional, movimento este que tem um grande significado para a história do negro no Brasil como apresenta Ahyas Siss:

“Já o Movimento Negro Nacional deve ser compreendido como o conjunto de iniciativas de natureza política, educacional, cultural, de denúncia e de combate ao preconceito racial e às práticas racistas, de reivindicação, de mobilização e de pressão política na luta pela implementação de uma cidadania plena aos brasileiros em geral e aos afro-brasileiros em particular, atuando, portanto, em prol da igualdade e da valorização dos seres humanos”.
(2003:22)

Com a desconstrução do mito, refutado principalmente pelo Movimento Negro organizado, que demonstra através essencialmente do uso de dados estatísticos a discriminação racial, é que o Brasil passa de paraíso a inferno racial (SCHWARCZ,1993).

Embora, o “mito da democracia racial” tenha se constituído como um marco na história do racismo brasileiro, outra tese, a do “branqueamento” também fez parte de nossa agenda política e social. Esta se constituiu até a construção do “mito da democracia racial” como pensamento dominante na elite portuguesa, que comandava o Brasil neste período.

A tese do branqueamento era a crença na qual a partir da mistura entre brancos e negros, a raça branca (como sendo uma raça superior) predominaria sobre a negra (inferior) e haveria um melhoramento genético.

Esta tese possuía muitos seguidores no Brasil como: Sylvio Romero, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna e outros que acreditavam que através da infusão do sangue europeu no Brasil poderiam “melhorar” a raça. Melhorar no sentido que eles afirmavam que a condição de atraso do Brasil neste período era decorrente das características do povo. Ou seja, negros, sem qualificação, sem princípio de moralidade e pouco capazes para o trabalho. O branqueamento consiste como demonstra Telles no fato de que:

“Esses acadêmicos aceitavam as previsões racistas de inferioridade do negro e do mulato mas acreditavam que essa inferioridade poderia ser suplantada através da miscigenação. Com base em sua interpretação de eugenia e sua sensibilidade as teorias de degeneração racial e tropical, os acadêmicos brasileiros propuseram a solução do “branqueamento”, através da mescla de brancos e não brancos”. (2003:45)

Um acontecimento importante que serviu como aliado dos eugenistas⁴ foi à maciça imigração de trabalhadores europeus brancos para o Brasil que serviu como substrato material para a tese do branqueamento (SKIDMORE, 1976 apud SISS,2003:33). Este argumento sustenta a idéia de que a miscigenação levaria, no futuro, ao surgimento de um tipo racial branco adaptado às condições tropicais das Américas (SISS,2003:34).

No entanto, a miscigenação como dito anteriormente não provocou o que previam os eugenistas a extinção da raça negra, mas serviu como substrato para a dominação da raça branca.

Ainda hoje enfrentamos problemas quanto à discussão sobre raça no Brasil, pois passamos do mito de uma sociedade sem conflitos raciais ao reconhecimento que estes conflitos existem e que devem ser solucionados. O discurso democrático sempre serviu de pano de fundo para mascarar as desigualdades, mesmo quando estávamos sobre a mais férrea das ditaduras a retórica era de democracia. "Talvez a palavra mais ouvida nos discursos militares tenha sido democracia, em nome da democracia fechou-se o Congresso". (CHIAVENATO,1994:74-76)

E o que seria a democracia brasileira? Democracia racial? Acho relevante revisar este tema na literatura. Miguel (2002) em artigo sobre a democracia discute a visão clássica do conceito e a visão mais difundida:

⁴ Os eugenistas norte-americanos adotaram “a risca a eugenia mendelina, que seguia estritamente a herança genética e suas implicações raciais”. (TELLES,2003:45)

“ A concepção corrente de “democracia”, tanto no senso comum como no ambiente acadêmico, está cindida em dois. De um lado, a idéia de “ governo do povo”, que corresponde a seu significado etimológico; é a herança dos gregos, que nos deram a palavra e parte do imaginário associado a democracia. De outro, a democracia está ligada ao processo eleitoral como forma de escolha de governantes”. (2002:483)

No entanto, a redemocratização no Brasil é ainda um processo recente e permeado por diversas lacunas não resolvidas. Uma delas refere-se a processos diferenciados no que tange à oportunidade de ingresso no mercado de trabalho, progressão na carreira, desempenho educacional, acesso ao ensino superior e participação na vida política que ficam subjugados a elementos como sexo, cor e classe social.

“Depois de 15 anos de arbítrio e repressão, uma conflituosidade inédita atravessou as mais diversas dimensões da vida social e fez ecoar por toda a sociedade, através de reivindicações diversas, a exigência por uma ordem de vida mais justa e mais igualitária. A partir daí, a questão social ganhou dimensão institucional evidente: enquanto “ dívida social” a ser resgatada para que esse país esteja a altura de uma modernidade pretendida como projeto.” (TELLES: 1999,p.81)

Muitos afirmam que o problema do Brasil não é a falta de leis, e sim o não cumprimento destas. Desde a Constituição de 1988 o Brasil se comprometeu legalmente com a liberdade e a igualdade. No entanto, estes últimos anos são marcados por acentuadas diferenças, principalmente diferenças materiais como demonstra Telles: “Perplexidade diante de uma década inaugurada com a promessa de redenção para os dramas da sociedade brasileira e que encerrou encenando aos olhos de todos o espetáculo de uma pobreza tão imensa que se começa a desconfiar que esse país ultrapassou as fronteiras da vida civilizada”. (1999:82)

O conceito de civilização nos remete a idéia de cidadãos, cujo significado etimológico seria originário do grego *citadinos*, os que vivem na cidade. No entanto, ser cidadão é possuir cidadania cujo conceito é mais complexo, pois se insere no âmbito democrático de direitos e deveres podendo por vezes até mesmo substituir o conceito de povo como demonstra José Murilo de Carvalho:

“ O esforço de reconstrução, melhor dito, de construção da democracia no Brasil ganhou ímpeto após o fim da ditadura militas, em 1985. Uma das marcas desse esforço é a voga que assumiu a palavra cidadania. Políticos, jornalistas, intelectuais, líderes sindicais, dirigentes

de associações, simples cidadãos, todos a adotaram. A cidadania, literalmente, caiu na boca do povo. Mais ainda, ela substituiu o próprio povo na retórica política. Não se diz mais “ o povo quer isto ou aquilo”, diz-se “ a cidadania quer”. Cidadania virou gente.”. (2002:7)

José Murilo de Carvalho atenta para a complexidade do fenômeno da cidadania:

“Início a discussão dizendo que o fenômeno da cidadania é complexo e historicamente definido... o exercício de certos direitos, como a liberdade de pensamento e o voto, não gera automaticamente o gozo de outros, como a segurança e o emprego. O exercício do voto não garante a existência de governos atentos aos problemas básicos a população. Dito de outra maneira: a liberdade e a participação não levam automaticamente, ou rapidamente, à resolução de problemas sociais. Isto quer dizer que a cidadania inclui várias dimensões e que algumas podem estar presentes sem as outras”.(2002: 9)

As dimensões da cidadania que trata Carvalho (2002) são aquelas definidas por Marshall (*apud* LISZT, Vieira: 1999) de direitos civis, políticos e sociais. O cidadão pleno seria aquele titular dos três direitos. Cidadãos incompletos seriam os que possuísem apenas alguns dos direitos. Os que não-beneficiassem de nenhum dos direitos seriam não-cidadãos.

Portanto, se nos reportarmos ao conceito de Marshall podemos dizer que no Brasil convivem cidadãos, plenos com cidadãos incompletos e não cidadãos. Mas como resolver o problema da cidadania? Não pretendo nesta pesquisa resolver este problema, mesmo porque seria muita pretensão minha. O meu objetivo como foi traçado no início será analisar uma política que se volta para resolver um dos problemas da desigualdade social que é a incursão social do negro através de ações afirmativas. As discussões sobre ação afirmativa no Brasil evidenciam-se com o processo de (re)-democratização e se apresenta por diversas ações que são tomadas tanto pela sociedade civil como pelo do governo.

Analisando a atuação do governo federal podemos destacar a realização do Seminário Internacional sobre Multiculturalismo e Racismo ocorrido em 1996 promovido pelo Ministério da Justiça com intuito de debater políticas do tipo de ação afirmativa. A partir deste Seminário o então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso criou o Programa Nacional de Direitos Humanos –PNDH, que recomendava objetivos de curto, médio e longo prazo para mulheres, pessoas com deficiências físicas, povos indígenas e pessoas negras. No que se refere a ações em

benefício da população negra; a curto prazo, foi indicada a necessidade do estudo de políticas públicas que valorizassem os negros; a médio prazo, aparecia a necessidade de ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta e; a longo prazo, os objetivos eram de cancelar todas as leis discriminatórias, desenvolver políticas e regulamentações que buscassem combater a discriminação racial e formular políticas compensatórias que promovam social e economicamente a comunidade negra. (Telles,2003)

Mas apesar do intento lançado em 1996 até o final do segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso nada se havia concretizado do que foi proposto no Seminário. Telles (2003) argumenta que apesar interesse demonstrado por parte do Presidente FHC, ele ainda dependeria de sua equipe de governo e estes como descreve:

“ Embora reconhecessem a existência de racismo na sociedade brasileira, os acadêmicos brasileiros, cuja opinião importava mais ao Presidente e seus administradores, reforçam a crença de que a democracia racial é profundamente valorizada no Brasil... Além disso, para eles, a cultura popular brasileira celebra ambigüidade e a miscigenação ao invés da separação conceitual de grupos, necessária para identificar os beneficiários de ações afirmativas”. (2003:79)

Dessa forma a implementação de políticas de ação afirmativa por parte do Governo Federal ainda não havia se concretizado até o final do governo FHC. O que é possível observar é a organização da sociedade através de ações como: cursos preparatórios para vestibular, cursos profissionalizantes, cursos de informática e alfabetização promovidos por ONGs, Igrejas, Organização de bairros, universidades e prefeituras.

Portanto, observamos que embora haja um debate governamental acerca do tema, as ações concretas em princípio, somente foram levadas adiante pela iniciativa da sociedade civil, sobretudo pelo desempenho do Movimento Negro Nacional.

A participação da sociedade civil, neste caso representada pelo movimento negro, apresenta-se como um momento de reconfiguração social e política, onde pensar em “ação afirmativa” como política social é também redefinir a estratégia de ação na sociedade. Ou seja, a manifestação da sociedade civil interfere diretamente na consolidação de um sistema democrático e igualitário. Assim, as ações afirmativas resultam de um movimento de reivindicação da sociedade diante de um padrão de bem-estar social, tanto quanto de participação política. Pois, a idéia de democracia vai além

do direito do voto ela requer plena igualdade e liberdade e são estas questões que permeiam a nossa sociedade atual.

CAPÍTULO 3 - DESIGUALDADES INTER-RACIAIS

3.1 Desigualdades no contexto brasileiro

É fundamental para um entendimento mais profundo sobre desigualdades raciais a inserção deste tema no contexto geral de desigualdades.

O Brasil adquiriu nas últimas décadas a triste reputação de ser um dos países mais desiguais do mundo. Estudos realizados têm revelado uma extrema concentração de renda, da riqueza e de outras distribuições, como o da educação, que será o ponto central de nosso debate. Essas desigualdades vêm demonstrando uma grande persistência, tendo atravessado, sem alterações perceptíveis, períodos de crescimento acelerado e de estagnação, de inflação galopante e de completa estabilidade de preços, bem como de rápidas e profundas mudanças demográficas e tecnológicas.

No plano político-institucional, os altos níveis de desigualdades se mantiveram sem modificações notáveis através de períodos de ditadura militar e de total redemocratização, de fechamento e de abertura ao comércio internacional à circulação de capitais, de intensa estatização e de sucessivas ondas de privatização da economia.

O rico e variado universo das desigualdades brasileiras é bastante conhecido e estudado. Temos desigualdades entre regiões, entre as áreas urbanas e rurais, entre brancos e negros, entre moradores de centro e de periferias o que contribui para que se reproduzam as disparidades e as grandes iniquidades presentes na distribuição pessoal de renda no Brasil. O estudo de Rocha (2003) apresenta alguns dados sobre a pobreza no Brasil :

“No caso do Brasil, há consenso de que a persistência da pobreza absoluta, do ponto de vista de rendimento, está vinculada à desigualdade. Na verdade, a renda per capita de quase R\$ 3.600,00 ao ano é bem superior a qualquer valor que possa ser realisticamente associado a linha da pobreza, de modo que a persistência de pobreza absoluta no Brasil decorre da forte desigualdades na distribuição do rendimento”.p.178

Este e outros estudos sobre a realidade brasileira demonstram que o Nordeste e o Norte são muito mais pobres que o Sul e o Sudeste, que as áreas rurais contém

diversos bolsões de extrema pobreza, e que as áreas metropolitanas encerram imensas desigualdades. Fazendo um percurso em qualquer grande cidade brasileira, em poucos quarteirões encontramos trajetos que vão desde condições socioeconômicas elevadíssimas até o nível mais baixo em termos de renda, de pobreza, de habitação, de saneamento e outros indicadores.

No entanto, muito menos estudadas e divulgadas, mas extremamente importantes como uma das dimensões fundadoras da desigualdade brasileira, são as disparidades que se observam entre as raças. A intensa miscigenação da população, a ausência de ódio racial, de manifestações abertas de racismo e de segregação legal ou explícita enfim a aparência de “democracia racial” na sociedade brasileira ocultam ao observador externo, e mesmo de muitos brasileiros, o grande abismo existente entre as condições econômicas e sociais dos seus maiores grupos étnicos: os brancos e negros como demonstra Telles:

“Mas a grande mistura racial e a fluidez das relações raciais não significam um consolo para a maioria dos negros brasileiros, que vivem na pobreza. O racismo e a desigualdade racial persistem na exclusão de pessoas negras e as impede de gozar as oportunidades surgidas com o desenvolvimento econômico brasileiro e a restituição dos direitos de cidadania. Esse é o paradoxo da miscigenação brasileira” .(2003:312)

Ficam claras as marcas dessas disparidades que podem ser vistas por toda à parte, e se manifestam com grande clareza, tanto na presença maciça dos negros nas situações indesejáveis (como, por exemplo, nas favelas, nos bolsões de miséria, nas piores ocupações, etc) como na sua ausência quase absoluta nos lugares e situações sociais mais desejáveis (como os bairros ricos ou de classe média alta, as universidades, as posições de comando e decisão, as ocupações de prestígio e de alta remuneração e outros).

Apesar desse quadro só muito recentemente as desigualdades raciais começaram a adquirir expressão estatística clara, através de levantamentos e medições sistemáticas, e a ser regularmente divulgadas com a chancela dos órgãos governamentais. Até pouco tempo atrás o tratamento desta questão pelo estado brasileiro era basicamente a negação ou irrelevância da categoria cor/raça como elemento caracterizador de desigualdades. Um exemplo deste fato foi à supressão do quesito cor/raça no Censo Demográfico de 1970.

Mesmo hoje, entretanto, essa perspectiva continua incipiente e não constitui uma norma, permanecendo grandes lacunas em várias áreas, especialmente nas estatísticas educacionais. Um grande número de cadastros públicos e privados ainda não inclui a identificação racial dos indivíduos, demonstrando como este tema ainda se constitui em *tabu* para a sociedade.

3.2 – Desigualdades no acesso a educação

A educação é um componente básico na determinação de várias características socioeconômicas da população. Os atributos educacionais dos indivíduos definem, em grande medida, suas oportunidades de emprego e de renda, e afetam decisivamente suas condições de bem estar e sua inserção econômica, social e política.

Não existe sociedade igualitária com grandes disparidades educacionais, assim como não existe sociedade desigual em que elas não estejam fortemente presentes. Assim, pelo seu papel estratégico como determinante da distribuição de outras variáveis, o sistema educacional pode, em qualquer sociedade, se constituir em um poderoso agente de inclusão e de promoção da igualdade, como pode, ao contrário, atuar no sentido de gerar, de manter, ou de ampliar as desigualdades.

Considerando o caso brasileiro quando comparamos os perfis de escolaridade de negros e brancos evidenciamos que o sistema educacional não tem sido capaz de superar ou, pelo menos amenizar as imensas desigualdades geradas pelos séculos de exclusão sofrida pela população negra.

Os dados estatísticos nos revelam a situação nada favorável da população negra, encontrando-se esta em grande desvantagem em relação à população branca. A diferença em anos de estudos evidenciadas ao longo da década de 1990 demonstram que os negros não conseguiram alcançar mais do que 70% da média de estudo dos brancos (JACCOUD & BEGHIN,2002).

Com a política de universalização do ensino fundamental houve uma melhoria do acesso à educação tanto para negros quanto para brancos e houve uma pequena diminuição do fosso entre os dois grupos raciais. No entanto, quando o caso é o ensino médio a distância entre brancos e negros subiu de 18 pontos percentuais para 26 pontos percentuais na década, apesar da população negra entre 15 e 17 anos ter quase que triplicado seu ingresso no ensino médio neste mesmo período (JACCOUD & BEGHIN,2002:33).

Ao analisarmos o acesso às universidades a situação é ainda mais dramática, entre 1991 e 2000, enquanto o sistema universitário, mais que dobrou em tamanho absoluto (medido pelo número de estudantes de graduação, de 18 anos ou mais), passando de 1,4 milhões para quase 3 milhões de matriculados, a participação dos negros (que constituem cerca de 43% da população total da faixa etária) se reduziu, de 19,7% para 19,3%. No período entre os dois recenseamentos, a proporção de jovens brancos (de 18 a 24 anos) matriculada na universidade cresceu de 7% para 11,7%, enquanto a dos jovens negros se elevou em apenas 1 ponto percentual, de 1,5% para 2,5% (IBGE,1991,2000).

Portanto, esse quadro nos revela a extrema limitação das políticas sociais universais no que se refere à sua capacidade de reduzir desigualdades, ou de reverter às conseqüências de exclusões passadas. Como vemos a igualdade não se produz naturalmente, e as desigualdades que foram historicamente construídas (e consolidadas ao longo de séculos) tem que ser ativamente desconstruídas, através de deliberação consciente da sociedade e de instrumentos políticos adequados e eficazes.

3.3 – Desigualdades sociais: o dilema negro e pobre

Alguns estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA,2001) demonstram que a desigualdade social no Brasil atinge mais profundamente a população negra. Os dados demonstram, por exemplo, que fazendo a comparação para diferentes pares na distribuição de renda, indo do centésimo mais pobre para o centésimo mais rico, os estudos mostram que os negros têm menos renda que os brancos em todos os pontos da distribuição de renda, e o hiato entre negros e brancos cresce a medida que se caminha dos centésimos mais pobres para os mais ricos (JACCOUD & BEGHIN,2002).

As conclusões dessa investigação revelam que as desigualdades são oriundas tanto de menores níveis de educação e de qualificação como da discriminação racial, ou seja, a convergência do preconceito e do racismo prejudica indivíduos somente em razão das características físicas ou culturais.

Essas pesquisas servem como referencial para discutir a idéia de que no Brasil o preconceito é de “classe” e não de “cor”, uma vez que existe uma tendência no Brasil de associar “cor” e “classe”.

No entanto, muitos estudiosos se atentaram para essa discussão como relata Guimarães : “Há, portanto, no Brasil, seja na mentalidade popular, seja no pensamento erudito, seja na demografia ou na sociologia, na economia ou na antropologia, seja entre governantes e governados, um consenso de que os pobres são pretos e que os ricos são brancos.”(2002:64). Realmente se analisarmos os dados sobre pobreza e cor da pele veremos que existe uma forte correlação entre elas. No início da década de 90, mais da metade da população negra se situava abaixo da linha da pobreza (contra cerca de 30% dos brancos) e quase 30% se situava abaixo da linha de indigência (contra 12% dos brancos).(PNAD, IBGE,2001)

No entanto, o negro além de enfrentar as dificuldades econômicas conta ainda com a discriminação racial, a qual se expressa muitas vezes pelo quesito “boa aparência” nos anúncios de oportunidades de emprego (GUIMARÃES,2002).

A discriminação racial e o preconceito afetam tanto o negro pobre quanto o negro das classes mais elevadas (média, alta), e é justamente este um dos elementos que a luta anti-racista quer ressaltar. As políticas sociais de combate à pobreza conseqüentemente irão beneficiar a população negra, mas será que serão suficientes para retirar o negro da situação de invisibilidade social na qual ele se encontra? Na verdade as políticas de ação afirmativa focadas para populações negras seriam uma forma legítima de reconhecimento das desigualdades e da exclusão, que não é apenas material, ao qual o negro brasileiro sempre foi submetido.

O principal argumento de explicação a respeito da relação entre pobreza e cor da pele é o fato dos negros terem passado pela escravidão. O passado escravista colocou o negro em posição inferior aos brancos, mas este quadro poderia ser modificado com o passar dos anos. Este explicação na opinião de Guimarães (2002) seria um argumento conservador daqueles que não aceitam medidas mais sistemáticas para o combate das desigualdades. Ele ressalta ainda a visão dos economistas para os quais a solução para o fim das desigualdades seria o crescimento econômico. No entanto, como já demonstramos anteriormente somente o crescimento econômico não é (e não foi) suficiente para solucionar o problema, que não é apenas de classe e sim de raça.

Em oposição ao argumento de que a pobreza que atinge a população negra seria expressão do passado escravista surgem aqueles que à atribuem a falta de oportunidades, ao preconceito e as discriminações raciais.(GUIMARÃES, 2002)

Como vimos anteriormente, no Brasil sempre se observou uma tendência para adoção de políticas universais em detrimento de políticas afirmativas:

“Um outro traço relevante da cultura política da elite é a forte preferência por políticas sociais universalistas para combater a pobreza e a desigualdade. Os dados da pesquisa mostram também um forte consenso na elite contra ações afirmativas ou impostos sobre a riqueza. Ainda que reconhecendo que existe discriminação contra os negros e contra as mulheres, a elite não está preparada para compensá-las através de medidas de discriminação positiva. De fato, a educação é vista como meio mais efetivo de combate à pobreza e à desigualdade justamente porque se trata de uma solução universalista, aberta a todos.”(REIS,2000:187 apud GUIMARÃES, 2002 :71)

Desta forma a ação afirmativa encontra diversas críticas por parte da academia e também das classes sociais mais privilegiadas. Dentre os argumentos contrários às ações afirmativas ou mais especificamente contra as medidas de reserva de vagas para população negra às universidades Jaccoud e Beghin (2003) destacam:

O primeiro argumento é de **Isonomia** no qual os opositores afirmam que a política de ação afirmativa fere o princípio da isonomia que pede tratamento igual a todos.

O segundo é do **Mérito**, onde argumenta-se que as sociedades contemporâneas não podem abrir mão da excelência, assim num mundo de tanta competitividade, essa capacidade pessoal revela-se fundamental.

O terceiro seria o da **Miscigenação**, na qual se aponta que o processo de miscigenação que marcou a história do país torna muito difícil definir quem é negro e quem não é negro, o que impediria a adoção de critérios objetivos de demarcação dos beneficiados pela política.

Enfim, o argumento da **Pobreza**, sugere que a verdadeira questão a ser enfrentada é a econômica; devem-se desenvolver políticas voltadas para os pobres, esquecendo o aspecto racial.

Estes argumentos partem daqueles que continuam vendo a sociedade a partir do ideal da democracia racial, não reconhecendo a existência do preconceito racial e a dupla discriminação (classe e cor) sofrida pela população negra. Neste caso se esquece que somente se tratando diferentemente os desiguais pode-se alcançar a maior igualdade. (JACCOUD e BEGHIN, 2002).

Assim, com relação ao mérito este só pode ser alcançado pela população negra se esta tiver o mesmo acesso educacional que a população branca sempre teve. Pensar

em meritocracia numa sociedade marcada pelas desigualdades é voltar à lei do mais forte, e isto não é estado democrático é estado de natureza.

O argumento que aponta a dificuldade de se saber quem é negro no Brasil vem sendo utilizado há muito tempo para mascarar a discriminação e o preconceito. No entanto, a discriminação no Brasil é denominada de "marca", ou seja, pelo fenótipo onde:

“ ...a origem não importa, apenas quantos traços ou marcas do “fenótipo” do grupo discriminado são portados pela vítima potencial. O preconceito racial de marca não exclui completamente, mas desabona suas vítimas. Portar os traços do grupo discriminado constitui inferioridade e faz que os sujeitos ao preconceito sejam sistematicamente preteridos em relação aos demais”. (NOGUEIRA,1985:59 apud OSÓRIO,2003:21)

Para tanto não importa a origem, mas a quantidade de traços da raça discriminada que o indivíduo carrega para que sofra o preconceito e a discriminação. Desta forma vemos que a miscigenação não é um problema para estabelecer políticas que venham beneficiar a população negra.

O passado escravista seria sim um fator negativo para a população negra, uma vez que o Brasil foi o último país do mundo ocidental a abolir a escravidão e após a emancipação no ano de 1888, os libertos foram lançados à sua própria sorte, sem nenhuma compensação ou qualquer projeto de integração à sociedade ou ao mercado de trabalho.

No entanto, somados a este contexto escravista teríamos ainda a ação do preconceito e da discriminação que perduram no tempo formando o “ciclo cumulativo de desvantagens” (HASENBALG e SILVA,1992 apud GUIMARÃES,2003) onde:

“As estatísticas demonstram que não apenas o ponto de partida dos negros é desvantajoso (a herança do passado), mas que, em cada estágio da competição social, na educação e no mercado de trabalho, somam-se novas discriminações que aumentam tal desvantagem. Ou seja, as estatísticas demonstram que a desvantagem dos negros não é apenas decorrente do passado, mas é ampliado no tempo presente, através de discriminação”.(GUIMARÃES, 2003:67).

Assim, o argumento de que o problema da discriminação é relativo à classe a qual o indivíduo pertence, ou seja, a condição social como demonstra a bibliografia é muitas vezes um instrumento para mascarar a discriminação racial.

O jargão “branco pobre é preto e preto rico é branco”, demonstra o grau de desconhecimento que a sociedade apresenta no trato com as relações raciais. Mas isto, não é privilégio apenas da sociedade *stricto sensu*, mas também dos intelectuais da década de 20 até 70 :

“Acrescente-se que, para Azevedo (1966:42), a ordem estamentária no Brasil era tão forte que era ela que delimitava a ordem competitiva. As desigualdades entre “brancos” e “pretos” estavam, para Azevedo, reguladas por essa ordem estamental através de mecanismos embutidos no sistema educacional, no mercado de trabalho, no sistema jurídico e na ordem política. Maneiras de falar e vestir, privilégios jurídicos e políticos, universos religiosos e estéticos separavam “brancos-ricos” de “pretos-pobres”. Aqueles que cruzavam essa barreira estamental perdiam, por assim dizer, a sua “coro” original ou fenotípica para “embranquecer” ou “empretecer”, conforme o caso”. (GUIMARÃES,1996:154)

O relacionamento entre classe e cor é segundo Guimarães (1996:145) uma construção teórica que sustenta a intuição de uma democracia racial, na qual mais que a “cor” das pessoas importaria o seu desempenho (riqueza e educação).

No entanto, o reconhecimento da discriminação no Brasil só há pouco tempo tem se tornado explícito, uma vez que a nossa sociedade sempre tentou mascarar o racismo. A Constituição de 1988 no Art.5º inciso XLII declara que a pratica do racismo constitui em crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão. Portanto, a partir deste fato à luta contra o racismo e a discriminação tornam-se presentes na agenda política nacional assim como também as medidas de ação afirmativa.

CAPÍTULO 4 – DISCUTINDO A AÇÃO AFIRMATIVA

4.1 Conceituando ação afirmativa

Ações afirmativas ou políticas de discriminação positiva são definidas por seu caráter reparador. Trata-se de uma política pública ou privada distributiva destinada a promover a igualdade material de grupos historicamente discriminados como define Joaquim B. Barbosa Gomes: “ Consistem em políticas públicas (e também privadas)

voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física”.(2001:20)

As ações afirmativas muitas vezes se confundem com a criação de cotas mínimas para a participação de minorias, mas estas podem se apresentar de outras formas visando o mesmo ideal de promover a igualdade àqueles que se constituem historicamente excluídos. A criação de cotas é um tipo de política afirmativa como demonstra Alexandre Vitorino Silva:

“ Com efeito, é certo que as cotas se constituem na forma mais radical de ação afirmativa e, possivelmente, na mais polêmica, mas também é correto que existem diversas outras medidas de promoção capazes de desempenhar o papel de instrumento de realização do princípio da igualdade material tais como incentivos fiscais (e outras sanções promocionais, tais como aumento de pontuação em licitações) a empresas que favoreçam a contratação multiracial de empregados. Do mesmo modo, ação afirmativa não se confunde com ação estatal. Programas desenvolvidos por particulares podem partilhar o mesmo escopo de superação de desigualdade.” (SILVA:2003)

A política de cotas das Universidades Estaduais do Rio é um tipo de ação afirmativa implantada pelo Estado visando promover a igualdade. No entanto, existem muitas contestações a respeito deste tipo de ação.

Uma vez que a política de ação afirmativa se caracteriza como uma política pública ela se insere no rol de discussão que permeia a questão da política pública, onde esta resulta da acomodação, negociação e concentração de interesses organizados e conectados às esferas de decisão. (LABRA,1999:4)

Isso significa que a decisão de se adotar uma política de ação afirmativa não é apenas uma decisão firmada pelo Estado, mas faz parte do processo de negociação que o Movimento Negro organizado, citado anteriormente vem firmando através de reivindicação de uma ação efetiva para resolver o problema da desigualdade inter-racial no Brasil.

O quadro de desigualdades que marcam as sociedades atuais sejam elas raciais, de gênero e outros fazem suscitar a idéia de se lançar políticas de ação afirmativa. O objetivo principal desta política é resolver o problema imediato (ou seja, buscar a igualdade, tratando os desiguais desigualmente), seja por reserva de vagas (cotas) ou por

outras medidas que convalidem um padrão de igualdade entre os grupos historicamente discriminados.

Nos Estados Unidos, políticas de ação afirmativa em prol de grupos que são vítimas de discriminações já são adotadas desde a década de 60 e hoje já se discute a eliminação delas, pois se avalia que os grupos favorecidos já estão em condições de igualdade com relação aos outros.

O objetivo dessas ações é corrigir desvantagens provocadas pela discriminação e elas trazem consigo a idéia de que devem ser praticadas durante um período de tempo determinado, ou seja, até que as distorções sejam eliminadas.

A discussão em torno da ação afirmativa no Brasil tem a crucial participação do Movimento Negro organizado que se apresenta através de um conjunto de iniciativas de natureza política, educacional, cultural e de denúncias evidenciadas principalmente a partir da década de 80. O Movimento Negro organizado vêm combatendo o preconceito racial e às práticas racistas através de reivindicações de mobilização e de pressão política. O objetivo principal deste grupo como vêm demonstrando é a luta pela implementação de uma cidadania plena tanto para os brasileiros em geral como aos afro-brasileiros em particular.

No entanto, apesar da luta que o Movimento Negro vem travando para que se concretizem ações efetivas para melhoria da condição de vida da população negra a decisão de implementação da reserva de vagas para negros na UENF foi uma iniciativa tomada pelo Governo Estadual do Rio de Janeiro que apesar da existência de um forte embate entre diversos atores sociais tomou a iniciativa surpreendendo até mesmo as pessoas que estavam engajadas no Movimento.

No caso específico do Estado do Rio de Janeiro podemos afirmar que a presença do Estado reflete uma característica da política brasileira como demonstra Lobato: “ No Brasil, a presença “absoluta” do Estado sobre a sociedade importou no direcionamento de todas as demandas ao seu interior”. (1997: 38)

Quanto à participação da UENF esta ficou restrita ao processo de implementação não tendo havido nenhum debate prévio na instituição. O que faz suscitar a crítica, de que, somente no momento da instituição das Leis que se fazem discussões sobre a temática, quando deveria ter ocorrido o contrário como demonstra a fala de Salassier Bernardo Reitor da UENF até 2003:

“ O debate sobre o princípio das cotas na universidade pública, que faltou antes da instituição das reservas de vagas nas universidades estaduais do Rio de Janeiro, finalmente acontece com a explicitação dos diferentes pontos de vista. É óbvio que nem tudo é consenso, mas mesmo as posições mais diferenciadas podem ser úteis para a sociedade e a área acadêmica identificarem uma posição aceitável.” (Folha da manhã – 12/03/03)

A UENF não participou e não realizou nenhum debate prévio a implementação das cotas e nem mesmo houve a participação do seu quadro docente no processo de decisão, tendo este apenas ocorrido no âmbito da UERJ junto ao governo do Estado.

No entanto, após a implementação da política de cotas temos a entrada deste tema na agenda pública ocasionando diversas discussões que vão desde àqueles que em nome do elitismo, são defensores nefastos dos méritos a àqueles que defendem uma reparação contra os danos causados durante os quase quatrocentos anos de escravidão.

O momento desta discussão é propício para rever o papel das instituições na promoção da igualdade, principalmente no que se refere ao aparato jurídico que afirma que todos são iguais perante as leis como afirma Emir Sader:

“ Todos são iguais diante da lei. Na sociedade mais desigual do mundo, aí começa a injustiça. A igualdade jurídica foi uma grande conquista democrática contra os Estados absolutistas, os privilégios feudais, as concepções que misturam política e religião, a escravidão e a servidão. No entanto, desde que passaram a encimar todas as constituições de origem liberal, a desigualdade no mundo aumentou, ao amparo de leis que ou são esvaziadas e ficam no papel, ou acobertam mal e mal a reprodução ampliada das desigualdades”. (JORNAL DO BRASIL, 23/02/03)

A ação afirmativa é justamente o reconhecimento de que o princípio da igualdade de todos perante a lei é insuficiente para garanti-lo de fato entre os cidadãos. Esse princípio, que consta na Constituição brasileira, infelizmente não se realiza na prática. Para tanto, a discussão não passa apenas pela questão do racismo, inclui também uma reflexão sobre o problema da desigualdade e da democracia no Brasil. Vieira atenta para este fato:

“ Mais que dissertações sobre igualdade e liberdade, modernidade e direitos, a noção de sociedade civil que decorre do modelo elitista é fruto da percepção de que democracia deve, sobretudo, ser entendida como mecanismo. E, muito menos que estratégia de promoção de igualdade social ou bem estar coletivo, aqui democracia diz respeito apenas a uma estratégia

de troca de líderes políticos e organização de governo, cujo ponto central é a luta pelo controle dos mecanismos institucionais de circulação de poder". (2003:13)

Esta discussão faz parte da agenda política brasileira, tendo em vista o domínio das oligarquias que marcaram a história da formação do estado brasileiro. Como demonstra Carvalho (1990), o uso da máquina pública afim de manipulação e defesa de interesses privados fez parte da formação do estado brasileiro considerado nas suas bases patrimoniais que ainda persistem. Assim, na consolidação da república assuntos como a escravidão e diversidade racial eram considerados secundários, tendo em vista a fragilidade da sociedade civil brasileira.

Que o Brasil é um país desigual todos nós sabemos, mas que o Brasil é um país racista e que os negros sofrem discriminação nem todos sabem. Como demonstra Guimarães (2002) as desvantagens comprovadas estatisticamente contra os negros não são apenas decorrentes do passado, mas aparecem no tempo presente. No que se refere ao acesso as Universidades ele demonstra: “ ... o mercado e o governo discriminam duplamente o negro: primeiro, oferecem mais chances de qualificação para os estudantes oriundos de colégios privados; segundo qualificam melhor universitários da rede pública”. (GUIMARÃES,2002:68)

O reconhecimento das desigualdades pelos governos e pela sociedade é importante para que as ações que busquem eliminá-las, privilegiando os que são prejudicados, não sejam legalmente consideradas discriminação às avessas. Desta forma é importante rever a discussão feita por Joaquim B. Barbosa Gomes (2003) sobre a constitucionalidade da ação afirmativa. Segundo este autor a constituição brasileira prevê o tratamento diferenciado para busca da igualdade. Ele distingue dois tipos de igualdade, uma processual revelada na Constituição Francesa e também Americana que prescrevem que todos são iguais perante a lei, ou seja, todos devem receber o mesmo tratamento e outra que ele chama de igualdade de resultados ou substancial que " tem como nota característica exatamente a preocupação com os fatores "externos" à luta competitiva - tais como classe ou origem social, natureza da educação recebida, que tem inegável impacto sobre o seu resultado" (GOMES,2003:41).

Sendo assim, a Constituição brasileira prevê a busca por uma igualdade de resultados ou substancial podendo entender que a ação afirmativa seria um mecanismo

possível para se atingir à igualdade que a constituição brasileira garante como direito fundamental de todos (Gomes,2003).

As ações afirmativas tem como alvo importante a educação, pois esta é vista por muitos como a principal forma para permitir a população negra alcançar o padrão de vida médio dos brancos. Como afirmou o Ministro do Superior Tribunal de Justiça Marco Aurélio Mello ao Jornal Correio Brasiliense:“ Vejo com bons olhos a política afirmativa para negros... sou egresso da Justiça do Trabalho. Aprendi estudando Direito do Trabalho que a forma de corrigir uma desigualdade é colocando o peso da lei em benefício daquele que tem tratamento desigual no contexto social”.(6 set. 2001)

A adoção de políticas afirmativas seria como afirma Gomes: "uma concepção moderna e dinâmica do princípio constitucional da igualdade, a que conclama o Estado a deixar de lado a passividade, a renunciar à sua suposta neutralidade e a adotar um comportamento ativo,positivo,afirmativo, quase militante, na busca da concretização da igualdade substancial". (2003:42)

A ação afirmativa apesar de ser uma importante medida de combate as desigualdades entre brancos e negros não é a única medida possível. No entanto esta é a que sofre mais críticas (principalmente daqueles que não são contemplados com tal política), uma delas é justamente a atribuição de um teor antidemocrático, uma vez que privilegia certas camadas da sociedade e fere a máxima democrática de que todos são iguais perante a Lei.

No entanto, como vimos anteriormente Gomes (2003) contesta bem este argumento mostrando a constitucionalidade da ação afirmativa, pois vem em defesa daqueles que estiveram ou ainda estão fora do processo democrático, pois não alcançaram um grau de cidadania capaz de satisfazer o ideário democrático. Este discurso também pode ser evidenciado pela fala do Cientista político Emir Sader :

“Para produzir cidadãos livres, uma sociedade democrática deve generalizar o ensino público e gratuito a todos. A política de cotas é transitória, é um instrumento do resgate dos que foram e são preteridos e discriminados. Aperfeiçoá-la é compromisso dos que querem um país de homens e mulheres livres, conscientes, desalienados e donos do seu destino, para que a igualdade seja regra geral e não produto de políticas de cotas”. (JORNAL DO BRASIL, 23/02/03)

Assim, apesar de todos reconhecerem a absoluta exclusão do negro das universidades, especialmente as públicas e apesar do número ínfimo de estudantes da

rede pública que conseguem chegar à faculdade; a idéia de se reservar vagas em faculdades mantidas pelo Estado ainda encontra resistência na sociedade e no meio universitário.

Se observarmos a história brasileira veremos, que o negro, o índio, o pobre e todos aqueles lembrados pelo colonizador apenas para serem explorados sempre estiveram renegados a uma vida submissa e subjugados pela falta de conhecimento.

O fato das universidades públicas, hoje serem consideradas abrigo de uma classe privilegiada⁵ é que faz suscitar políticas do tipo ação afirmativa. Já o argumento contrário às cotas é o de que os alunos da rede de ensino público devem chegar à faculdade pública pela qualidade do ensino (mérito) e não pela força da lei.

No entanto, os dados nos mostram que o ensino público ainda não é capaz de proporcionar aos seus alunos o ingresso nas Universidades públicas onde culmina num paradoxo quase irônico; quem não tem, paga e quem tem, recebe de graça.

Como demonstra Guimarães: “ O problema consiste no fato de que a qualidade do ensino público e gratuito deteriorou-se a tal ponto que apenas quem pode pagar colégios privados têm condições de ingressar em universidade pública e gratuita”. (2002:68). E este constitui um outro problema que o Estado deve enfrentar, melhorar a qualidade do ensino público no âmbito fundamental e médio, uma vez que a qualidade das universidades públicas já está comprovada.

Para alguns estudiosos a melhoria do ensino na rede pública não serve como argumento contra as cotas, uma vez que os dados comprovam que a incursão do negro não é apenas uma questão meritocrática ou de má qualidade do ensino. Pois até mesmo o discurso de qualidade pode ser questionado, uma vez o processo do vestibular não é um instrumento capaz de aferir a qualidade do ensino (SANTOS, 2003):

"Será que ensino de qualidade é aquele que apenas treina os seus alunos para passarem no vestibular? ... se ensino de qualidade significa conteúdo para passar no vestibular, pensamos que tal qualidade é falsa, é um auto-engano, visto que a discriminação, qualquer que seja ela, de classe, de cor/raça, de sexo/gênero, de orientação sexual, entre outras, a que muitos alunos estão submetidos nas escolas, especialmente os negros, interfere negativamente na aprendizagem e/ou desempenho escolar dos estudantes que são vítimas deste crime, condicionando-os ao fracasso escolar". (2003:11-112)

⁵ Como demonstra os estudos realizados na Universidade Federal Fluminense- Ver Censo étnico-racial da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal de Mato Grosso, 2004

Mas o mérito ainda é o principal argumento contra a reserva de vagas. Em uma pesquisa realizada na Universidade de Brasília por um estudante de pós-graduação foi comprovado que o mérito é o argumento mais utilizado entre os estudantes para defenderem a não adoção de cotas " o mérito deve ser critério exclusivo de seleção para a universidade, pois é preciso selecionar os melhores, independentemente da cor/raça do(a) candidato (a)". (SANTOS, 2003:106)

Contra o argumento do mérito existem aqueles que demonstram a trajetória de discriminação e exclusão que afeta diretamente a auto-estima e o desempenho daqueles que são vítimas de discriminações e que estão sujeitos ao que Hasenbalg (1996) denomina "ciclo cumulativo de desvantagens". Assim a questão não é de mérito, mas de oportunidade em iguais condições.

4.2 A lei de cotas

A III Conferência Mundial das Nações Unidas de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata que aconteceu em Durban na África do Sul em 2001 foi considerada para muitos teóricos como (FRY,2003:1) o momento em que o Brasil acordou com a estratégia de cotas raciais como política pública.

Esta discussão foi suscitada também pela implementação da Lei Estadual nº3.708 de 09 de novembro de 2001 que reserva 40% das vagas relativas aos cursos de graduação oferecidas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pela Universidade Estadual do Norte Fluminense para negros e pardos não fazendo distinção entre estes conforme descrição abaixo:

"Art. 1º – Fica estabelecida a cota mínima de até 40% (quarenta por cento) para as populações negra e parda no preenchimento das vagas relativas aos cursos de graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e da Universidade Estadual do Norte Fluminense-UENF..

Esta Lei compreende também a Lei 3524 de 28 de dezembro de 2000 que dispõe sobre os critérios de seleção e admissão de estudantes da rede pública estadual de ensino em universidades públicas estaduais como dispõe os artigos da Legislação Estadual do Rio de Janeiro:

“ **Art. 1º** - Os órgãos e instituições de ensino médio oficiais situados no Estado do Rio de Janeiro, em articulação com as universidades públicas estaduais, instituirão sistemas de acompanhamento do desempenho de seus estudantes, atendidas as normas gerais da educação nacional.”

“**Art. 2º** - As vagas oferecidas para acesso a todos os cursos de graduação das universidades públicas estaduais serão preenchidas observados os seguintes critérios:

I – 50% (cinquenta por cento), no mínimo por curso e turno, por estudantes que preencham cumulativamente os seguintes requisitos:

a) tenham cursado integralmente os ensinos fundamental e médio em instituições da rede pública dos Municípios e/ou do Estado.

b) tenham sido selecionados em conformidade com o estatuído no art. 1º desta Lei.

II – 50% (cinquenta por cento) por estudantes selecionados em processo definido pelas universidades segundo a legislação vigente.”

No entanto, a Lei nº 3708 de 09 de novembro de 2001 de reserva de cotas teve vigência apenas no vestibular de 2003 tendo seu texto revogado para o vestibular de 2004 onde vigorou a Lei nº 4151 de 04 de setembro de 2004 que se institui nova disciplina sobre o sistema de cotas para o ingresso nas universidade públicas estaduais tendo em seu texto:

“**Art. 1º** - Com vistas à redução de desigualdades étnicas, sociais e econômicas, deverão as universidades públicas estaduais estabelecer cotas para ingresso nos seus cursos de graduação aos seguintes estudantes carentes:

I – oriundos da rede pública de ensino;

II – negros;

III – Pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, e integrantes de minorias étnicas.”

E no Art. 5º estabelece as cotas:

“**Art. 5º** - Atendidos os princípios e regras instituídos nos incisos I a IV do artigo 2º e seu parágrafo único, nos primeiros (cinco) anos de vigência desta Lei

deverão as universidades públicas estaduais estabelecer vagas reservadas aos estudantes carentes no percentual mínimo total de 45% (quarenta e cinco por cento), distribuído da seguinte forma:

- I – 20% (vinte pó cento) para estudantes oriundos da rede pública de ensino;
- II – 20% (vinte por cento) para negros;
- III – 5% (cinco por cento) para pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor e integrantes de minorias étnicas.”

A Lei 4151 estabelece o benefício de cotas apenas aos estudantes carentes onde compreende no 1º parágrafo os critérios para avaliação deste *status*:

“§ 1º - Por estudante carente entende-se como sendo aquele assim definido pela universidade pública estadual, que deverá levar em consideração o nível sócio-econômico do candidato e disciplinar como se fará a prova dessa condição, valendo-se, para tanto, dos indicadores sócio-econômicos utilizados por órgãos públicos oficiais.”

Diante da comprovação de carência estabelecem-se ainda os critérios para os estudantes de escola pública no 2º parágrafo:

“§ 2º - Por aluno oriundo da rede pública de ensino entende-se como sendo aquele que tenha cursado integralmente todas as séries do 2º ciclo do ensino fundamental em escolas públicas de todo território nacional e, ainda, todas as séries do ensino médio em escolas públicas municipais, estaduais ou federais situadas no Estado do Rio de Janeiro.”

Quanto aos critérios de seleção para negros, minorias étnicas e deficiências o 3º parágrafo descreve:

“§ 3º - O edital do processo de seleção, atendido o princípio da igualdade, estabelecerá as minorias étnicas e as pessoas com deficiência beneficiadas pelo sistema de cotas, admitida adoção do sistema de auto-declaração para negros e pessoas integrantes de minorias étnicas, cabendo à Universidade criar mecanismos de combate à fraude.”

Como podemos ver a partir da descrição acima tínhamos inicialmente uma lei que beneficiava os estudantes de escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro a ingressarem nas universidades estaduais, depois esta lei foi ampliada para beneficiar a população negra e parda não diferenciando estas categorias, e a partir de 2003 as leis anteriores sofreram profundas modificações ampliando o rol de acesso às minorias étnicas e também a deficientes.

Desta forma a lei que está em vigor nº 4151 de 04 de setembro de 2003 estabelece cota de 20% das vagas para estudantes da rede pública de ensino; 20% para negros não incluindo mais a categoria parda e 5% para deficientes e minorias étnicas. No entanto, a maior modificação foi a exigência da comprovação de carência material, ou seja, não basta ser negro, estudante de escola pública, deficiente ou de minoria étnica para se beneficiar das cotas, tem que ser pobre também.

O critério de autodeclaração não é mais o único elemento de comprovação dos candidatos que pretendem se beneficiar das cotas. As Universidades Estaduais do Rio de Janeiro/ UENF e UERJ podem exigir outros documentos comprobatórios, pois serão elas as responsáveis pelo controle de fraudes. E sta não será a única função atribuída às Universidades, pois a mudança da lei deu mais responsabilidade a estas instituições propondo a criação de conselhos formados por membros das próprias universidades, para discutir a implementação da política e propor possíveis mudanças.

A lei anterior também previa a existência dos conselhos, no entanto, estes eram formados por membros do próprio governo, sendo para reserva de vagas para escola pública e outro para reserva de vagas para estudantes negros ou pardos.

Portanto, foi justamente à existência destes conselhos o ponto de partida para mudança da lei, pois estes tinham a responsabilidade de confrontar a implementação da lei com a realidade e caso necessário propor possíveis mudanças.

Segundo o pró-reitor de graduação da Universidade Estadual do Norte Fluminense Prof. Almir Junior Cordeiro de Carvalho em entrevista concedida a esta pesquisadora a mudança da lei constituiu um avanço na implementação das cotas, pois para ele a Lei de cotas do Estado do Rio de Janeiro pode ser considerada a “menos imperfeita” em relação ao critério de autodeclaração e da comprovação de carência. Ele acredita na autodeclaração, pois mesmo que ocorram oportunistas este número não é significativo, que a declaração de cor deve partir do aluno e não da universidade como tem acontecido em algumas universidades que exigem fotos:

“Isso eu acho fantástico a autodeclaração. Num primeiro momento, pelo menos empiricamente se começava a perceber, olha teve alguns oportunistas. Você poderia perceber alguém falar assim: - Mas aquele não é negro. Num segundo momento já avançou muito, existe aí... Existe a Educasso⁶ que trabalhou isso, eu acho muito bom isso, eu acho que foto não dá”.
(trecho da Entrevista do Prof. Almir Junior)

Um outro ponto tratado pelo entrevistado é a questão da carência, para ele a comprovação de carência evita os oportunistas, mas trouxe um problema para a nova lei, pois esta estabelece cotas para pessoas com necessidades especiais e exige também a comprovação de carência deste grupo e como disse o próprio Pró-Reitor “porque a gente sabe que o carente com necessidades especiais não sai do lugar neste país”, ou seja, nunca vai bater às portas da universidade. E a política de cotas abre as portas para quem está na porta.

Como o primeiro ano de implementação das cotas não exigia a comprovação de carência nossa análise não entrará a fundo nesta discussão, mas acredito que um estudo comparado entre os dois anos mostrará os problemas em relação a esta mudança e abrirá precedente para um retorno ao debate “pobres são negros e negros são pobres” (grifos meus).

4.3 O locus da ação: UENF

A UENF é uma universidade nova com apenas onze anos de funcionamento ela foi idealizada por Darcy Ribeiro⁷ e projetada por Oscar Niemayer está localizada no Município de Campos do Goytacazes ao norte do Estado do Rio de Janeiro e tem uma população de 406.989 habitantes sendo que 42,29% destes são pretos e pardos (IBGE,2001).

O Município de Campos dos Goytacazes destacou-se por muito tempo pela produtividade de cana-de-açúcar e pela atividade usineira. No entanto, hoje o município e toda a região vivem um ciclo de desenvolvimento ocasionado pela indústria do petróleo e principalmente pelo recebimento dos *royalties*.

⁶ ONG que trabalha junto as universidades no processo de conscientização da população negra

⁷Darcy propunha a criação das “*Universidades do Terceiro Milênio*”, que fariam parte do rol das universidades da “quarta idade”, onde humanismo e tecnologia estariam intrinsecamente interligados na formação do profissional oriundo de uma “civilização emergente”, que operaria depois do ano 2000. (Ribeiro,1993)

Além da UENF, Campos possui outras quatro universidades e cinco faculdades podendo ser considerada um pólo regional de ensino superior.

A UENF foi criada para dar vazão à construção de um novo paradigma científico/tecnológico. A proposta de Darcy Ribeiro era implantar a universidade do “Terceiro Milênio”⁸, uma proposta arrojada em consonância com paradigmas internacionais. Sua função estava ligada ao desenvolvimento regional através de realizações de pesquisas voltadas para as potencialidades e vocações regionais. Seu ensino e pesquisa deveriam integrar-se à proposta de formação de um cidadão crítico e capacitado para atender as necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da região.

A proposta inicial de Darcy Ribeiro não foi concretizada e a UENF que temos hoje se distancia muito do projeto de universidade do “Terceiro Milênio”, inclusive na sua estruturação física. No entanto, ela resguarda ainda a idéia de centro de produção de conhecimento com vocação específica para pesquisa sendo exigência que todos os professores possuam o título de Doutor.

A UENF atualmente é composta hoje por quatro Centros Acadêmicos: Centro de Ciências do Homem (CCH) que se dedica aos estudos humanos e sociais e é responsável por dois cursos de graduação, Bacharelado em Ciências Sociais e Bacharelado em Ciências da Educação e conta também com dois programas de mestrado um em Cognição e Linguagem e outro em Políticas Sociais.

Centro de Ciência e Tecnologia (CCT) que se dedica aos estudos de tecnologia nas áreas de física, química e matemática e é responsável por quatro cursos de bacharelado (Engenharia Civil, Engenharia Metalúrgica e de Materiais, Engenharia de Produção e Exploração de Petróleo) e três cursos de licenciatura (Matemática, Química e Física) e possui quatro programas de pós-graduação: Ciências de Engenharia(Ms); Engenharia Civil (Ms); Engenharia de reservatório e de Exploração (Ms) e Engenharia e Ciências de Materiais (Ms e Ds).

Centro de Biociências e Biotecnologia (CBB) que se dedica aos estudos na área de biologia (ciências ambientais, ecologia e outros) e biotecnologia (genética, reprodução e outros) e é responsável por um curso de Bacharelado em Biologia e dois cursos de Licenciatura também em Biologia, sendo um deles à distância. Possui três

⁸ Para mais informações ver Ribeiro,1993

programas de pós-graduação: Ecologia e Recursos Naturais (Ms e Ds); Biociências e Biotecnologia (Ms e Ds) e Ciências Naturais (Ms).

Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias (CCTA) que se dedica aos estudos na área de produção animal e vegetal e é responsável por três cursos de graduação (Zootecnia, Agronomia e Medicina Veterinária) além de possuir programas três programas de pós-graduação: produção vegetal (Ms e Ds) Produção animal (Ms e Ds) e Genética Melhoramento de Plantas (Ms e Ds).

Trabalhando nesta estrutura, temos hoje 255 professores (todos doutores), 569 técnicos- administrativos e um corpo discente de 1799 alunos de graduação e 649 de pós-graduação.¹³

A estrutura administrativa inicial da UENF era composta por uma Fundação Mantenedora (Fundação Estadual do Norte Fluminense -FENORTE) conduzida por um presidente livremente nomeado pelo Governador e responsável por toda a administração financeira e de projetos da Universidade, além da Fundação a UENF também era conduzida por um Reitor que era responsável pelas questões acadêmicas.

No entanto, este projeto inicial começou entrar em crise em meados de 2001 quando a comunidade acadêmica (professores, estudantes e funcionários) começa um movimento pela autonomia da universidade, movimento este que participei enquanto aluna de graduação desta instituição. A principal bandeira do movimento é a falta de autonomia da universidade em relação à alocação e distribuição de recursos, uma vez que todo o orçamento da instituição era definido pela FENORTE sem a participação da comunidade acadêmica.

Diante da pressão da comunidade acadêmica a Assembléia Legislativa aprova em outubro de 2001 o projeto do governador Anthony Garotinho propondo a concessão à UENF da autonomia administrativa e de gestão financeira, desvinculando-se de sua antiga mantenedora, a FENORTE e neste momento inicia uma nova fase no processo de instituição da universidade.

E no início de 2003 a UENF é *locus* de um novo projeto pioneiro a implementação da política de cotas tendo 50% de suas vagas reservadas para estudantes de escola pública e 40% para estudantes autodeclarados negros ou pardos. Como a UENF reage a esta nova realidade? Um centro de produção do conhecimento científico

¹³ Dados fornecidos pelo Gerência de Recursos Humanos da UENF /2005.

formado por professores doutores e uma realidade multifacetada de disputas étnicas/raciais.

CAPÍTULO 5 – A UENF E AS COTAS: AVALIAÇÃO DO PROCESSO

5.1 Avaliando o desempenho

Neste item faremos uma análise da nota de entrada no vestibular e o desempenho dos alunos cotistas e não cotistas após o ingresso. Esta análise se torna fundamental para que possamos avaliar a relação entre desempenho no vestibular e desempenho no curso, uma vez que um dos pontos da discussão acerca da política de cotas seria o argumento de que os alunos que ingressam por meio das cotas seriam menos preparados que os não cotistas e poderiam ter dificuldade para acompanhar os demais na conclusão do curso. Outro ponto a ser analisado seria se realmente os alunos cotistas teriam um pior desempenho no vestibular.

Para podermos avaliar o processo de cotas faz-se relevante elucidar como funcionou o processo seletivo no ano em que estamos analisando, ou seja, 2003. Neste ano o processo do vestibular da UENF com a instituição das cotas dividiu-se em duas modalidades, uma para qualquer candidato que tenha concluído o ensino médio (Vestibular Estadual) e outro para os estudantes da rede pública de ensino do Estado do Rio de Janeiro denominado Sade (Sistema de Acompanhamento do Desempenho Estudantil) estando dividido o total de vagas em 50% para cada modalidade. Com a Lei nº 3708 que reserva 40% das vagas para estudantes negros ou pardos não fazendo distinção entre estes, o vestibular 2003 funcionou da seguinte forma:

Ficaram divididos 50% das vagas para o Vestibular Estadual e 50% para o Sade, dentro do Sistema Sade seriam selecionados 40% de negros ou pardos. Para concorrer à cota para negros ou pardos os estudantes deveriam fazer uma autodeclaração no ato da

inscrição, desta forma automaticamente ele estaria concorrendo pelas cotas. A seleção dos autodeclarados ocorreu dentro do número de vagas sendo primeiro selecionados dentro do Sistema Sade e se não preenchidas todas as vagas entraram os autodeclarados do Vestibular Estadual.

O Vestibular Estadual ocorre de forma unificada para os cursos de graduação da UENF e UERJ, e para os cursos de formação de oficiais da Academia de Bombeiros Militar D.Pedro II, do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ), e da Academia de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). As aplicações das avaliações são distribuídas praticamente durante todo o ano, começando o primeiro exame aproximadamente em abril e o último sendo aplicado aproximadamente em novembro. O processo vestibular é composto de duas fases, uma de qualificação (Exame de Qualificação) e outra específica (Exame Discursivo). Na fase de qualificação são aplicados dois exames podendo o candidato optar por fazer apenas um deles ou os dois, sendo que se optar por fazer os dois, irá prevalecer a maior nota obtida. Os exames de qualificação são compostos por questões objetivas abrangendo todas as áreas de conhecimento, e o aluno terá que acertar 40% do exame para passar para segundo fase, os alunos que acertarem acima de 50% e menos de 60% do exame levam um bônus de 10 pontos para a segundo fase, os que acertarem acima de 60% e abaixo de 70% um bônus de 20 pontos e os que acertarem acima de 70% um bônus de 30 pontos, os que obterem a nota mínima, ou seja, 40% vão para segunda fase sem pontos.

A segunda fase é composta por uma prova de redação e três provas específicas do curso escolhido e é apenas nesta fase que o candidato escolhe o curso a instituição e o campus, sendo também nesta fase que se faz a opção por cotas. Ou seja, o aluno que pretende se candidatar pelas cotas tem que ter passado pelo Exame de Qualificação. Nesta fase são distribuídos 80 pontos sendo vinte em cada prova, a nota final será a soma da nota do Exame de Qualificação e do Exame Discursivo.

No Sistema do Vestibular SADE (Sistema de Acompanhamento do Desempenho dos Estudantes) que foi criado para selecionar apenas alunos oriundos da rede pública do Estado do Rio de Janeiro conforme a legislação vigente já mencionada anteriormente, as avaliações ocorreram de forma separada do Vestibular Estadual, porém com o mesmo grau de dificuldade selecionando também os alunos autodeclarados negros ou pardos.

A partir de 2004 o Governo do Estado decreta mais uma Lei e revoga todas as leis e decretos sancionados anteriormente, a Lei Estadual n.º 4.151, de 04 setembro de 2003. Com a substituição das legislações anteriores, nova disciplina para ingresso através de vestibular é instituída como já mencionada em capítulo anterior.

Como vimos o processo de seleção da UENF subdividiu as vagas em diferentes modalidades de ingresso, dessa forma para um melhor entendimento e para compormos nossa análise sobre a política de cotas separamos os estudantes em quatro categorias segundo o tipo de ingresso: “não cotista” que é aquele que concorreu pelo Vestibular Estadual e não se autodeclarou negro ou pardo; “cotistas negros ou pardos” que é aquele que concorreu pelo Vestibular Estadual e se autodeclarou negro ou pardo; “cotista negros ou pardos oriundos de rede pública” que é aquele que concorreu pelo Sade e se autodeclarou negro ou pardo e “cotista de rede pública” que é aquele que concorreu pelo Sade e não se autodeclarou negro ou pardo.

A análise de entrada nos cursos será feita a partir da nota geral obtida no vestibular e o desempenho será avaliado pelo coeficiente de rendimento⁹. A análise foi feita separadamente para os treze diferentes cursos de graduação oferecidos pela UENF. No Quadro 1 temos o total de ingressos através do vestibular no ano de 2003.

Quadro 1
Ingresso através do Vestibular no ano de 2003

| Curso | cotistas negros ou pardos ¹⁰ | cotistas da rede pública | Não cotistas | Total |
|---|---|--------------------------|--------------|-------|
| Zootecnia | 4 | 1 | 19 | 24 |
| Ciência da Educação | 8 | 2 | 11 | 21 |
| Ciências Biológicas | 27 | 10 | 46 | 83 |
| Ciências Sociais | 13 | 4 | 12 | 29 |
| Engenharia Civil | 4 | 2 | 23 | 29 |
| Engenharia de Expl. e Prod. de Petróleo | 8 | 7 | 7 | 22 |
| Engenharia Metalúrgica | 12 | 2 | 16 | 30 |
| Medicina Veterinária | 11 | 9 | 31 | 51 |
| Agronomia | 5 | 7 | 26 | 38 |
| Licenciatura em Física | 2 | 2 | 15 | 19 |
| Licenciatura em Biologia | 8 | 12 | 15 | 35 |
| Licenciatura em Matemática | 4 | 1 | 5 | 10 |
| Licenciatura em Química | 3 | 3 | 18 | 24 |
| Total | 109 | 62 | 244 | 415 |

Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

⁹ Coeficiente de rendimento é a soma das notas obtidas em todas as disciplinas divididas pelo número de créditos de todas as disciplinas.

¹⁰ Nesta categoria inclui-se os classificados pelo Vestibular Estadual e pelo Vestibular Sade.

A partir do quadro acima temos alguns dados sobre a entrada dos estudantes na UENF de acordo com cada curso e tipo de seleção. Como podemos observar os alunos “cotistas negros ou pardos” correspondem a 26,2% do total dos ingressantes em 2003 e o curso que proporcionalmente ingressou mais alunos negros ou pardos foi o curso de Ciências Sociais (44,8%) e o que ingressou menos foi o de Licenciatura em Física (10,5%).

Quadro 2

Total de vagas oferecidas por modalidade de ingresso – Vestibular 2003

| Curso | cotistas negros ou pardos ¹¹ | cotistas da rede pública | não cotistas | Total |
|---|---|--------------------------|--------------|-------|
| Zootecnia | 5 | 8 | 13 | 26 |
| Ciência da Educação | 6 | 9 | 15 | 30 |
| Ciências Biológicas | 16 | 24 | 40 | 80 |
| Ciências Sociais | 6 | 9 | 15 | 30 |
| Engenharia Civil | 6 | 9 | 15 | 30 |
| Engenharia de Expl. e Prod. de Petróleo | 4 | 6 | 10 | 20 |
| Engenharia Metalúrgica | 6 | 9 | 15 | 30 |
| Medicina Veterinária | 8 | 12 | 20 | 40 |
| Agronomia | 10 | 15 | 25 | 50 |
| Licenciatura em Física | 6 | 9 | 15 | 30 |
| Licenciatura em Biologia | 8 | 12 | 20 | 40 |
| Licenciatura em Matemática | 6 | 9 | 15 | 30 |
| Licenciatura em Química | 6 | 9 | 15 | 30 |
| Total | 93 | 140 | 233 | 466 |

Fonte: Secretaria Acadêmica/ UENF

A partir do Quadro 2 podemos comparar o total de vagas oferecidas com as vagas ocupadas (Quadro 1). Portanto, observamos uma ociosidade de 51 vagas no total oferecido sendo que esta ociosidade está concentrada nas vagas oferecidas para estudante da rede estadual de ensino (SADE), este fato pode ser explicado pela menor demanda de candidato/vaga no SADE, pois enquanto relação candidato/vaga no Estadual foi de 5,33 no SADE foi apenas de 1,58.

Também observamos um preenchimento acima das vagas entre os “não cotistas” e “cotistas negros ou pardos”. O caso dos “não cotistas” pode ser explicado pela entrada de recursos judiciais por alunos que obtiveram notas maiores do que os “cotistas” no

¹¹ Nesta categoria inclui-se os classificados pelo Vestibular Estadual e pelo Vestibular Sade.

vestibular e que não conseguiram a vaga, desta forma a justiça concedeu a estes alunos o direito de entrar na universidade.

Quanto o caso dos “cotistas negros ou pardos” pode ser explicado pelo fato de terem sobrado vagas no Sistema Sade então elas foram preenchidas pelos autodeclarados negros ou pardos do Sistema Estadual, pois como vimos houveram uma ociosidade das vagas reservadas para os “cotistas de rede pública”.

Este Quadro nos revela que houve uma boa demanda e um bom aproveitamento dos alunos negros ou pardos, ou seja, atingindo o objetivo inicial da política, alcançado a eficácia.

5.1.1 Análise do curso de Zootecnia

No Vestibular 2003 para o curso de Zootecnia foram preenchidas 24 (vinte e quatro) vagas no total de 26 (vinte e seis) vagas oferecidas ficando distribuídas da seguinte forma: 3 “cotistas negros ou pardos”; 1 “cotista negro ou pardo oriundo de rede pública”; 1 “cotista de rede pública” e 19 “não cotistas”.

Ao analisarmos as menores notas de ingresso no curso de Zootecnia temos: 9 pontos na categoria “não cotista”; 15,2 pontos na categoria “cotistas de rede pública”; 19,7 pontos na categoria “cotistas negros ou pardos” e 21,5 na categoria “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”. Isso demonstra que os alunos autodeclarados negros ou pardos foram superiores aos não autodeclarados como podemos observar no Quadro 3. Estes dados mostram que todos os alunos não precisariam das cotas para garantir o seu acesso a Universidade. Desmistificando assim, o argumento de despreparo dos alunos negros ou pardos e oriundos de rede pública.

Quanto as maiores notas temos: 54,2 pontos na categoria “não cotista”; 15,2 pontos na categoria “cotista de rede pública”; 34 pontos na categoria “cotistas negros ou pardos” e 21,5 pontos na categoria “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”. Quando comparamos as melhores e as piores notas observamos que as melhores notas de ingresso estão entre os “não cotistas” e as piores também. Mas o que é importante ressaltar é que os alunos que entraram pelo sistema de cotas não precisariam da reserva de vagas, pois entraram quatro alunos “não cotistas” com notas inferiores aos “cotistas” como demonstra a Quadro 3:

Quadro 3 Notas de ingresso no curso de Zootecnia no Vestibular 2003

| Não cotistas | Cotistas negros ou pardos | Cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública | Cotistas de rede pública |
|------------------------|---------------------------|--|--------------------------|
| 9 | 19,75 | 21,5 | 15,25 |
| 10 | 29,25 | | |
| 11 | 34 | | |
| 11,5 | | | |
| 15,25 | | | |
| 19 | | | |
| 20,25 | | | |
| 22,25 | | | |
| 23,75 | | | |
| 28 | | | |
| 28,25 | | | |
| 29 | | | |
| 32,5 | | | |
| 34 | | | |
| 34,5 | | | |
| 35,75 | | | |
| 41,25 | | | |
| 42,5 | | | |
| 54,25 | | | |
| Total 19 | 3 | 1 | 1 |

Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

Para analisar o coeficiente de rendimento dos alunos que ingressaram em 2003 consideramos as diferentes categorias de ingresso conforme mencionado anteriormente: “não cotista”; “cotistas negros ou pardos”; “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública e “cotistas de rede pública”. Para fins desta pesquisa desconsideramos os alunos que ingressaram por meio que não seja o sistema de vestibular (transferências internas e externas). Analisaremos o coeficiente de rendimento acumulado em 2003, ou seja, do primeiro e segundo período dos alunos regularmente matriculados desconsiderando os desistentes que no caso do curso de Zootecnia foram três todos eles selecionados pelo sistema sem cotas.

Foram verificados os desempenhos de 21 (vinte e um) alunos no curso de Zootecnia, sendo 16 (dezesesseis) “não cotistas”; 1(um) “cotistas de rede pública”; 3 (três) “cotistas negros ou pardos” e 1 (um) cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” conforme a Quadro 4 :

Quadro 4
Coeficiente de Rendimento Acadêmico dos alunos do curso de Zootecnia que ingressaram em 2003

| Não cotista | Cotistas negros ou pardos | Cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública | Cotistas de rede pública |
|-----------------|---------------------------|--|--------------------------|
| 0,4 | 4,8 | 3,5 | 6,3 |
| 3,6 | 6,7 | | |
| 5 | 7,2 | | |
| 6 | | | |
| 6,2 | | | |
| 6,3 | | | |
| 6,3 | | | |
| 6,3 | | | |
| 6,4 | | | |
| 6,6 | | | |
| 6,9 | | | |
| 7 | | | |
| 7,6 | | | |
| 7,6 | | | |
| 7,7 | | | |
| 8 | | | |
| Total 16 | 3 | 1 | 1 |

Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

Ao considerarmos os menores coeficientes de rendimento temos: “não cotista” 0,4 pontos; “cotistas de rede pública” 6,3 pontos; “cotistas negros ou pardos” 4,8 pontos; “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” 3,5 pontos. Esses dados demonstram uma certa vantagem dos alunos “cotistas de rede pública”.

Quanto as melhores temos: 8 pontos entre os “não cotistas”; 6,3 pontos entre os “cotistas de rede pública”; 7,2 pontos entre os “cotistas negros ou pardos” e 3,5 pontos entre os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”. Esses dados demonstram uma certa vantagem dos não cotistas em relação aos demais.

Para que possamos analisar melhor o desempenho dos alunos no curso é importante analisar a nota média entre os diferentes sistemas, pois não podemos ficar presos ao desempenho de um único aluno, uma vez que o objetivo é avaliar o desempenho de todos os alunos do curso.

A média das notas são 6,1 pontos para os “ não cotistas”; 6,3 pontos para os “cotistas de escola de rede pública”; 6,2 pontos para os “cotistas negros ou pardos” e 3,5 pontos para os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”. O critério de aprovação da UENF exige a nota mínima de 6 pontos para a aprovação, o que significa que “os cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” ficaram abaixo da média.

Como podemos observar entre a categoria “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” nós tivemos apenas um estudante que obteve um bom desempenho no

vestibular ficando acima de sete outros classificados. No entanto, em relação ao desempenho ele fica no penúltimo lugar na colocação geral. Este fato nos trás uma reflexão em torno da relação desempenho no vestibular/desempenho acadêmico.

Sendo assim, exceto o caso do “cotista negro ou pardo oriundo de rede pública” que é representado por um único estudante os demais tiveram um desempenho em média de 6,2 pontos com uma ligeira vantagem para os cotistas.

No entanto, se relacionarmos o desempenho de ingresso e o desempenho no curso podemos afirmar que os alunos cotistas tanto de escola pública quanto negros ou pardos obtiveram um bom desempenho no vestibular e que em relação ao desempenho obtiveram uma média 0,4 décimos abaixo dos não cotistas, número esse inexpressível se pensarmos em termos de aproveitamento.

5.1.2 Análise do curso de Ciência da Educação

No Vestibular 2003 para o curso de Ciência da Educação foram preenchidas 21 (vinte e uma) vagas no total de 30 (trinta) vagas oferecidas 11 (onze) vagas ocupadas pela categoria “não cotistas”; 2 (dois) pela categoria “cotistas de rede pública”, 3 (três) “cotistas negros ou pardos” e 5 (cinco) “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” .

Ao analisarmos as menores notas de ingresso no curso de Ciência da Educação temos: 7,7 pontos na categoria “não cotistas”; 14,7 pontos na categoria “cotistas de rede pública”; 9,7 na categoria “cotistas negros ou pardos” e 8,0 pontos na categoria “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”. Isso demonstra que os alunos autodeclarados negros ou pardos nos dois sistemas foram superiores aos não autodeclarados. O que significa que também no curso de Ciência da Educação os alunos cotistas tiveram um bom desempenho no vestibular não precisando de cotas em nenhuma das categorias para ingressarem na Universidade como demonstra o Quadro a seguir:

Quadro 5
Notas de ingresso no curso de Ciência da Educação no Vestibular 2003

| Não cotistas | Cotistas negros ou pardos | Cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública | Cotistas de rede pública |
|--------------|---------------------------|--|--------------------------|
| 7,75 | 9,75 | 8 | 14,75 |
| 12 | 13,75 | 18,75 | 30 |
| 13,75 | 15 | 29,25 | |

| | | | |
|--------------|-----------|----------|----------|
| 15,25 | | 34 | |
| 17,75 | | 43,5 | |
| 20,5 | | | |
| 21,75 | | | |
| 22,5 | | | |
| 23,75 | | | |
| 36,75 | | | |
| 38,75 | | | |
| Total | 11 | 3 | 5 |
| | | | 2 |

Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

Quanto as melhores notas temos: 38,7 pontos entre os “sem cotas”; 30,0 pontos entre “cotistas de rede pública”; 15 pontos entre os “cotistas negros ou pardos” e 43,5 “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública escola pública”. Sendo assim, o melhor desempenho foi de um concorrente cotista de escola pública e negro ou pardo demonstrando que houve um bom desempenho dos autodeclarados negros ou pardos no vestibular para o curso de Ciência da Educação.

Portanto, em linhas gerais podemos dizer que houve uma acentuada diferença entre as melhores e piores notas em todos os sistemas e que todos cotistas negros ou pardos tiveram um desempenho que não precisaria da reserva de vagas.

No curso de Ciência de Educação foram verificados o desempenho acadêmico de 19 (dezenove) alunos, sendo 11 (onze) “não cotistas” , 3 (três) “cotistas negros ou pardos”, 1 (um) “cotistas de rede pública” e 4 (quatro) “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” conforme Quadro 6:

Quadro 6
Coeficiente de Rendimento Acadêmico dos alunos do curso de Ciência da Educação que ingressaram em 2003

| Não cotistas | Cotistas negros ou pardos | Cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública | Cotistas de rede pública |
|--------------|---------------------------|--|--------------------------|
| 0,5 | 7,3 | 0,4 | 7,9 |
| 4 | 7,5 | 7,4 | |
| 6,8 | 7,6 | 7,5 | |
| 7,6 | | 7,7 | |
| 8 | | | |
| 8,1 | | | |
| 8,2 | | | |
| 8,5 | | | |
| 9 | | | |
| 9,2 | | | |
| 9,7 | | | |

Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

Ao considerarmos os piores coeficientes de rendimento temos: “não cotistas” 0,5 pontos; “cotistas de rede pública” 7,9 pontos; “cotistas negros ou pardos” 7,3 pontos e entre os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” 0,4 pontos. Esses dados demonstram um pior desempenho dos alunos cotistas de escola pública negros ou pardos.

Quanto aos melhores temos: 9,7 pontos entre os “não cotistas”; 7,9 pontos entre os “cotistas de rede pública”; 7,6 entre os “cotistas negros ou pardos” e 7,7 para os cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”. Esses dados demonstram uma certa regularidade entre os alunos cotistas e um certo destaque para os não cotistas.

Ao verificarmos as médias temos: 7,2 pontos para os “não cotistas”; 7,9 pontos para os “cotistas de rede pública”; 7,4 pontos para os “cotistas negros ou pardos” e 5,7 pontos para os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”.

Sendo assim, os dados nos mostram uma grande diferença entre os “cotistas negros e pardos oriundos de rede pública” e os demais. Entre os demais sistemas existe pouca diferença, estando os alunos em um patamar médio aproximado de 7,5 pontos.

Quanto ao panorama geral temos que os alunos cotistas tiveram um bom desempenho no Vestibular, mas quanto ao desempenho acadêmico os alunos cotistas de escola pública autodeclarados negros ou pardos tiveram um pouco de dificuldade ficando com uma nota abaixo da média.

5.1.3 Análise do curso de Ciências Biológicas

No Vestibular 2003 para o curso de Ciências Biológicas foram preenchidas 83 (oitenta e três) vagas no total de 80 (oitenta) vagas oferecidas sendo 46 (quarenta e seis) vagas ocupadas pela categoria de ingresso “não cotista”; 19 (dezenove) por “cotistas negros ou pardos”; 8 (oito) por “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” e 10 (dez) por “cotistas de rede pública”.

Ao verificarmos as menores notas de ingresso no curso de Ciências Biológicas temos: 12,2 pontos entre os “não cotistas”; 11,2 pontos entre os “cotistas de rede pública”; 8,7 pontos entre os “cotistas para negros ou pardos” e 16,7 entre os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”. Isso demonstra que os alunos que concorreram por cotas da rede pública e negros ou pardos obtiveram o melhor desempenho não sendo até mesmo necessário a reserva de vaga para garantir o seu acesso como demonstra o Quadro a seguir.

Quadro 7
Notas de ingresso no curso de Ciências Biológicas no Vestibular 2003

| Não cotistas | Cotistas negros ou pardos | Cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública | Cotistas de rede pública |
|--------------|---------------------------|--|--------------------------|
| 12,25 | 8,75 | 16,75 | 11,25 |
| 23,5 | 9 | 17 | 14 |
| 23,5 | 11,5 | 20,5 | 14,75 |
| 24,75 | 13,25 | 20,5 | 16,5 |
| 25,75 | 13,25 | 25,5 | 22 |
| 26,75 | 14 | 26,25 | 24 |
| 27,25 | 15,75 | 35 | 28,5 |
| 28 | 16,5 | 44,5 | 29,5 |
| 28,5 | 17,25 | | 31 |
| 29,25 | 20 | | 39,25 |
| 29,75 | 22,25 | | |
| 30,5 | 24,5 | | |
| 31,75 | 27 | | |
| 33,75 | 27 | | |
| 34,25 | 28,25 | | |
| 38,25 | 30,5 | | |
| 38,5 | 33,75 | | |
| 39,5 | 36,5 | | |
| 42,25 | 69,5 | | |
| 42,75 | | | |
| 42,75 | | | |
| 42,75 | | | |
| 43,75 | | | |
| 44 | | | |
| 44,25 | | | |
| 45 | | | |
| 46 | | | |
| 46,75 | | | |
| 48 | | | |
| 49 | | | |
| 49 | | | |
| 49,25 | | | |
| 50,75 | | | |
| 51,75 | | | |
| 52,5 | | | |
| 53 | | | |
| 54,5 | | | |
| 54,5 | | | |
| 55,75 | | | |
| 58,5 | | | |
| 59 | | | |
| 61,5 | | | |
| 62 | | | |
| 62,25 | | | |
| 65 | | | |
| 68,25 | | | |

| | | | | |
|--------------|-----------|-----------|----------|-----------|
| Total | 46 | 19 | 8 | 10 |
|--------------|-----------|-----------|----------|-----------|

Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

Este Quadro nos mostra que apenas 3 (três) alunos que entraram pela categoria “cotistas negros ou pardos” precisaram das cotas, que nenhum aluno que ingressou pela categoria “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” precisou das cotas para entrar e que apenas 1 (um) aluno que ingressou por “cotistas de rede pública” precisou das cotas para entrar.

Quanto as melhores notas temos: 68,2 pontos entre os “ não cotistas”; 39,2 pontos entre os “cotistas de rede pública”; 69,5 pontos entre os “cotistas para negros ou pardos” e 44,5 pontos entre os “cotistas negros ou pardos de rede pública”. Sendo assim, o melhor desempenho foram dos cotistas negros ou pardos, demonstrando mais uma vez que houve um bom desempenho dos autodeclarados no vestibular para o curso de Ciências Biológicas.

Portanto, em linhas gerais podemos dizer que houve uma acentuada diferença entre as melhores e piores notas em todos os sistemas e que os cotistas negros ou pardos tiveram um desempenho que não precisaria da reserva de vagas.

Quanto à análise de rendimento acadêmico foram verificados os desempenhos de 76 (setenta e sete) alunos, sendo 45 (quarenta e cinco) “não cotistas”; 16 (dezesseis) “cotistas negros ou pardos”; 8 (oito) “cotistas de negros ou pardos oriundos de rede pública” e 8 (oito) “cotistas de rede pública” conforme Quadro a seguir:

Quadro 8

Coefficiente de Rendimento Acadêmico dos alunos do curso de Ciências Biológicas que ingressaram em 2003

| Não cotistas | Cotistas negros ou pardos | Cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública | Cotistas de rede pública |
|--------------|---------------------------|--|--------------------------|
| 1,7 | 1,5 | 3,5 | 5,7 |
| 4,1 | 2,8 | 5,4 | 6,2 |
| 5,1 | 4,3 | 6,3 | 6,5 |
| 5,3 | 5 | 6,5 | 6,9 |
| 5,4 | 5,7 | 6,7 | 7 |
| 5,5 | 5,9 | 7,4 | 7,2 |
| 5,7 | 6 | 7,5 | 7,5 |
| 5,8 | 6 | 7,9 | 8 |
| 5,9 | 6 | | |
| 5,9 | 6,2 | | |
| 5,9 | 6,5 | | |
| 6 | 6,5 | | |
| 6,1 | 6,8 | | |

| | | | |
|-----|-----|--|--|
| 6,1 | 7,2 | | |
| 6,2 | 8 | | |
| 6,2 | 8,4 | | |
| 6,3 | | | |
| 6,4 | | | |
| 6,5 | | | |
| 6,6 | | | |
| 6,6 | | | |
| 6,6 | | | |
| 6,7 | | | |
| 6,7 | | | |
| 6,8 | | | |
| 6,9 | | | |
| 7 | | | |
| 7 | | | |
| 7,2 | | | |
| 7,2 | | | |
| 7,4 | | | |
| 7,5 | | | |
| 7,6 | | | |
| 7,6 | | | |
| 7,7 | | | |
| 7,7 | | | |
| 7,7 | | | |
| 7,7 | | | |
| 8 | | | |
| 8 | | | |
| 8 | | | |
| 8,1 | | | |
| 8,2 | | | |
| 8,6 | | | |
| 8,7 | | | |

Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

Ao considerarmos as menores notas temos: entre os “não cotistas” 1,7 pontos; entre os “cotistas negros ou pardos” 1,5 pontos; entre os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” 3,5 pontos e entre os “cotistas de rede pública” 5,7 pontos.

Esses dados demonstram um desempenho ruim dos alunos “não cotistas”, dos alunos “cotistas negros e pardos” e dos “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” com notas muito abaixo da média necessária para a aprovação que é de 6 (seis) pontos. A categoria “cotistas de rede pública aproximou-se mais da média, mas mesmo assim ficou abaixo.

Quanto as melhores notas temos: 8,7 pontos entre os “não cotistas”; 8 pontos entre os “cotistas de rede pública”; 8,4 pontos entre os “cotistas negros ou pardos” e 7,9 pontos entre os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”. Esses dados

demonstram uma certa regularidade entre os alunos cotistas e não cotistas uma vez que a diferença média fica em torno de 0,5 pontos.

Quanto as média temos: 6,6 pontos para os “não cotistas”; 5,8 pontos para os “cotistas negros ou pardos”; 6,4 pontos para os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” e 6,8 pontos entre os “cotistas de rede pública”.

Sendo assim, os dados nos mostram uma desvantagem de um ponto dos “cotistas negros e pardos” em relação ao primeiro colocado que foi a categoria “cotistas de rede pública”. Em relação ao vestibular constatamos uma similaridade entre o desempenho no vestibular e o desempenho acadêmico. Os “cotistas negros e pardos” foram os que obtiveram menores notas no vestibular e também os que tiveram pior desempenho.

5.1.4 Análise do curso de Ciências Sociais

No Vestibular 2003 para o curso de Ciências Sociais foram preenchidas 29 (vinte e nove) vagas no total de 30 (trinta) vagas oferecidas, sendo 12 (doze) vagas ocupadas por estudantes “sem cotas”, 7 (sete) por “ cotistas negros ou pardos”, 6 (seis) por “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” e 4 (quatro) por “cotistas de rede pública”.

Ao analisarmos as menores notas de ingresso no curso de Ciências Sociais temos: 14,25 pontos entre os “não cotistas”; 13,75 pontos entre “cotistas de rede pública”; 15,5 “cotistas negros ou pardos” e 9,73 pontos entre “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”. Conforme Quadro abaixo.

Quadro 9
Notas de ingresso no curso de Ciências Sociais no Vestibular 2003

| Não cotistas | Cotistas negros ou pardos | Cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública | Cotistas de rede pública |
|--------------|---------------------------|--|--------------------------|
| 14,25 | 15,5 | 9,75 | 13,75 |
| 34 | 15,75 | 14 | 31,75 |
| 36 | 18,5 | 14,75 | 50,5 |
| 38 | 29 | 28,25 | 52,25 |
| 38,75 | 30,75 | 35 | |
| 42 | 34,5 | 36,25 | |
| 42 | 55,5 | | |
| 44,75 | | | |
| 47,25 | | | |
| 49,5 | | | |

| | | | |
|-----------------|---|---|---|
| 52 | | | |
| 52,5 | | | |
| Total 12 | 7 | 6 | 4 |

Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

Este Quadro demonstra que todos os alunos que entraram pela categoria “cotistas negros ou pardos” não precisariam das cotas para entrar, que apenas 2 (dois) alunos da categoria “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” precisariam das cotas para ingressarem e que apenas um aluno da categoria “cotistas de rede pública” precisou das cotas.

Quanto as melhores notas temos: 52,5 pontos entre os “não cotistas”; 52,25 pontos entre os “cotistas de rede pública”; 55,5 pontos entre os “cotistas negros ou pardos e 36,25 pontos entre os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”. Sendo assim, o melhor desempenho foi novamente dos “cotistas negros ou pardos”, o que demonstra um bom desempenho dos cotistas negros ou pardos no vestibular para o curso de Ciências Sociais.

Portanto, em linhas gerais podemos dizer que houve em média uma diferença de três vezes entre a maior e a menor nota e que os alunos negros ou pardos tiveram um desempenho que não precisaria da reserva de vagas.

Quanto ao rendimento acadêmico foram verificados os desempenhos de 26 (vinte e seis) alunos, 12 (doze) “não cotistas”; 6 (seis) “cotistas negros ou pardos”; 6 (seis) “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” e 2 (dois) “cotistas de escola pública” conforme demonstra o Quadro 10:

Quadro 10

Coefficiente de Rendimento Acadêmico dos alunos do curso de Ciências Sociais que ingressaram em 2003

| não cotistas | Cotistas negros ou pardos | Cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública | Cotistas de rede pública |
|--------------|---------------------------|--|--------------------------|
| 4,8 | 6,6 | 3,6 | 6,6 |
| 6,2 | 7 | 4,9 | 8,4 |
| 7,5 | 7,2 | 6,9 | |
| 7,9 | 7,3 | 7,7 | |
| 8 | 7,5 | 8,2 | |
| 8,3 | 8,6 | 8,3 | |
| 8,5 | | | |
| 8,9 | | | |
| 8,9 | | | |

| | | | |
|-----|--|--|--|
| 8,9 | | | |
| 9 | | | |
| 9,5 | | | |

Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

Ao considerarmos as menores notas temos: “não cotistas” 4,8 pontos; “cotistas de rede pública” 6,6; “cotistas negros ou pardos” 6,6 pontos e entre os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” 3,6 pontos. Esses dados demonstram que entre os “não cotistas” tivemos um aluno abaixo da média (seis), entre os “cotistas negros ou pardos” nenhum aluno ficou abaixo da média, entre os “cotistas negros ou pardos oriundos da rede pública” dois alunos ficaram abaixo da média e entre os “cotistas de rede pública” nenhum aluno.

Quanto as melhores notas temos: 9,5 pontos entre os “não cotistas”; 8,4 pontos entre os “cotistas de rede pública”; 8,6 pontos entre os “cotistas negros ou pardos” e 8,3 pontos entre os “cotistas negros ou pardos”. Esses dados demonstram uma certa regularidade entre os alunos negros ou pardos. A maior diferença está entre os não cotistas e o cotista de escola pública negros ou pardos com uma diferença de 1,2 pontos.

Quanto à análise das médias temos: 8 pontos para os “não cotistas” 7,3 para os “cotistas negros ou pardos”; 7,5 para os “cotistas de rede pública” e 6,6 para os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”. Sendo assim, os dados nos mostram que a maior diferença está entre os alunos “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública) e os “não cotistas” com uma diferença de 1,4 pontos.

Em comparação com o vestibular, os cotistas negros ou pardos foram os que mais se destacaram. No entanto, quanto ao desempenho em média eles ocupam a terceira posição com uma diferença de 0,7 pontos em relação ao primeiro “não cotistas”.

5.1.5 Análise do curso de Engenharia Civil

No Vestibular 2003 para o curso de Engenharia Civil foram preenchidas 29 (vinte e nove) vagas no total de 30 (trinta) vagas oferecidas, sendo 23 (vinte três) ocupadas por “não cotistas”; 3 (três) por “cotistas negros ou pardos”; 1 (uma) por “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” e 2 (duas) por “cotistas de rede pública”.

Ao verificarmos as menores notas de ingresso no curso de Engenharia Civil temos: 18,2 pontos entre os “não cotistas”; 21,2 pontos entre os “cotistas de rede pública”; 10,0 pontos entre os “cotistas negros ou pardos” e 12,0 pontos entre os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”. Isso demonstra que os alunos “cotistas de rede pública” não precisariam das cotas para ingressarem na universidade já nas outras categorias de cotas todos precisariam das cotas para ingressarem conforme demonstra o Quadro abaixo:

Quadro 11
Notas de ingresso no curso de Engenharia civil no Vestibular 2003

| Não cotistas | Cotistas negros ou pardos | Cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública | Cotistas de rede pública |
|-----------------|---------------------------|--|--------------------------|
| 18,25 | 10 | 12 | 21,25 |
| 18,5 | 11,75 | | 40,5 |
| 18,5 | 16,25 | | |
| 18,75 | | | |
| 18,75 | | | |
| 22,75 | | | |
| 23,75 | | | |
| 26,75 | | | |
| 32,25 | | | |
| 32,5 | | | |
| 32,75 | | | |
| 34,5 | | | |
| 34,75 | | | |
| 36,5 | | | |
| 38,5 | | | |
| 41 | | | |
| 42 | | | |
| 43 | | | |
| 43,25 | | | |
| 44,25 | | | |
| 46,75 | | | |
| 51,75 | | | |
| 54 | | | |
| Total 23 | 3 | 1 | 2 |

Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

Quanto as maiores notas temos: 54 pontos entre os “não cotistas”; 40,5 pontos entre os “cotistas de rede pública”; 16,25 pontos entre os “cotistas negros ou pardos” e 12 pontos entre os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”. Sendo assim, o melhor desempenho foi dos estudantes que ingressaram pelo sistema “não cotistas”.

No entanto, o mais significativo é verificar o ponto de corte, ou seja, a nota mínima, e neste quesito os alunos “cotistas de rede pública” tiveram melhor

desempenho, o que significa que estes alunos não precisariam da reversa de vagas para ingressar na Universidade como dito anteriormente.

Quanto ao desempenho acadêmico foram verificados os desempenhos de 28 (vinte e oito) alunos, 22 (vinte e dois) “não cotistas”; 3 (três) “cotistas negros ou pardos”; 1 (um) “cotista negro ou pardo” e 2 (dois) “cotistas de rede pública” conforme Quadro a seguir:

Quadro 12

Coeficiente de Rendimento Acadêmico dos alunos do curso de Engenharia Civil que ingressaram em 2003

| Não cotistas | Cotistas negros ou pardos | Cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública | Cotistas de rede pública |
|--------------|---------------------------|--|--------------------------|
| 1,3 | 5 | 6,6 | 6,3 |
| 2,3 | 5,4 | | 6,3 |
| 3,2 | 6,5 | | |
| 4,4 | | | |
| 4,8 | | | |
| 4,9 | | | |
| 5,2 | | | |
| 5,3 | | | |
| 5,3 | | | |
| 5,6 | | | |
| 5,9 | | | |
| 6,1 | | | |
| 6,2 | | | |
| 6,4 | | | |
| 6,6 | | | |
| 6,9 | | | |
| 7,1 | | | |
| 7,2 | | | |
| 7,2 | | | |
| 7,2 | | | |
| 7,7 | | | |
| 7,8 | | | |

Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

Ao considerarmos as piores notas temos: “não cotistas” 1,3 pontos; “cotistas de rede pública” 6,3; “cotistas negros ou pardos” 5,0 pontos e 6,6 pontos entre os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”.

O Quadro acima demonstra que entre os alunos “não cotistas” tivemos um índice de 50% dos alunos a baixo da média (seis) e que entre os “cotistas negros ou pardos” a média foi de 66% e entre os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” e “cotistas de rede pública” não houve reprovações.

Quanto as melhores notas temos: 7,8 pontos entre os “não cotistas”; 6,3 pontos entre os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”; 6,5 pontos entre os “cotistas negros ou pardos” e 6,6 entre os “cotistas de rede pública”. Esses dados demonstram uma certa regularidade entre os alunos cotistas negros ou pardos. A maior diferença está entre os “não cotistas” e “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” com uma diferença de 1,5 pontos.

Quanto às médias temos: 5,6 pontos para os “não cotistas”; 6,3 pontos para os “cotistas de rede pública”; 5,6 pontos para os “cotistas negros ou pardos” e 6,6 pontos para os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”.

Esses dados mostram que apesar do melhor desempenho no vestibular dos estudantes não cotistas quando se avalia o desempenho interno a situação dos cotistas de rede pública é mais favorável e os “cotistas negros ou pardos” se igualam aos “não cotistas”.

Para tanto, o curso de Engenharia Civil vem demonstrando uma exceção no panorama até agora analisando, onde os alunos cotistas tiveram um pior desempenho no vestibular e um melhor desempenho no curso o que não foi visto nos cursos antes analisados.

5.1.6 Análise do curso de Engenharia de Exploração e Produção de Petróleo

No Vestibular 2003 para o curso de Engenharia de Exploração e Produção de Petróleo foram preenchidas 22 (vinte e duas) vagas no total de 20 (vinte) vagas oferecidas¹², sendo 7 (sete) vagas ocupadas por “não cotistas”, 4 (quatro) ocupadas por “cotistas negros ou pardos”, 4 (quatro) por “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” e 7 (sete) por “cotistas de rede pública”.

Ao analisarmos as menores notas de ingresso no curso de Engenharia de Exploração e Produção de Petróleo temos: 71 pontos entre os “não cotistas”; 35,5 pontos entre os “cotistas de rede pública”; 60 pontos entre os “cotistas para negros e pardos” e 36,5 pontos entre os “cotistas negros e pardos oriundos de rede pública”. Isso demonstra que os alunos “não cotistas” obtiveram um desempenho bem superior, principalmente em relação aos alunos “cotistas de rede pública”.

¹² Conforme já citado anteriormente alguns cursos ocuparam mais vagas do que as oferecidas no edital devido a recursos judiciais impetrados por estudantes que obtiveram notas superiores aos cotistas mas não entraram.

Quadro 13
Notas de ingresso no curso de Engenharia Exploração e Produção de Petróleo no Vestibular 2003

| Sem cotas | Cotistas negros ou pardos | Cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública | Cotistas de rede pública |
|----------------|---------------------------|--|--------------------------|
| 71 | 60,5 | 36,5 | 35,5 |
| 77,25 | 62,75 | 43,25 | 36,5 |
| 77,5 | 64 | 61,25 | 43,5 |
| 79 | 85,25 | 79 | 44 |
| 79,25 | | | 48,25 |
| 80,75 | | | 50 |
| 84 | | | 72,75 |
| Total 7 | 4 | 4 | 7 |

Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

Quanto as maiores notas temos: 84 pontos entre os “não cotistas”; 72,75 pontos entre os “cotistas de rede pública”; e 85,25 pontos entre os “cotistas negros ou pardos” e 79 pontos entre os “cotistas negros ou pardos oriundo de rede pública”.

Este quadro mostra que na categoria “cotistas negros ou pardos” 1(um) aluno não precisaria das cotas para ingressar, na categoria “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” também 1(um) aluno não precisaria e também 1 (um)aluno não precisaria na categoria “cotistas de rede pública”.

Quanto ao desempenho acadêmico foram verificado o desempenho de 22 (vinte e dois) alunos, 7 (sete) “não cotistas”; 4 (quatro) “cotistas negros ou pardos”; 4 (quatro) “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” e 7 (sete) “cotistas de rede pública” conforme o Quadro a seguir:

Quadro 14
Coefficiente de Rendimento Acadêmico dos alunos do curso de Engenharia de Exploração e Produção de Petróleo que ingressaram em 2003

| Sem cotas | Cotistas negros ou pardos | Cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública | Cotistas de rede pública |
|-----------|---------------------------|--|--------------------------|
| 8,4 | 5,5 | 5,7 | 7,3 |
| 8,5 | 6,9 | 5,8 | 8,3 |
| 8,5 | 7,3 | 8,8 | 8,5 |
| 8,7 | 7,8 | 8,8 | 7 |
| 8,8 | | | 8,2 |
| 8,8 | | | 7 |

Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

Ao considerarmos as piores notas temos: “não cotistas” 8,4 pontos; “cotistas de escola pública” 7,3 pontos; “cotistas negros ou pardos” 5,5 pontos e “cotista negros ou pardos oriundos de rede pública” 5,7 pontos. Esses dados demonstram um desempenho melhor dos alunos não cotistas.

Quanto as melhores notas temos: 9 pontos “não cotistas”; 7,6 pontos “cotistas de rede pública”; “cotista negros ou pardos” 7,8 pontos e “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” 8,8 pontos . Esses dados demonstram uma certa variação entre as diferentes modalidades de ingresso. A maior diferença está entre os sem cotas e os cotistas de escola pública com uma diferença de 1,4 pontos.

Quanto as média temos: 8,6 pontos para os “não cotistas”; 7,7 pontos para os “cotistas de rede pública” e entre os “cotistas negros ou pardos” 6,8 pontos e 7,2 para os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”.

Sendo assim os dados nos mostram que a maior diferença está entre os alunos não cotistas e os cotistas negros ou pardos. Quando analisamos o vestibular verificamos que também o desempenho dos não cotistas foi melhor.

5.1.7 Análise do curso de Engenharia Metalúrgica

No Vestibular 2003 para o curso de Engenharia Metalúrgica foram preenchidas 30 (trinta) vagas no total de 30 (trinta) vagas oferecidas, sendo 16 (dezesesseis) por alunos “não cotistas”; 9 (nove) por “cotistas negros ou pardos”, 3 (três) por “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” e 2 (duas) por “cotistas de rede pública”.

Ao analisarmos as menores notas de ingresso no curso de Engenharia Metalúrgica temos: 33 pontos entre os “não cotistas”; 9,7 pontos entre os “cotistas de rede pública”; 8,2 pontos entre os “cotistas negros ou pardos”; 12,7 pontos entre os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”. Isso demonstra uma grande vantagem dos alunos “não cotistas” e um pior desempenho dos concorrentes pelos sistemas com reserva de vagas. No entanto, entre os “cotistas negros ou pardos” 3 (três) candidatos não precisariam das cotas para ingressarem na universidade conforme demonstra o Quadro a seguir:

Quadro 15
Notas de ingresso no curso de Engenharia Metalúrgica no Vestibular 2003

| Sem cotas | Cotistas negros ou pardos | Cotistas escola pública e negros ou pardos | Cotistas apenas de escola pública |
|-----------|---------------------------|--|-----------------------------------|
| 33 | 8,25 | 12,75 | 9,75 |
| 33 | 16,75 | 25 | 15,25 |
| 33,5 | 18,75 | 26,5 | |
| 34,5 | 21,25 | | |
| 37,5 | 25,5 | | |
| 37,75 | 28,25 | | |
| 38,5 | 33,75 | | |
| 38,75 | 44,25 | | |
| 39,25 | 49,75 | | |
| 45,75 | | | |
| 46,25 | | | |
| 48 | | | |
| 51,5 | | | |
| 64,5 | | | |
| 65,25 | | | |
| 83 | | | |
| Total 16 | 9 | 3 | 2 |

Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

Quanto as maiores notas temos: 83 pontos entre os “não cotistas”; 15,2 pontos entre os “cotistas de rede pública”; 49,7 pontos “cotistas negros ou pardos” e 26,5 pontos “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”. Sendo assim, vemos que o melhor desempenho foi dos estudantes que ingressaram pelo sistema sem reserva de vagas com uma nota muito superior as demais categorias.

Quanto ao desempenho acadêmico foram analisados os desempenhos de 29 (vinte e nove) alunos, 15 (quinze) “não cotistas”; 9 (nove) “cotistas negros ou pardos”; 3 (três) “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” e 2 (dois) “cotistas de rede pública” conforme demonstra o Quadro:

Quadro 16
Coefficiente de Rendimento Acadêmico dos alunos do curso de Engenharia Metalúrgica que ingressaram em 2003

| Não cotistas | Cotistas negros ou pardos | Cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública | Cotistas de rede pública |
|--------------|---------------------------|--|--------------------------|
| 4,7 | 5,6 | 4 | 3,8 |
| 5,8 | 6 | 5,6 | 6 |
| 6,7 | 6,4 | 5,8 | |
| 6,8 | 6,5 | | |
| 7 | 6,6 | | |
| 7 | 6,7 | | |
| 7,1 | 7 | | |
| 7,2 | 7,1 | | |
| 7,3 | 7,5 | | |
| 7,5 | | | |
| 7,9 | | | |
| 8,2 | | | |
| 8,5 | | | |
| 9,1 | | | |
| 9,1 | | | |

Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

Ao considerarmos as menores notas temos: “não cotistas” 4,7 pontos; “cotistas de rede pública” 3,8 pontos, “cotistas negros ou pardos” 5,6 pontos e “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” 4 pontos. Esses dados demonstram um desempenho melhor dos alunos “cotistas negros ou pardos”. Esse Quadro nos mostra que entre os “não cotistas” 2 (dois) alunos ficaram abaixo da média (seis) o que representa 13% da amostra, entre os “cotistas negros ou pardos” 1 (um) aluno ficou abaixo, o que representa 11% da amostra, entre os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” todos os alunos ficaram abaixo da média (100%) e entre os “cotistas de rede pública” 1 (um) aluno que representa 50% da amostra.

Quanto as melhores notas temos: 9,1 pontos entre os “não cotistas”; 6 pontos entre os “cotistas de rede pública”; 7,5 pontos entre os “cotistas negros ou pardos” e 5,8 pontos entre os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”. Esses dados demonstram um pior desempenho dos alunos cotistas de escola pública negros ou pardos. A maior diferença está entre os sem cotas e o cotista de escola pública negro ou pardo com uma diferença de 3,3 pontos.

Quanto às médias temos: 7,3 pontos entre os “não cotistas”; 4,9 pontos para os “cotistas de rede pública”; 6,6 para os “cotistas negros ou pardos” e 5,1 pontos para os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”.

Sendo assim, quando comparamos os dados do vestibular e do desempenho acadêmico observamos que em números absolutos um segue a tendência do outro, ou seja, o grupo que não se saiu bem no vestibular também teve um desempenho pior.

No entanto, a diferença entre cotistas e não cotistas no vestibular foi muito maior do que em relação ao desempenho interno, mostrando que os alunos superaram as dificuldades externas e estão conseguindo acompanhar o curso.

Analisando em separado o caso dos “cotistas negros ou pardos”, a menor nota de ingresso desta categoria foi quatro vezes menor que a menor nota do ingresso no vestibular sem cotas. No entanto, a menor nota no desempenho acadêmico dos alunos “cotistas negros ou pardos” é superior em 0,9 décimos o último colocado dos “não cotistas”.

5.1.8 Análise do curso de Medicina Veterinária

No Vestibular 2003 para o curso de Medicina Veterinária foram preenchidas 51 (cinquenta e uma) vagas no total de 40 (quarenta) vagas oferecidas¹³, sendo 21 (vinte e uma) ocupadas por estudantes “não cotistas”, 10 (dez) por “cotistas negros ou pardos”, 1 (uma) por “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” e 9 (nove) por “cotistas de rede pública”.

Ao analisarmos as menores notas de ingresso no curso de Medicina Veterinária temos: 23,5 pontos entre os “não cotistas”; 6,2 pontos entre os “cotistas de rede pública”; 11,2 pontos entre os “cotistas negros ou pardos” e 36,7 pontos entre os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”.

Os dados de entrada demonstram que os alunos “não cotistas” foram superior aos alunos “cotistas de rede pública”. No entanto, na categoria “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” tivemos apenas um aluno e sua nota foi superior a todos os outros significando que ele não necessitaria da reserva de vaga para ter acesso a universidade como pode ser evidenciado no Quadro abaixo:

Quadro 17
Notas de ingresso no curso de Medicina Veterinária no Vestibular 2003

| Sem cotas | Cotistas negros ou pardos | Cotistas escola pública e negros ou pardos | Cotistas apenas de escola pública |
|-----------|---------------------------|--|-----------------------------------|
| 23,5 | 11,25 | 36,75 | 6,25 |
| 26,25 | 24,25 | | 11,25 |
| 26,5 | 25 | | 15,25 |
| 27,5 | 26,25 | | 16 |
| 30,75 | 27,75 | | 28,5 |
| 32,5 | 39 | | 35,25 |
| 36 | 45,25 | | 36,75 |

¹³ Idem nota 7.

| | | | |
|----------|-------|---|------|
| 37 | 46,25 | | 55 |
| 37,25 | 50,75 | | 56,5 |
| 40,75 | 60,75 | | |
| 41,75 | | | |
| 45 | | | |
| 45 | | | |
| 50,5 | | | |
| 51 | | | |
| 51,75 | | | |
| 55,75 | | | |
| 57,5 | | | |
| 62,5 | | | |
| 65 | | | |
| 75,25 | | | |
| Total 21 | 10 | 1 | 9 |

Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

O Quadro também nos mostra que entre os “cotistas negros ou pardos” 90% dos alunos não precisariam das cotas para entrarem, entre os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” 100% não precisariam e entre os “cotistas de rede pública” 55% não precisariam.

Quanto as maiores notas temos: 75,2 pontos entre os “não cotistas”; 56,5 pontos entre os “cotistas de rede pública”; 60,7 pontos entre os “cotistas negros ou pardos” e 36,75 pontos entre os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”. Desta forma, a diferença entre as melhores notas é mais evidente entre os “não cotistas” e os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”.

Ao analisarmos as melhores e piores notas vemos que entre os “cotistas de rede pública” a diferença é de quase nove vezes entre a melhor e a pior e entre os “cotistas negros ou pardos” a diferença é cinco vezes, o que evidencia uma grande variação entre a melhor e pior nota, enquanto que nos outros sistemas a diferença é bem menor. Isso demonstra uma falta de homogeneidade entre os candidatos oriundos de rede pública.

Quanto ao desempenho foram analisados o desempenho de 41 (quarenta e um) alunos, 18 (dezoito) “não cotistas”; 10 (dez) “cotistas negros ou pardos”; 1(um) “cotista negro ou pardo oriundo de rede pública” e 9 (nove) “cotistas de rede pública” conforme o Quadro abaixo:

Quadro 18

Coefficiente de Rendimento Acadêmico dos alunos do curso de Medicina Veterinária que ingressaram em 2003

| Não cotistas | Cotistas negros ou pardos | Cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública | Cotistas de rede pública |
|--------------|---------------------------|--|--------------------------|
| 0,4 | 4,4 | 5,1 | 0,9 |
| 3,8 | 4,8 | | 4,1 |
| 4 | 4,9 | | 4,8 |
| 4,3 | 5,2 | | 5,4 |
| 4,8 | 5,6 | | 5,8 |
| 5 | 5,7 | | 6 |
| 5,2 | 6,3 | | 6,3 |
| 5,3 | 6,4 | | 6,5 |
| 5,7 | 7,1 | | 8,2 |
| 5,9 | 7,9 | | |
| 5,9 | | | |
| 6,4 | | | |
| 6,9 | | | |
| 7 | | | |
| 7,5 | | | |
| 7,6 | | | |
| 7,8 | | | |
| 7,8 | | | |

Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

Ao considerarmos as menores notas temos: “não cotistas” 0,4 pontos; “cotistas de rede pública” 0,9 pontos; “cotistas negros ou pardos” 4,4 pontos e “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” 5,1 pontos. Esses dados demonstram uma certa vantagem dos alunos autodeclarados negros ou pardos em relação aos demais.

Quanto as melhores notas temos: 7,8 pontos entre os “não cotistas”; 8,2 pontos entre os “cotistas de rede pública”; 7,9 pontos entre os “cotistas negros ou pardos” e 5,1 pontos entre os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”. Esses dados demonstram uma certa vantagem dos alunos cotistas de escola pública em relação aos demais. No entanto, é possível observar também que o aluno que entrou pelas cotas de escola pública e negros ou pardos obteve um desempenho desfavorável em relação aos demais.

A média das notas são 5,6 pontos para os “não cotistas”; 5,3 pontos para os “cotista de rede pública” ;5,8 pontos para os “cotistas negros ou pardos” e 5,1 pontos para os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” o que significa que a média de todas as categorias estão a baixo da média de aprovação (seis). Como podemos observar no Quadro18 entre os alunos “não cotistas” 61% ficaram a baixo da média, entre os “cotistas negros ou pardos” este percentual foi de 60%, entre os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” foi de 100% pois é representado

por um único estudante e a nota deste estudante foi abaixo da média e entre os “cotistas de rede pública” o percentual foi de 55%.

Sendo assim, os dados nos mostram que em relação ao desempenho todas as categorias ficaram abaixo da média e que entre as categorias de análise a diferença entre eles variou de 0,2 a 0,7 pontos.

Em comparação com a nota de ingresso (vestibular) verificamos que os alunos “cotistas negros ou pardos” no vestibular ficaram com notas abaixo dos “não cotistas” já em relação ao desempenho acadêmico, tanto a maior quanto a menor nota dos “cotistas negros ou pardos” é maior do que a dos “não cotistas”, demonstrando que se existe uma dificuldade para o acesso não é o mesmo que ocorre em relação ao desempenho acadêmico.

Estes dados servem também para refletimos sobre o discurso de que as cotas contribuiriam para a queda da qualidade da universidade pública. O que verificamos é que tanto os “cotistas” quanto os “não cotistas” não obtiveram média satisfatória demonstrando a irrelevância de tal argumento.

5.1.9 Análise do curso de Agronomia

No Vestibular 2003 para o curso de Agronomia foram preenchidas 38 (trinta e oito) vagas no total de 50 (cinquenta) vagas oferecidas, sendo 26 (vinte e seis) preenchidas por “não cotistas”, 5 (cinco) por “cotistas negros ou pardos”, 7 (sete) por “cotistas de rede pública” e na categoria “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” não tivemos nenhum aprovado.

Ao analisarmos as menores notas de ingresso no curso de Agronomia temos: 12,2 pontos entre os “não cotistas”; 14,2 entre os “cotistas de rede pública” e 8,2 pontos entre os “cotistas negros ou pardos”, como demonstra o Quadro a seguir:

Quadro 19
Notas de ingresso no curso de Agronomia no Vestibular 2003

| Não cotistas | Cotistas negros ou pardos | Cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública | Cotistas de rede pública |
|--------------|---------------------------|--|--------------------------|
| 12,25 | 8,25 | | 14,25 |
| 13 | 12,75 | | 14,25 |
| 13,5 | 21,75 | | 15,25 |
| 13,5 | 24,25 | | 19,5 |
| 14 | 30,5 | | 20,75 |
| 16,5 | | | 23,75 |
| 17,5 | | | 27 |
| 17,75 | | | |

| | | | |
|--------------|-----------|----------|----------|
| 18 | | | |
| 19 | | | |
| 19,75 | | | |
| 23 | | | |
| 23 | | | |
| 24,25 | | | |
| 25,5 | | | |
| 26,25 | | | |
| 27 | | | |
| 28 | | | |
| 28 | | | |
| 29,25 | | | |
| 29,75 | | | |
| 32,5 | | | |
| 32,75 | | | |
| 35 | | | |
| 38,25 | | | |
| 57,75 | | | |
| Total | 26 | 5 | 7 |

Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

Quanto as maiores notas temos: 57,7 pontos entre os “não cotistas”; 27 pontos entre os “cotistas de rede pública”; 30,7 entre os “cotistas negros ou pardos”. Desta forma a diferença entre as melhores notas é mais acentuada entre os alunos “não cotistas”, com uma média quase que o dobro dos outros dois sistemas.

O Quadro 19 nos demonstram que entre os “cotistas negros ou pardos” 80% não precisariam das cotas para ingressarem e que entre os “cotista de rede pública” 100% deles não precisariam das cotas.

Quanto ao desempenho acadêmico foram analisados o desempenho de 33 (trinta e três) alunos; 22 (vinte e dois) “não cotistas”; 4 (quatro) “cotistas negros ou pardos” e 7(sete) “cotistas de rede pública” e como não houve cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” esta modalidade ficou sem representação conforme Quadro abaixo:

Quadro 20

Coefficiente de Rendimento Acadêmico dos alunos do curso de Agronomia que ingressaram em 2003

| Não cotistas | Cotistas negros ou pardos | Cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública | Cotistas de rede pública |
|--------------|---------------------------|--|--------------------------|
| 1,4 | 3,6 | | 5,7 |
| 1,9 | 5,8 | | 6,7 |
| 2,5 | 6,7 | | 6,9 |
| 4,3 | 6,8 | | 6,9 |
| 4,7 | | | 7,8 |

| | | | |
|-------|----|---|-----|
| 5,6 | | | 7,8 |
| 5,9 | | | 7,9 |
| 6,1 | | | |
| 6,5 | | | |
| 6,6 | | | |
| 6,8 | | | |
| 7,2 | | | |
| 7,5 | | | |
| 7,5 | | | |
| 7,5 | | | |
| 7,6 | | | |
| 7,8 | | | |
| 7,9 | | | |
| 8 | | | |
| 8,2 | | | |
| 8,5 | | | |
| 8,9 | | | |
| Total | 22 | 4 | 7 |

Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

Ao considerarmos as piores notas temos: “não cotistas” 1,4 pontos; “cotistas de rede pública” 5,7 pontos; “cotistas negros ou pardos” 3,6 pontos. Esses dados demonstram uma certa vantagem dos alunos cotistas de escola pública em relação aos demais e demonstra também um baixo desempenho dos não cotistas.

Quanto as melhores notas temos: 8,9 pontos entre os “não cotistas”; 7,9 entre os “cotistas de rede pública” e 6,8 pontos entre os “cotistas negros ou pardos”. Nesse caso os alunos “não cotistas” obtiveram uma certa vantagem.

Quanto as médias temos: 6,3 pontos entre os “não cotistas”; 7,1 pontos entre os “cotistas de rede pública” e 5,7 pontos entre os “cotistas negros ou pardos”.

O quadro nos demonstra também que entre os “não cotistas” 32% não alcançaram a média (seis), entre os “cotistas negros ou pardos” este número subiu para 50% e os “cotistas de rede pública” obtiveram um menor percentual 14%.

Sendo assim, os dados nos mostram um melhor desempenho dos estudantes que vieram da rede pública de ensino o que aconteceu também em relação ao ponto de corte do vestibular que os estudantes da rede pública obtiveram maiores notas não precisando das cotas para ingressarem.

5.1.10 Análise do curso de Licenciatura em Física

No Vestibular 2003 para o curso de Licenciatura em Física foram preenchidas 19 (dezenove) vagas no total de 30 (trinta) vagas oferecidas, sendo 15 (quinze) ocupadas por estudantes “não cotistas”, 1 (uma) por “cotistas negros ou pardos”, 1(uma) por “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” e 2 (duas) por “cotistas de rede pública” conforme Quadro abaixo:

Quadro 21
Notas de ingresso no curso de Licenciatura em Física no Vestibular 2003

| Não cotistas | Cotistas negros ou pardos | Cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública | Cotistas de rede pública |
|-----------------|---------------------------|--|--------------------------|
| 5,5 | 8,5 | 37,75 | 18 |
| 6,25 | | | 26,25 |
| 8,5 | | | |
| 9,5 | | | |
| 10,25 | | | |
| 14,25 | | | |
| 16,25 | | | |
| 18,5 | | | |
| 24,5 | | | |
| 29,25 | | | |
| 35 | | | |
| 35,25 | | | |
| 36,5 | | | |
| 40,25 | | | |
| 51,25 | | | |
| Total 15 | 1 | 1 | 2 |

Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

Ao analisarmos as menores notas de ingresso no curso de Licenciatura em Física temos: 5,5 pontos entre os “não cotistas”; 18 pontos entre os “cotistas de rede pública”; 8,5 pontos entre os “cotistas negros ou pardos” e 37,7 pontos entre os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”. Isso demonstra que os alunos negros ou pardos obtiveram o melhor desempenho não sendo até mesmo necessário a reserva de vaga para garantir o seu acesso.

Quanto as maiores notas temos: 51,2 pontos entre os “não cotistas”; 26,5 pontos entre os “cotistas de rede pública”; 8,5 pontos entre os “cotistas negros ou pardos” e 37,7 pontos entre os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”. É importante salientar que a maior e a menor nota do vestibular das categorias “cotistas negros ou

pardos” e “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” é a mesma, pois nestes sistemas só tiveram um aluno aprovado, este fato justifica a grande diferença entre os sem cotas e os cotistas negros ou pardos.

Portanto o Quadro 21 nos revela que nenhum estudante que entrou por cotas no curso de Licenciatura em Física precisou das cotas para ingressarem.

Quanto ao desempenho acadêmico foram analisados o desempenho de 14 (quatorze) alunos, sendo 10 (dez) “não cotistas”, 1 (um) “cotista negro ou pardo” , 2 (dois) “cotistas de rede pública” e 1 (um) “cotista negro ou pardo oriundo de rede pública” conforme Quadro abaixo:

Quadro 22

Coefficiente de Rendimento Acadêmico dos alunos do curso de Licenciatura em Física que ingressaram em 2003

| Não cotistas | Cotistas negros ou pardos | Cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública | Cotistas de rede pública |
|--------------|---------------------------|--|--------------------------|
| 4,4 | 7,9 | 7,6 | 7,5 |
| 4,5 | | | 8,3 |
| 6,5 | | | |
| 7,6 | | | |
| 7,7 | | | |
| 7,8 | | | |
| 7,9 | | | |
| 8 | | | |
| 8 | | | |
| 8,4 | | | |
| | | | |

Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

Ao considerarmos as piores notas temos: “não cotistas” 4,4 pontos; “cotistas de rede pública” 7,5 pontos; “cotistas negros ou pardos” 7,9 pontos; “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” 7,6 pontos . Esses dados demonstram um melhor desempenho dos alunos “cotistas negros ou pardos”.

Quanto as melhores notas temos: 8,4 pontos entre os “não cotistas”; 8,3 entre os “cotistas de rede pública”; 7,9 pontos entre os “cotistas negros ou pardos” e 7,6 pontos entre os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”. Esses dados demonstram uma certa regularidade entre os alunos cotistas e não cotistas com uma pequena vantagem de 0,1 pontos para os sem cotas.

Quanto às médias temos: 7 pontos para os “não cotistas”; 7,9 pontos para os “cotistas de rede pública”; 7,9 pontos para os “cotistas negros ou pardos” e 7,6 pontos para os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”.

Desta forma podemos observar através dos dados um melhor desempenho dos alunos cotistas, o que também pôde ser visto quanto ao vestibular.

5.1.11 Análise do curso de Licenciatura em Biologia

No Vestibular 2003 para o curso de Licenciatura em Biologia foram preenchidas 35 (trinta e cinco) vagas no total de 40 (quarenta) vagas oferecidas, sendo 15 (quinze) preenchidas por estudantes “não cotistas”, 5 (cinco) por “cotistas negros ou pardos”, 3 (três) por “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” e 12 (doze) por “cotistas de rede pública”.

Ao analisarmos as menores notas de ingresso no curso de Licenciatura em Biologia temos: 15,2 pontos entre os “não cotistas”; 9,5 pontos entre os “cotistas de rede pública”; 13,2 pontos entre os “cotistas negros ou pardos” e 12,2 pontos entre os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”. Isso demonstra uma pequena vantagem dos alunos sem cotas conforme demonstra a Quadro abaixo:

Quadro 23
Notas de ingresso no curso de Licenciatura em Biologia no Vestibular 2003

| Não cotistas | Cotistas negros ou pardos | Cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública | Cotistas de rede pública |
|--------------|---------------------------|--|--------------------------|
| 15,25 | 13,25 | 12,25 | 9,5 |
| 15,5 | 22,5 | 26,75 | 12,25 |
| 18,75 | 27 | 39,25 | 12,5 |
| 20,75 | 31,5 | | 14,75 |
| 21,75 | 45,5 | | 15,25 |
| 23,25 | | | 16,75 |
| 26,75 | | | 23 |
| 29,75 | | | 23,25 |
| 30,5 | | | 26 |
| 31,75 | | | 29,25 |
| 32 | | | 39 |
| 33 | | | 39,75 |
| 36 | | | |
| 51,25 | | | |

| | | | | |
|--------------|-----------|----------|----------|-----------|
| | 59,75 | | | |
| Total | 15 | 5 | 3 | 12 |

Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

Quanto as maiores notas temos: 59,7 pontos entre os “não cotistas”; 39,75 pontos entre os “cotistas de rede pública”; 45,5 pontos entre os “cotistas negros ou pardos” e 39,2 pontos entre os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”. Assim, o melhor desempenho foi dos alunos “não cotistas”.

O Quadro 23 nos revela que 80% dos alunos que entraram por “cotistas negros ou pardos” não precisariam das cotas para ingressarem, que 66% dos “cotistas negros ou pardos e oriundos de rede pública” não necessitariam das cotas e o mesmo percentual dos “cotistas de rede” também não precisariam.

Quanto ao desempenho acadêmico foram analisados o desempenho de 33 (trinta e três) alunos, sendo 13 (treze) “não cotistas”; 5 (cinco) “cotistas negros ou pardos”; 3 (três) “cotistas de negros ou pardos oriundos de rede pública” e 12 (doze) “cotistas somente de rede pública” conforme Quadro abaixo:

Quadro 24

Coefficiente de Rendimento Acadêmico dos alunos do curso de Licenciatura em Biologia que ingressaram em 2003

| Não cotistas | Cotistas negros ou pardos | Cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública | Cotistas de rede pública |
|--------------|---------------------------|--|--------------------------|
| 6,4 | 6 | 5,1 | 2,7 |
| 6,5 | 6,8 | 7,4 | 5,9 |
| 7,1 | 7 | 7,5 | 6,1 |
| 7,2 | 7,4 | | 6,4 |
| 7,3 | 8,2 | | 6,9 |
| 7,3 | | | 7 |
| 7,3 | | | 7,4 |
| 7,4 | | | 7,5 |
| 7,8 | | | 7,6 |
| 7,9 | | | 7,6 |
| 7,9 | | | 7,8 |
| 8,5 | | | 7,8 |
| 8,9 | | | |

Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

Ao considerarmos as piores notas temos: “não cotistas” 6,4 pontos; “cotistas de rede pública” 2,7 pontos; “cotistas negros ou pardos” 6 pontos e “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” 5,1 pontos. Esses dados demonstram um pior desempenho dos alunos cotistas de escola pública.

Quanto as melhores notas temos: 8,9 pontos “não cotistas”; 7,8 pontos “cotistas de rede pública”; 8,2 pontos “cotistas negros ou pardos” e 7,5 pontos “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”. Esses dados demonstram um melhor desempenho dos alunos sem cotas com pouca vantagem sobre os demais.

Quanto as médias temos: 7,5 pontos para os “não cotistas”; 6,7 pontos para os “cotistas de rede pública”; 7 pontos para os “cotistas negros ou pardos” e 6,6 pontos para os “cotistas de negros ou pardos oriundos de rede pública”.

Assim como no vestibular a diferença entre um sistema e outro é muito pequena, apenas uma ressalva para os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” que obtiveram as menores notas no desempenho acadêmico e também obtiveram menores notas que os “não cotistas” no vestibular.

5.1.12 Análise do curso de Licenciatura em Matemática

No Vestibular 2003 para o curso de Licenciatura em Matemática foram preenchidas 10 (dez) vagas no total de 30 (trinta) vagas oferecidas, sendo 5 (cinco) por estudantes “não cotistas”, 1 (uma) por “cotistas negros ou pardos”, 3 (três) por “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” e 1 (uma) por “cotistas de rede pública” conforme demonstra o Quadro abaixo:

Quadro 25
Notas de ingresso no curso de Licenciatura em Matemática no Vestibular 2003

| Não cotistas | Cotistas negros ou pardos | Cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública | Cotistas de rede pública |
|----------------|---------------------------|--|--------------------------|
| 6 | 8 | 11 | 42,5 |
| 27 | | 13,75 | |
| 27,75 | | 17,25 | |
| 29,75 | | | |
| 36,25 | | | |
| Total 5 | 1 | 3 | 1 |

Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

Ao analisarmos as menores notas de ingresso no curso de Licenciatura em Matemática temos: 6 pontos entre os “não cotistas”; 42,5 pontos entre os “cotistas de rede pública”, 8 pontos entre os “cotistas para negros ou pardos” e 11 pontos entre os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”. Os dados demonstram uma grande vantagem dos “cotistas de rede pública”. No entanto, este se constitui de um único

aluno, sendo a maior e a menor nota a mesma. Constatamos também a partir do Quadro 25 que nenhum aluno que entrou por cotas no Curso de Licenciatura em matemática necessitaria das cotas para ingressarem.

Quanto as maiores notas temos: 36,2 pontos entre os “não cotistas”; 42,5 pontos entre os “cotistas de rede pública”; 8 pontos entre os “cotistas negros ou pardos” e 17,2 pontos entre os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”. Assim, o melhor desempenho foi dos cotistas apenas de rede pública.

Quanto ao desempenho acadêmico foram analisados o desempenho de 9 (nove) alunos, sendo 5 (cinco) “não cotistas”; 1 (um) “cotistas negros ou pardos”; 2 (dois) “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” e 1 (um) “cotistas de rede pública” conforme Quadro abaixo:

Quadro 26

Coefficiente de Rendimento Acadêmico dos alunos do curso de Licenciatura em Matemática que ingressaram em 2003

| Não cotistas | Cotistas negros ou pardos | Cotistas negros ou oriundos de rede pública | Cotistas de rede pública |
|--------------|---------------------------|---|--------------------------|
| 6,7 | 7,1 | 6,6 | 7 |
| 8 | | 8 | |
| 8,3 | | | |
| 8,4 | | | |
| 9 | | | |

Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

Ao considerarmos as piores notas temos: “não cotistas” 6,7 pontos; “cotistas de rede pública” 7 pontos; “cotistas negros ou pardos” 7,1 pontos e “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” 6,6 pontos.

Quanto as melhores notas temos: 9 pontos entre os “não cotistas”; 7 pontos entre os “cotistas de rede pública”; 7,1 pontos entre os “cotistas negros ou pardos” e 8 pontos entre os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”. Esses dados demonstram um melhor desempenho dos alunos sem cotas.

Quanto às médias temos: 8 pontos para os “não cotistas”; 7 pontos para os “cotistas de rede pública”; 7,1 pontos para os “cotistas negros ou pardos” e 7,3 pontos para os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”.

No caso do curso de Licenciatura em Matemática os alunos “não cotistas” foram os que obtiveram as menores notas de entrada, no entanto ao analisarmos o desempenho

a média dos alunos foram um pouco superior aos demais com uma diferença que varia entre 1 e 0,7 pontos. No entanto, em todas as categorias de ingresso às médias foram superiores a mínima exigida para a aprovação (seis).

5.1.13 Análise do curso de Licenciatura em Química

No Vestibular 2003 para o curso de Licenciatura em Química foram preenchidas 24 (vinte e quatro) vagas no total de 30 (trinta) vagas oferecidas, sendo 18 (dezoito) vagas ocupadas por estudantes “não cotistas”, 3 (três) por “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”, 3 (três) por “cotistas de rede pública” e na categoria “cotistas negros ou pardos” não tiveram nenhum estudante classificado.

Ao analisarmos as menores notas de ingresso no curso de Licenciatura em Química temos: 5,7 pontos entre os “não cotistas”; 12 pontos entre os “cotistas de rede pública” e 23,7 pontos entre os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”. Os dados demonstram uma grande vantagem dos autodeclarados negros ou pardos, o que evidencia que estes alunos não necessitariam da reserva de vagas para a entrada conforme demonstra Quadro abaixo:

Quadro 27
Notas de ingresso no curso de Licenciatura em Química no Vestibular 2003

| Não cotistas | Cotistas negros ou pardos | Cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública | Cotistas de rede pública |
|--------------|---------------------------|--|--------------------------|
| 5,75 | | 23,75 | 12 |
| 6,5 | | 28,75 | 12 |
| 8,25 | | 30,75 | 28 |
| 9,75 | | | |
| 14,5 | | | |
| 14,5 | | | |
| 15,25 | | | |
| 16,25 | | | |
| 19 | | | |
| 24,5 | | | |
| 25,5 | | | |
| 26,5 | | | |
| 30,25 | | | |
| 30,75 | | | |
| 30,75 | | | |
| 39,5 | | | |
| 41,25 | | | |
| 53,25 | | | |

| | | | | |
|-------|----|---|---|---|
| Total | 18 | 0 | 3 | 3 |
|-------|----|---|---|---|

Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

Quanto as maiores notas temos: 53,2 pontos entre os “não cotistas”; 28 pontos entre os “cotistas de rede pública” e 30,7 pontos entre os alunos “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”. Assim, o melhor desempenho foi do “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”.

Observamos que no Curso de Licenciatura em Química também nenhum aluno beneficiado pelas cotas necessitaram delas para ingressarem na universidade, pois obtiveram médias superiores aos não cotistas.

Quanto ao desempenho acadêmico foram verificados o desempenho de 20 (vinte) alunos, sendo 16 (dezesesseis) “não cotistas”; 2 (dois) “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” e 2 (dois) “cotistas de rede pública” e nenhum “cotista negro ou pardo” porque não houve no vestibular como podemos observar no Quadro abaixo:

Quadro 28

Coeficiente de Rendimento Acadêmico dos alunos do curso de Licenciatura em Química que ingressaram em 2003

| Não cotistas | Cotistas negros ou pardos | Cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública | Cotistas de rede pública |
|--------------|---------------------------|--|--------------------------|
| 4,8 | | 7,4 | 6,2 |
| 7,1 | | 7,6 | 7,9 |
| 7,4 | | | |
| 7,6 | | | |
| 7,6 | | | |
| 7,6 | | | |
| 7,7 | | | |
| 7,8 | | | |
| 7,9 | | | |
| 8 | | | |
| 8 | | | |
| 8 | | | |
| 8,2 | | | |
| 8,2 | | | |
| 8,4 | | | |
| 8,5 | | | |

Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

Ao considerarmos as piores notas temos: “não cotistas” 4,8 pontos; “cotistas de rede pública” 6,2 pontos e “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” 7,4 pontos.

Quanto as melhores notas temos: 8,5 pontos “não cotistas”; 7,9 pontos “cotistas de rede pública” e entres os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” 7,6 pontos. Esses dados demonstram um melhor desempenho dos alunos sem cotas.

Quanto às média temos: 7,6 pontos para os “não cotistas”; 7 pontos para os “cotistas de rede pública” e entre os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” 7,5 pontos.

Se compararmos o desempenho acadêmico com a nota de entrada no vestibular, observamos que em relação ao vestibular houve uma grande diferença entre as modalidades de ingresso. No entanto, quanto ao desempenho ele pode ser considerado bem aproximado entre as diferentes modalidades de ingresso.

5.1.14 Panorama Geral

Fazendo uma análise geral podemos dizer que os alunos cotistas tiveram um bom desempenho tanto no vestibular quanto no decorrer do primeiro ano de curso.

O Quadro abaixo nos trás um panorama geral de como ficou a relação cotas/ vestibular no ano de 2003

Quadro 29

Avaliativo da condição de acesso dos alunos cotistas no ano de 2003

| Curso | Relação candidato/vaga | Cotistas negros ou pardos que entraram ,mas não precisariam das cotas | Cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública que entraram, mas não precisariam das cotas | Cotistas de rede pública que entraram, mas não precisariam das cotas |
|---|------------------------|---|--|--|
| Zootecnia | 2,04 | 100 (%) | 100 (%) | 100 (%) |
| Ciência da Educação | 1,27 | 100 (%) | 100(%) | 100 (%) |
| Ciências Biológicas | 4,48 | 84,2 (%) | 100 (%) | 90 (%) |
| Ciências Sociais | 3,43 | 100 (%) | 66 (%) | 75 (%) |
| Engenharia Civil | 2,93 | 33 (%) | 0 (%) | 100 (%) |
| Engenharia de Expl. e Prod. de Petróleo | 9,25 | 25 (%) | 25 (%) | 14 (%) |
| Engenharia Metalúrgica | 3,27 | 33 (%) | 0 (%) | 0 (%) |
| Medicina Veterinária | 6,63 | 90 (%) | 100 (%) | 55 (%) |

| | | | | |
|----------------------------|------|---------|---------|---------|
| Agronomia | 2,34 | 80 (%) | | 100 (%) |
| Licenciatura em Física | 2,67 | 100 (%) | 100 (%) | 100(%) |
| Licenciatura em Biologia | 3,55 | 80 (%) | 66 (%) | 66 (%) |
| Licenciatura em Matemática | 2,63 | 100 (%) | 100 (%) | 100 (%) |
| Licenciatura em Química | 2,27 | | 100 (%) | 100 (%) |

Fonte: Secretaria Acadêmica-UENF/ Manual do candidato- Vestibular 2004

O curso de Engenharia Metalúrgica foi o curso em que os cotistas tiveram mais necessidade de cotas para garantir o acesso, este curso obteve uma relação candidato/vaga 3,27. No entanto, a explicação para este fato pode ser no ponto de corte entre os “não cotistas”, o curso de Engenharia de Materiais teve a segunda maior nota de ponto de corte de todos os cursos, exigindo para a entrada de “não cotistas” uma pontuação mínima de 33 pontos.

Enquanto que o curso de Engenharia de Produção e Exploração de Petróleo e Engenharia foi o segundo curso em que houve mais necessidade de cotas, este fato pode ser explicado por este curso ser o mais concorrido dentre os cursos oferecidos pela instituição com uma concorrência de 9,25 candidatos por vaga. Este curso também foi o que exigiu maior pontuação no vestibular, entre os cotistas a nota mínima de aprovação foi 35,5 pontos, já entre os não cotistas foi de 71 pontos.

O curso de Engenharia Civil seguiu também a linha das demais engenharias e foi o terceiro curso em que os cotistas mais necessitaram das cotas.

Os cotistas tiveram melhores desempenhos justamente nos cursos em que o ponto de corte (nota mínima exigida) entre os “não cotistas” foram os mais baixos. Isso ocorreu, por exemplo, nos cursos de Licenciatura em Física 5,5 pontos, Licenciatura em Matemática 6 pontos, e Licenciatura em Química 5,7 pontos. Estes cursos também são os únicos oferecidos no turno noturno juntamente com Licenciatura em Biologia que obteve uma nota mínima de 12,2 pontos para os “não cotistas” e foi o mais procurado do turno noturno com uma relação candidato/vaga de 3,55.

Nos cursos diurnos de Ciências da Educação e Zootecnia também não houve necessidade de cotas, estes cursos também tiveram uma nota mínima entre os “não cotistas” baixa, com 7,7 e 9 pontos respectivamente.

Nos cursos de Ciências Sociais, Ciências Biológicas, Medicina Veterinária e Agronomia, alguns alunos precisaram das cotas, nestes cursos a nota mínima exigida variou de 12,2 a 23,5 pontos. Esses dados vêm corroborar, por exemplo, com dados de outras instituições (Censo Étnico-Racial da Universidade Federal Fluminense, 2003)

que indicam que os estudantes negros ou pardos quando chegam a universidade geralmente vem ocupar cadeiras em cursos menos concorridos e geralmente no turno noturno.

Portanto, o fato dos alunos que entraram para cursos noturnos e menos concorridos não precisarem das cotas para entrar não é novidade, pois estes sempre foram os lugares ocupados pelos negros. No entanto, a partir das cotas teremos mais estudantes ocupando lugares em cursos diurnos e concorridos como o curso de Engenharia de Exploração e Produção de Petróleo da Uenf.

O quadro abaixo nos traz uma visão geral de como ficou o desempenho acadêmico por curso.

Quadro 30
Média do coeficiente de rendimento acadêmico por curso e modalidade de ingresso

| Curso | Não cotistas | Cotistas negros ou pardos | Cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública | Cotistas de rede pública |
|---|--------------|---------------------------|--|--------------------------|
| Zootecnia | 6,1 | 6,2 | 3,5 | 6,3 |
| Ciência da Educação | 7,2 | 7,4 | 5,7 | 7,9 |
| Ciências Biológicas | 6,6 | 5,8 | 6,4 | 6,8 |
| Ciências Sociais | 8 | 7,3 | 6,6 | 7,5 |
| Engenharia Civil | 5,6 | 5,6 | 6,6 | 6,3 |
| Engenharia de Expl. e Prod. de Petróleo | 8,6 | 6,8 | 7,2 | 7,7 |
| Engenharia Metalúrgica | 7,3 | 6,6 | 5,1 | 4,9 |
| Medicina Veterinária | 5,6 | 5,8 | 5,1 | 5,3 |
| Agronomia | 6,3 | 5,7 | | 7,1 |
| Licenciatura em Física | 7 | 7,9 | 7,6 | 7,9 |
| Licenciatura em Biologia | 7,5 | 7 | 6,6 | 6,7 |
| Licenciatura em Matemática | 8 | 7,1 | 7,3 | 7 |
| Licenciatura em Química | 7,6 | | 7,5 | 7 |

Fonte: Secretaria Acadêmica/ UENF

5.2 – Discutindo a permanência

Conforme traçado nos objetivos iniciais deste trabalho um fator primordial para a avaliação da política de cotas é compreender o universo não só de acesso, mas

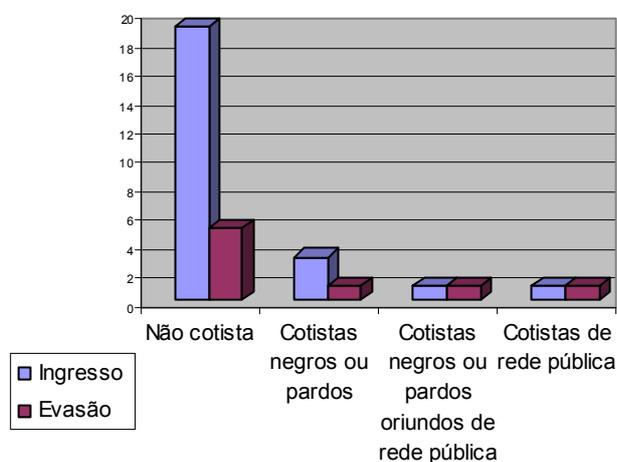
também de permanência na universidade dos alunos beneficiados pelas cotas. Para tanto devemos quantificar a entrada e a saída destes alunos no decorrer do processo.

Um dos passos para discutirmos a permanência foi saber a taxa de evasão que foi medida no final do quarto período do curso, ou seja, comparamos o total de alunos que ingressaram no vestibular de 2003 que ainda estavam ativos no final do 4º período. Esta análise foi feita por curso e por modalidade de ingresso.

5.3.1 Curso de Zootecnia

No curso de Zootecnia tivemos uma taxa de evasão de 33,3% nos quatro primeiros semestres, ou seja, dos 24 alunos que ingressaram no primeiro semestre de 2003 apenas 16 continuam ativos no sistema no final do quarto período. Dos oito alunos que desistiram, cinco eram “não cotistas”, um era “cotista negro ou pardo”, um “cotista negro ou pardo oriundos de rede pública” e um “cotista de rede pública” estes números representam 26,3% dos “não cotistas”, 33,3% dos “cotistas negros ou pardos”, 100% dos “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” e 100% dos “cotistas de rede pública”. O que demonstra que no curso de Zootecnia a maior taxa de evasão foi dos alunos cotistas tanto negros ou pardos quanto dos oriundos de rede pública conforme gráfico abaixo:

Gráfico 1: Evasão segundo modalidade de ingresso no curso de Zootecnia



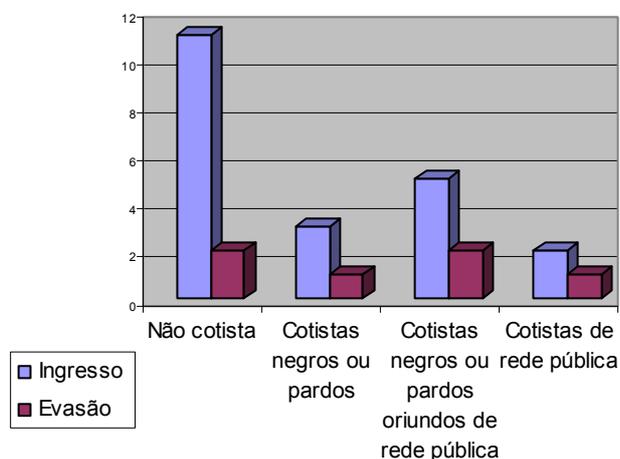
Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

5.3.2 Curso de Ciência da Educação

No curso de Ciência da Educação tivemos uma taxa de evasão de 28,5% nos quatro primeiros semestres, ou seja, dos 21 alunos que ingressaram no primeiro semestre de 2003 apenas 15 continuam ativos no sistema no final do quarto período. Dos seis alunos que desistiram, dois eram “ não cotistas”, um “cotista negro ou pardo”, dois “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” e um “cotista de rede pública”, estes números representam 18,1% dos “não cotistas”, 33,3% dos “cotistas negros ou pardos”, 40% dos “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” e 50% dos “cotistas de rede pública”.

O que demonstra que entre os cotistas a taxa de evasão foi maior do que entre os não cotistas conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 2: Evasão segundo modalidade de Ingresso no curso de Ciência da Educação



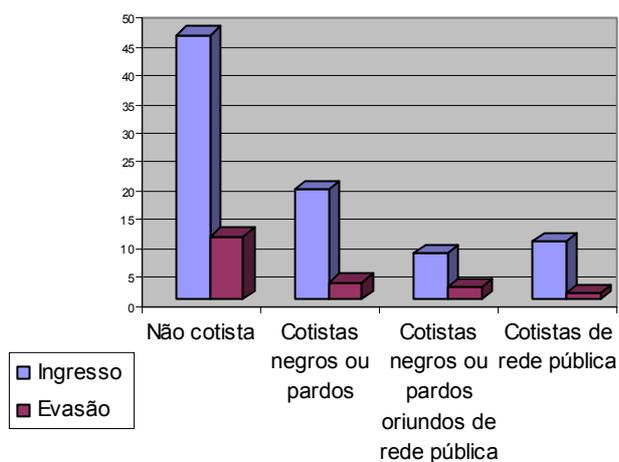
Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

5.3.3 Curso de Ciências Biológicas

No curso de Ciências Biológicas tivemos uma taxa de evasão de 20,4% nos quatro primeiros semestres, ou seja, dos 83 alunos que ingressaram no primeiro semestre de 2003 apenas 17 alunos continuam ativos no sistema no final do quarto período. Dos 17 alunos que desistiram onze eram “não cotistas”, três eram “cotistas negros ou pardos”, dois “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” e um “cotista de rede pública”, estes números representam 23,9% dos “não cotistas”, 15,7% dos “cotistas negros ou pardos”, 25% dos “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” e 10% dos “cotistas de rede pública”.

A maior taxa de evasão ficou entre os “cotistas negros ou pardos e oriundos de rede pública”, mas com uma pequena diferença dos “não cotistas”, a menor evasão ocorreu entre os cotistas de rede pública conforme gráfico abaixo:

Gráfico 3: Evasão segundo modalidade de Ingresso no curso de Ciências Biológicas



Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

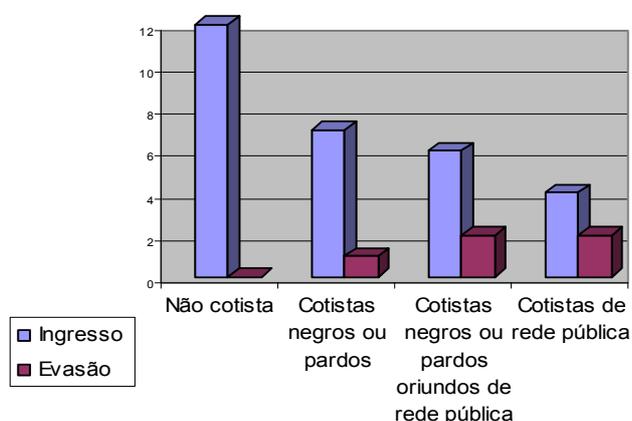
5.3.4 Curso de Ciências Sociais

No curso de Ciências Sociais tivemos uma taxa de evasão de 17,2% nos quatro primeiros semestres, ou seja, dos 29 alunos que ingressaram em 2003 apenas 24 alunos continuam ativos no sistema no final do quarto período. Dos 5 alunos que desistiram um era “cotista negro ou pardo”, dois “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”

e dois “cotista de rede pública” entre os “não cotistas” não houve nenhuma desistência estes números representam 0% dos “não cotistas”, 14,2% dos “cotistas negros ou pardos”, 33,3% dos “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” e 50% dos “cotistas de rede pública”.

Os dados demonstram uma maior evasão dos alunos cotistas de rede pública e também que não houve evasão entre os não cotistas o que representa uma desvantagem para os alunos cotistas o que pode sinaliza um problema quanto a permanência dos alunos cotistas na universidade.

Gráfico 4: Evasão segundo modalidade de Ingresso no curso de Ciências Biológicas

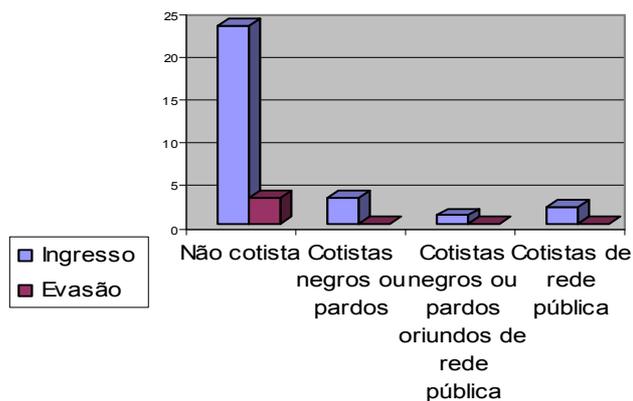


Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

5.3.5 Curso de Engenharia Civil

No curso de Engenharia civil tivemos uma taxa de evasão de 10,3 % nos quatro primeiros semestres, ou seja, dos 29 alunos que ingressaram no primeiro semestre de 2003 apenas 26 alunos continuam ativos no sistema no final do quarto período. Os três alunos que desistiram eram todos “não cotistas” entre as outras modalidade de ingresso não tivemos desistentes conforme gráfico abaixo:

Gráfico 5: Evasão segundo modalidade de Ingresso no curso de Engenharia Civil

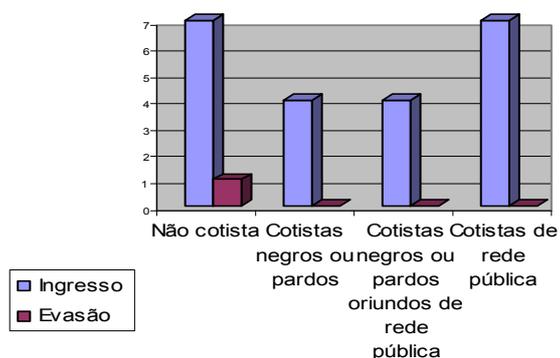


Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

5.3.6 Curso de Engenharia de Exploração e Produção de Petróleo

No curso de Engenharia de Exploração e Produção de Petróleo tivemos uma taxa de evasão de 4,5 % nos quatro primeiros semestres, ou seja, dos 22 alunos que ingressaram no primeiro semestre de 2003 temos 21 alunos ativos no sistema no final do quarto período. O único aluno que desistiu não entrou por cotas, entre os cotistas não tivemos nenhuma desistência conforme gráfico abaixo:

Gráfico 6: Evasão segundo modalidade de Ingresso no curso de Engenharia de produção e Exploração de Petróleo



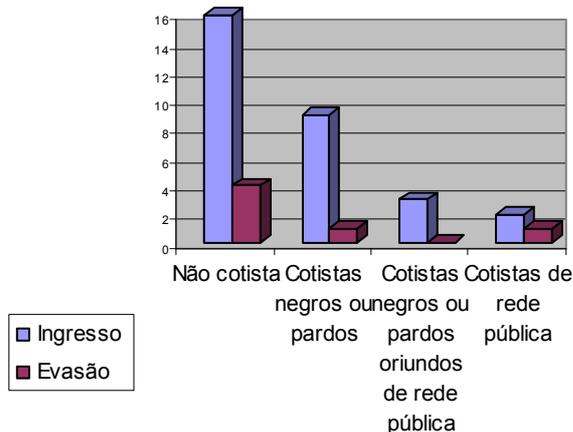
Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

5.3.7 Curso de Engenharia Metalúrgica

No curso de Engenharia Metalúrgica tivemos uma taxa de evasão de 20% nos quatro primeiros semestres, ou seja, dos 30 alunos que ingressaram no primeiro semestre de 2003 apenas 24 alunos continuam ativos no sistema no final do quarto período. Dos 6 alunos que desistiram quatro eram “não cotistas”, um era “cotista negro ou pardo”, um “cotista de rede pública” e entre os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” não houve desistência. Estes números representam 25% dos “não cotistas”, 11% dos “cotistas negros ou pardos”, 0% dos “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” e 50% dos “cotistas de rede pública”.

A maior taxa de evasão ficou entre os “cotistas de rede pública”, a segunda modalidade onde houve mais evasão foi entre os “não cotistas”, estes dados demonstram que entre os autodeclarados a evasão foi bem pequena conforme gráfico abaixo:

Gráfico 7: Evasão segundo modalidade de Ingresso no curso de Engenharia Metalúrgica



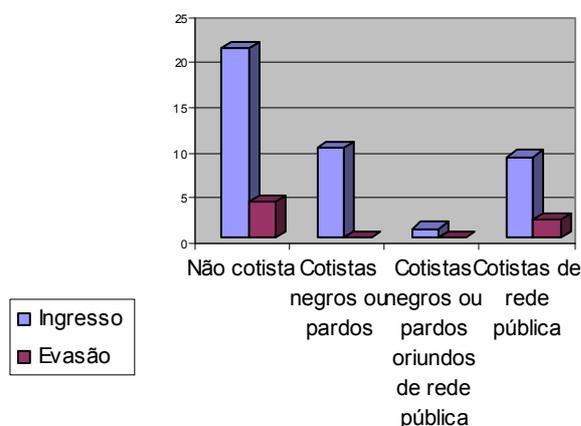
Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

5.3.8 Curso de Medicina Veterinária

No curso de Medicina Veterinária tivemos uma taxa de evasão de 14,6% nos quatro primeiros semestres, ou seja, dos 41 alunos que ingressaram no primeiro semestre de 2003 apenas 35 alunos continuam ativos no sistema no final do quarto período. Dos 6 alunos que desistiram quatro eram “não cotistas”, e dois eram “cotistas de rede pública” e entre os “cotistas negros ou pardos” e “negros ou pardos oriundos de rede pública” não houve desistência. Estes números representam 19% dos “não cotistas”, 0% dos “cotistas negros ou pardos”, 0% dos “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” e 22,2% dos “cotistas de rede pública”.

A maior taxa de evasão ficou entre os “cotistas de rede pública”, a segunda modalidade onde houve mais evasão foi entre os “não cotistas”, estes dados demonstram que entre os autodeclarados não houve evasão conforme gráfico abaixo:

Gráfico 8: Evasão segundo modalidade de Ingresso no curso de Medicina Veterinária



Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

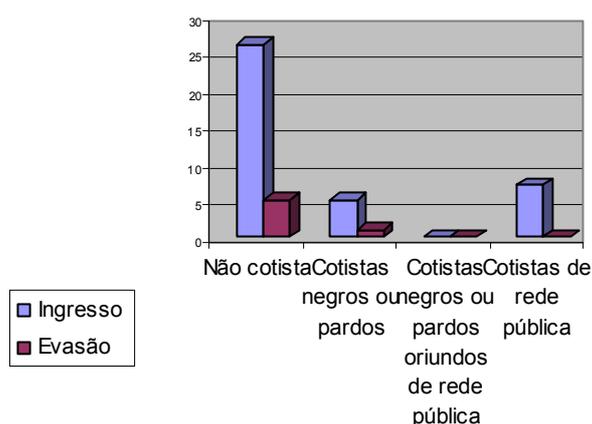
5.3.9 Curso de Agronomia

No curso de Agronomia tivemos uma taxa de evasão de 15,7% nos quatro primeiros semestres, ou seja, dos 38 alunos que ingressaram no primeiro semestre de

2003 apenas 32 alunos continuam ativos no sistema no final do quarto período. Dos 6 alunos que desistiram cinco eram “não cotistas”, e um era “cotistas negros ou pardos” entre os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” e “cotistas de rede pública” não houveram desistências. Estes números representam 19,2% dos “não cotistas”, 20% dos “cotistas negros ou pardos”, 0% dos “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” e 0% dos “cotistas de rede pública”.

A maior taxa de evasão ficou entre os “cotistas negros ou pardos” e a segunda modalidade onde houve mais evasão foi entre os “não cotistas” enquanto que nas demais modalidades não houveram evasões. Estes dados demonstram a ausência de evasão entre os cotistas de rede pública conforme gráfico abaixo:

Gráfico 9: Evasão segundo modalidade de Ingresso no curso de Agronomia



Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

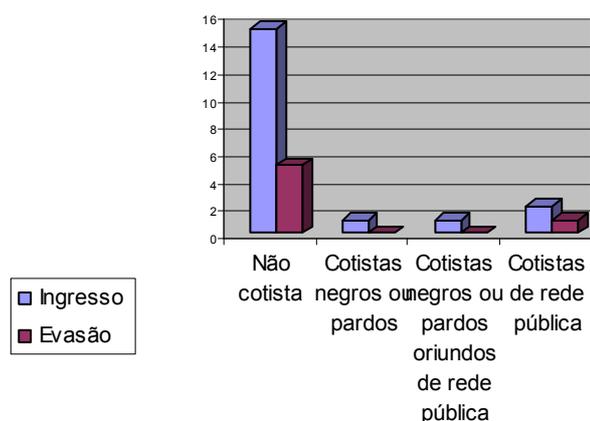
5.3.10 Curso de Licenciatura em Física

No curso de Licenciatura em Física tivemos uma taxa de evasão de 31,5% nos quatro primeiros semestres, ou seja, dos 19 alunos que ingressaram no primeiro semestre de 2003 apenas 13 alunos continuam ativos no sistema no final do quarto período.

Conforme o gráfico abaixo dos 6 alunos que desistiram cinco eram “não cotistas”, e um era “cotistas de rede pública” entre os “cotistas negros ou pardos” e “negros ou pardos oriundos de rede pública” não houveram desistências. Estes números representam 33% dos “não cotistas”, 0% dos “cotistas negros ou pardos”, 0% dos “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” e 50% dos “cotistas de rede pública”.

A maior taxa de evasão ficou entre os “cotistas de rede pública” e a segunda modalidade onde houve mais evasão foi entre os “não cotistas” enquanto que nas demais modalidades não houveram evasões. Estes dados demonstram a ausência de evasão entre os cotistas autodeclarados negros ou pardos.

Gráfico 10: Evasão segundo modalidade de Ingresso no curso de Licenciatura em Física



Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

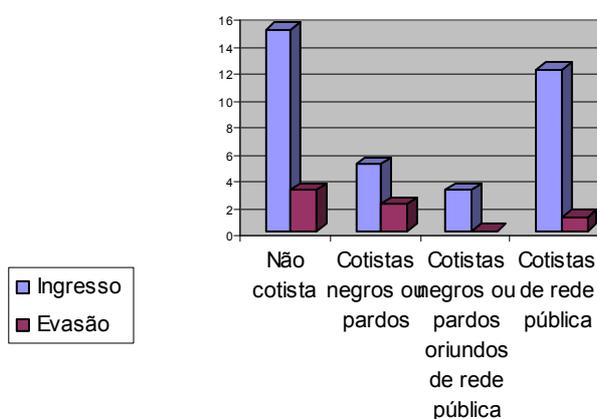
5.3.11 Curso de Licenciatura em Biologia

No curso de Licenciatura em Biologia tivemos uma taxa de evasão de 17,1% nos quatro primeiros semestres, ou seja, dos 35 alunos que ingressaram no primeiro semestre de 2003 apenas 29 alunos continuam ativos no sistema no final do quarto

período. Dos 6 alunos que desistiram três eram “não cotistas”, dois “cotistas negros ou pardos”, um “cotista de rede pública” e não houveram desistências entre os “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”. Estes números representam 20% dos “não cotistas”, 40% dos “cotistas negros ou pardos”, 0% dos “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” e 8,3% dos “cotistas de rede pública”.

A maior taxa de evasão ficou entre os “cotistas negros ou pardos” e a segunda modalidade onde houve mais evasão foi entre os “não cotistas”. No entanto, a relação da evasão entre os cotistas negros ou pardos e entre os não cotistas foi o dobro. Estes dados demonstram uma menor evasão entre os cotistas de rede pública conforme o gráfico:

Gráfico 11: Evasão segundo modalidade de Ingresso no curso de Licenciatura em Biologia



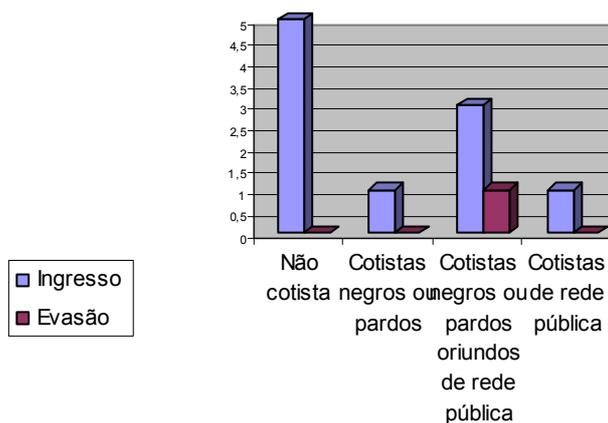
Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

5.3.12 Curso de Licenciatura em Matemática

No curso de Licenciatura em Matemática tivemos uma taxa de evasão de 10 % nos quatro primeiros semestres, ou seja, dos 10 alunos que ingressaram no primeiro semestre de 2003 temos 9 alunos ativos no sistema no final do quarto período. O único

aluno que desistiu entrou pela modalidade “cotista negro ou pardo oriundo de rede pública” nas demais modalidades não tivemos nenhuma desistência.

Gráfico 12: Evasão segundo modalidade de Ingresso no curso de Licenciatura em Matemática



Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

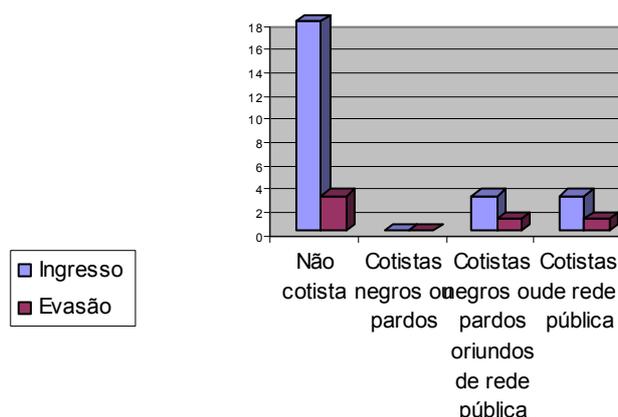
5.3.13 Curso de Licenciatura em Química

No curso de Licenciatura em Química tivemos uma taxa de evasão de 20,8% nos quatro primeiros semestres, ou seja, dos 24 alunos que ingressaram no primeiro semestre de 2003 apenas 19 alunos continuam ativos no sistema no final do quarto período. Dos 5 alunos que desistiram três eram “não cotistas”, e um era “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública”, um “cotista de rede pública” e entre os “cotistas negros ou pardos” não houveram ingressantes. Estes números representam 16,6% dos

“não cotistas”, 33,3% dos “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” e 33,3% dos “cotistas de rede pública”.

A maior taxa de evasão ficou entre os “cotistas de rede pública” e “cotistas negros ou pardos oriundos de rede pública” a segunda modalidade onde houve mais evasão foi entre os “não cotistas”. Estes dados demonstram que entre os cotistas houveram mais evasões.

Gráfico 13: Evasão segundo modalidade de Ingresso no curso de Licenciatura em Química



Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

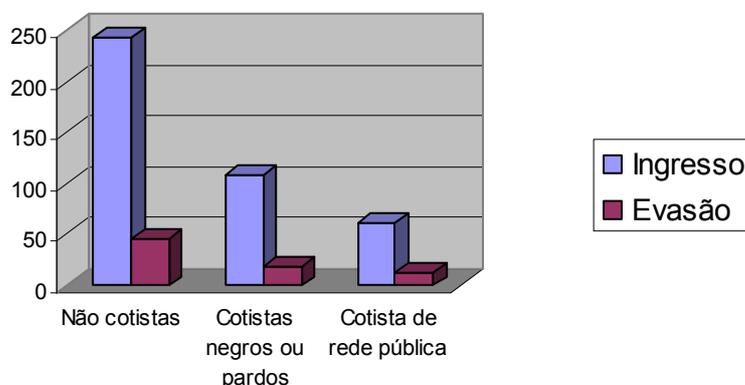
5.3.14 Panorama Geral

Em termos gerais a porcentagem de evasão ficou equilibrada entre as diferentes modalidade de ingresso, entre os “não cotistas” a evasão representou 18,8% dos ingressos, entre os “cotistas negros ou pardos”¹⁴ representou 16,5% dos ingressos e

¹⁴ Somados os alunos negros ou pardos selecionados no Vestibular Estadual e no Sade

entre os “cotistas de rede pública 19,3% dos ingressos. Portanto, a maior evasão foi entre os “cotistas de rede pública” e a menor dos “cotistas negros ou pardos”, este dado nos revela uma maior permanência dos alunos cotistas negros ou pardos em relação aos demais como podemos observar no gráfico abaixo:

Gráfico 14: Evasão e Ingresso total segundo modalidade de ingresso



Fonte: Secretaria Acadêmica/UENF

O fato dos alunos cotistas negros ou pardos terem uma menor taxa de evasão pode ser considerado como um indicativo de êxito da política de cotas, pois além de facilitar o acesso significa que também está criando condições de permanência.

Em entrevista ao pró-reitor de graduação da Uenf Professo Almir Júnior este relatou que um dos maiores compromissos da instituição é garantir a bolsa, “precisamos garantir ao estudante cotista que ele não será obrigado a abandonar a Universidade por falta de dinheiro para sobreviver”.

O governo ao instituir as cotas criou também um programa de bolsas para atender os alunos cotistas, este programa é intitulado “Jovens Talentos II”, este programa oferece uma bolsa no valor de R\$ 193,00 durante um ano para todos os classificados pelo sistema de cotas, os recursos são repassados pela FAPERJ (Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado), esta bolsa exige uma

contrapartida do estudante que deverá ingressar num projeto de pesquisa dentro da instituição sob orientação de um professor. Além do programa “Jovens Talentos II” a instituição conta com outras modalidades de bolsas como: bolsa de apoio acadêmico, Monitoria, Extensão e Iniciação Científica.

Além do bom desempenho acadêmico dos alunos cotistas, outro fato importante para justificar a sua permanência na universidade seria a disponibilidade de bolsas de estudo que a instituição oferece.

5.3 – Condição social versus acesso a cotas

Como parte do processo de avaliação da política de cotas na Universidade Estadual do Norte Fluminense fizemos um levantamento da condição sócio-econômica dos alunos “cotistas negros ou pardos”, “cotistas de rede pública” e dos “não cotistas” os quais serão comparados com um estudo realizado na Universidade Federal Fluminense -UFF¹⁵ no ano de 2003. Para este levantamento calculamos uma amostra de 40% em cima do total de alunos que ingressaram no Vestibular 2003, ou seja, num total de 244 alunos “não cotistas”, aplicamos 98 questionários e num total de 109 alunos “cotistas negros ou pardos” (nesta categoria incluímos os classificados pelo Sade oriundos de rede pública e pelo Vestibular Estadual) aplicamos 44 questionários e num total de 62 ingressantes “cotistas de rede pública” 25 questionários.

Dentre os alunos entrevistados “não cotistas” tivemos 44,5 % de pessoas do sexo masculino (homem) e 55,5% pessoas do sexo feminino (mulher), dos “cotistas de rede pública” 41,9% de homens e 58,1% de mulheres e entre os entrevistados “cotistas negros ou pardos” 61,4% de homens e 38,6% de mulheres.

Tabela 1 –Distribuição dos alunos segundo faixa etária

| Idade | Cotista negro ou pardo (%) | | Não cotista (%) | | Cotista de rede pública (%) | |
|----------------|----------------------------|--------|-----------------|--------|-----------------------------|--------|
| | Homem | Mulher | Homem | Mulher | Homem | Mulher |
| 17 a 20 | 76,47 | 74,07 | 78,13 | 81,25 | 61,54 | 75 |
| 21 a 25 | 17,68 | 14,81 | 12,50 | 11,25 | 30,77 | 11,11 |
| 26 a 30 | 0 | 0 | 3,13 | 1,25 | 7,69 | 5,56 |
| 31 a 36 | 0 | 3,71 | 0 | 1,25 | 0 | 0 |

¹⁵ Dados preliminares -Censo Étnico-Racial da Universidade Federal Fluminense da Universidade Federal de Mato Grosso. André Augusto P. Brandão e Moema de Poli Teixeira organizadores.

| | | | | | | |
|----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| 36... | 5,85 | 0 | 1,55 | 0 | 0 | 8,33 |
| Não respondeu | 0 | 7,41 | 4,69 | 5 | 0 | 0 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

Os estudantes que ingressaram em 2003 tem uma média de idade jovem, 79,13% dos alunos e 81,25% das alunas “não cotistas” tem entre 17 e 20 anos e entre os “cotistas negros ou pardos” não é diferente 76,47% dos alunos estão nesta faixa etária e 74,07% da alunas também têm em média 17 e 20 anos. Se compararmos estes dados com os dados da UFF veremos que lá não é diferente, porque lá também existe uma concentração maior de alunos nas faixas etárias de 18 a 23 ano (69,56%), e os dados da UFF também mostram que quanto a estratificação por cor ou raça a diferença entre brancos, pretos¹⁶ e pardos não é significativa.

Tabela 2 - Condição Civil

| Sexo | Cotista negro ou pardo (%) | | Não cotista (%) | | Cotista de rede pública (%) | |
|----------------------|----------------------------|------------|-----------------|------------|-----------------------------|------------|
| | Homem | Mulher | Homem | Mulher | Homem | Mulher |
| Solteiro | 94,12 | 96,30 | 95,31 | 92,50 | 100 | 91,67 |
| Casado | 5,88 | 0 | 0 | 2,50 | 0 | 8,33 |
| Outros | 0 | 0 | | 0 | 0 | 0 |
| Não respondeu | 0 | 3,70 | 4,69 | 5,0 | 0 | 0 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

A grande maioria dos alunos são solteiros entre “cotistas negros ou pardos” 94,12% dos homens e 96,3% das mulheres são solteiras, entre os “cotistas de rede pública” 100% dos homens e 91,67% das mulheres e entre os “não cotistas” 95,31% dos homens e 92,5% das mulheres. Isso vem corroborar com as estatísticas nacionais (IBGE) de que as pessoas estão casando mais tarde, uma vez que a composição etária dos estudantes é jovem.

Tabela 3 – Local de Residência

| | | |
|------------------------|-------------|-----------------|
| Cotista negro ou pardo | Não cotista | Cotista de rede |
|------------------------|-------------|-----------------|

¹⁶ A estratificação de cor do estudo da UFF segue o modelo do IBGE (branca, preta, parda, amarela, indígena)

| Local | (%) | (%) | pública (%) |
|---|------------|------------|-------------|
| Reside em Campos | 54,8 | 46,53 | 31,82 |
| Reside só para estudar | 29,0 | 34,72 | 61,36 |
| Reside em cidade vizinha tendo que viajar todos os dias para estudar | 12,9 | 13,19 | 6,82 |
| Outros | 3,3 | 0,69 | 0 |
| Não respondeu | 0 | 4,87 | 0 |
| Total | 100 | 100 | 100 |

Quanto à origem destes estudantes percebemos que é entre os “cotistas negros ou pardos” o maior percentual de estudantes que residem só para estudar, ou seja, são de fora da cidade. Este fato é muito intrigante uma vez que como já mencionei anteriormente Campos tem 42,29% de sua população autodeclarada preta ou parda. Porque então a UENF não está atraindo esta população para Universidade? Será que temos um problema no ensino médio que faz com esta população negra ou parda não consiga concluí-lo? Ou quando concluem perdem a concorrência para outras cidades? Estas são questões que poderão ser investigadas em um futuro trabalho, na tentativa de saber porque a população campista autodeclarada negra ou parda não está chegando a UENF.

Entre os alunos que vieram de fora a grande maioria reside em repúblicas, 38,6% dos “cotistas negros ou pardos” e 45,7% dos “não cotistas”. Os demais moram com parentes ou em pensões.

Tabela 4 – Tipo de estabelecimento que cursou o ensino fundamental

| Local | Cotista negro ou pardo (%) | Não cotista (%) | Cotista de rede pública (%) ¹⁷ |
|---|----------------------------|-----------------|---|
| Todo em escola pública | 27,27 | 27,78 | 96,78 |
| Todo em escola particular | 38,64 | 40,28 | 0 |
| Maior parte em escola pública | 22,73 | 15,97 | 1,61 |
| Maior parte em escola particular | 11,36 | 11,11 | 0 |
| Ensino à distância | 0 | 0 | 1,61 |

¹⁷ Para concorrer pelo SADE é exigido que o estudante tenha estudado o ensino fundamental integralmente na rede pública do Estado do Rio de Janeiro.

| | | | |
|---------------|------------|------------|------------|
| Não respondeu | 0 | 4,86 | 0 |
| Total | 100 | 100 | 100 |

A maioria dos alunos cursou o ensino fundamental em escolas particulares 38,6% dos “cotistas negros ou pardos” e 40,2 % dos “não cotistas” e entre os “cotistas de rede pública” é exigido a condição de ter estudado integralmente em escolas públicas ou particulares com bolsa. No entanto, temos também uma considerável porcentagem dos alunos que não concorreram pelas cotas e que concorreram pela categoria “negros ou pardos” que vieram de escolas públicas, pois se somarmos os que “estudaram integralmente em escolas públicas” e os que “estudaram a maior parte em escola pública” este número supera os que vieram de escola particulares tanto entre os “não cotistas” quanto entre os “cotistas negros ou pardos”.

Como a Lei 3524 de 2000 exige que para o estudante concorrer pelas cotas de rede pública ele tenha que ter estudado o ensino fundamental e médio integralmente em instituições públicas localizadas no Estado do Rio de Janeiro os alunos de escolas públicas de outros estados não são beneficiados, como Campos está localizada na proximidade com os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais a UENF passa a ser atrativo para os estudantes desses Estados, portanto, alunos que não tem direito às cotas.

Tabela 5- Tipo de estabelecimento que cursou o ensino médio

| Local | Cotista negro ou pardo (%) | Não cotista (%) | Cotista de rede pública (%) ¹⁸ |
|---|----------------------------|-----------------|---|
| Todo em escola pública | 47,73 | 40,97 | 100 |
| Todo em escola particular | 43,18 | 40,97 | 0 |
| Maior parte em escola pública | 9,09 | 6,95 | 0 |
| Maior parte em escola particular | 0 | 4,86 | 0 |
| Ensino à distância | 0 | 0 | 0 |
| Não respondeu | 0 | 6,25 | 0 |
| Total | 100 | 100 | 100 |

No ensino médio a situação é um pouco diferente, uma vez que este período de estudo compreende apenas três anos ou quatro dependendo do tipo de

¹⁸ Para concorrer pelo SADE é exigido que o estudante tenha estudado o ensino fundamental integralmente na rede pública do Estado do Rio de Janeiro.

formação ¹⁹os estudantes não tem uma tendência a ficar migrando de uma instituição para outra, desta forma observamos que temos uma concentração semelhante nas categorias “todo em escola pública” e “todo em escola particular”, tanto entre os “não cotistas” quanto entre os “cotistas negros ou pardos” a situação foi parecida.

No entanto, se analisarmos a formação integral (fundamental e médio) vemos que a UENF abarca uma grande concentração de estudantes que vêm da rede pública de ensino o que é um pouco diferente do que acontece na UFF, por exemplo, que concentra a maior parte de estudantes vindos da rede particular (ensino fundamental- 65,93% e ensino médio- 64,18%).

Quando pensamos também em diferenças entre “brancos”, “pretos” e “pardos”, a realidade da UENF é bem diferente da UFF.

Na UFF entre os alunos autodeclarados “brancos” apenas 19,94% estudaram o ensino fundamental na rede pública contra 39,23% dos autodeclarados “pretos” e 32,83% dos autodeclarados “pardos” na UENF como demonstra as tabelas a diferença é bem menor.

Tabela 6- Turno em que cursou o ensino médio

| Turno | Cotista negro ou pardo (%) | Não cotista (%) | Cotista de rede pública (%) |
|-------------------------------|----------------------------|-----------------|-----------------------------|
| Todo no diurno | 65,91 | 80,56 | 75,81 |
| Maior parte no diurno | 18,18 | 8,33 | 8,06 |
| Todo no noturno | 9,09 | 4,86 | 8,06 |
| Maior parte no noturno | 6,82 | 0,69 | 6,46 |
| Não respondeu | 0 | 5,56 | 1,61 |
| Total | 100 | 100 | 100 |

Dentre os alunos entrevistados na UENF a maior parte deles cursou o ensino médio no turno “diurno”. No entanto, a diferença entre os autodeclarados “negros ou pardos” e os “não cotistas” é considerável. Como mostram os dados 65,9 % dos alunos “cotistas negros ou pardos” cursou integralmente em turno diurno e 18,01% parcialmente diurno, contra 9% noturno e 6,8% maior parte noturno. Dentro dos “não cotistas” temos 80,5% que cursou integralmente no turno diurno e 8,3% maior parte do curso no turno diurno contra 4,8% integralmente noturno e 0,6 maior parte noturno.

¹⁹ Formação em curso técnico-profissionalizante.

Tabela 7- Tentativas anteriores de ingresso pelo vestibular

| Tentativas | Cotista negro ou pardo (%) | Não cotista (%) | Cotista de rede pública (%) |
|---|----------------------------|-----------------|-----------------------------|
| Não | 52,27 | 28,47 | 35,48 |
| Sim, mas não obtive classificação do curso desejado | 29,55 | 34,03 | 33,88 |
| Sim, fui classificado (a) para o curso desejado mas não para a instituição | 6,82 | 3,47 | 8,06 |
| Sim, mas mudei de idéia quanto ao curso | 2,27 | 10,42 | 8,06 |
| Sim, mas não pude arcar com as despesas | 6,82 | 6,94 | 8,06 |
| Sim, outra situação | 2,27 | 11,11 | 6,46 |
| Não respondeu | 0 | 5,56 | 0 |
| Total | 100 | 100 | 100 |

A maioria dos alunos “não cotistas” 65,97% (desconsiderando os que não responderam) prestou vestibular anteriormente, entre os “cotistas negros ou pardos” 47,8% já havia prestado vestibular anteriormente e entre os “cotistas de rede pública” 64,52% já fizeram outras tentativas.

Esses dados nos mostram que foi entre os “cotistas negros ou pardos” que ocorreu o maior número de estudantes que estavam prestando o vestibular pela primeira vez, esse dado pode sinalizar para uma questão importante, pois como neste ano o vestibular teve um número de vagas específicas para esta categoria isso pode ter incentivado pessoas que antes não haviam tentado achando que não iriam conseguir passar, e agora com as cotas vêm uma oportunidade de ingresso.

Tabela 8- Frequência em cursos pré-vestibulares

| Tipo | Cotista negro ou pardo (%) | Não cotista (%) | Cotista de rede pública (%) |
|-------------------------------------|----------------------------|-----------------|-----------------------------|
| Não | 40,9 | 38,19 | 54,84 |
| Sim, gratuito | 2,27 | 2,27 | 14,52 |
| Sim, pago por um semestre | 34,09 | 12,50 | 12,9 |
| Sim, pago por um ano | 20,45 | 28,47 | 1,61 |
| Sim, pago por mais de um ano | 2,27 | 12,50 | 16,13 |
| Não respondeu | 0 | 5,56 | 0 |
| Total | 100 | 100 | 100 |

Quanto a frequência as cursos pré-vestibulares a maior diferença está entre os “não cotistas” e os “cotistas de rede pública” com quase o dobro de diferença. Entre os “cotistas negros ou pardos” e os “não cotistas” a diferença em termos de quantidade praticamente não existe, no entanto os “não cotistas” frequentaram em média por muito mais tempo do que os “cotistas negros ou pardos”.

A grande maioria dos estudantes está cursando um curso superior pela primeira vez, entre os “cotistas negros ou pardos” 90,9% está nesta categoria, 2,2% já cursaram um curso superior e 6,8% não respondeu. E entre os “não cotistas” 78,4% está cursando pela primeira vez, 8,5% já cursou e 13,1% não respondeu e entre os “cotistas de rede pública” 80,6% está cursando pela primeira vez, 3,33% já cursou e 16,13% não respondeu.

Tabela 9- Motivações para escolha da UENF

| Motivos | Cotista negro ou pardo (%) | Não cotista (%) | Cotista de rede pública (%) |
|--|----------------------------|-----------------|-----------------------------|
| É a única que oferece o curso pretendido | 11,36 | 12,5 | 11,29 |
| É a que oferece o melhor curso pretendido | 18,18 | 37,5 | 40,32 |
| É a que oferece horário mais adequado | 2,27 | 0,69 | 0 |
| É pouco procurada, o que torna mais fácil a classificação | 2,27 | 1,39 | 0 |
| É para onde deve ir a maioria dos meus amigos | 0 | 0 | 0 |
| É o de mais fácil acesso | 0 | 1,39 | 1,61 |
| É gratuita | 50 | 35,42 | 43,55 |
| Outras | 9,09 | 6,94 | 3,23 |
| Não respondeu | 6,82 | 4,17 | 0 |
| Total | 100 | 100 | 100 |

A escolha pela UENF foi feita pelos os “cotistas negros ou pardos” principalmente pela gratuidade (50%) enquanto que pelos “não cotistas” a maioria escolheu a UENF por ter o melhor curso pretendido (37,5%) e em segundo pela gratuidade (35,4%). Entre os “cotistas de rede pública” as escolhas se assemelham aos “não cotistas”, 43,55% escolheu pela gratuidade e 40,32% por ter o melhor curso pretendido. Essa maciça escolha centrada na opção de que “oferece o melhor curso pretendido” pelos “cotistas de rede pública” e pelos “não cotistas” (maioria moradores

de Campos e Região como mostramos acima) pode estar associada a visão que sociedade de Campos e Região tem da UENF de centro de excelência formada por professores estrangeiros como demonstra a fala de Smiderle:

“A UENF vista como fechada e estranha pelos campistas é a dos professores doutores, em sua esmagadora maioria oriundos de outras cidades, estados ou países. E essa tensão entre pesquisadores "estrangeiros" (estranhos à cultura de Campos, sejam de outras cidades, estados ou países) e indivíduos campistas se expressa, internamente, na tensão entre professores doutores (em geral "estrangeiros") e técnicos-administrativos (em geral campistas)” (2004,p.135)

A UENF hoje vem tentando uma aproximação com a sociedade campista e tem, paulatinamente, conseguido algumas vitórias através da viabilização de projetos em conjunto com as entidades locais, um dos importantes projetos da UENF é a criação do Pré-Vest curso pré-vestibular que atende os estudantes de baixa renda. No entanto, a imagem de “centro de excelência” é muito mais forte do que o atrativo da gratuidade, é a possibilidade de fazer parte de um “novo mundo”.

Tabela 10 - Expectativa do curso universitário

| Expectativa | Cotista negro ou pardo (%) | Não cotista (%) | Cotista de rede pública (%) |
|---|----------------------------|-----------------|-----------------------------|
| Cultura geral ampla | 9,09 | 12,5 | 16,13 |
| Formação voltada para o mercado de trabalho | 54,55 | 49,31 | 53,23 |
| Formação teórica voltada para a pesquisa | 20,45 | 11,81 | 8,06 |
| Formação acadêmica para melhorar a atividade prática | 2,27 | 4,86 | 3,23 |
| Conhecimentos que permitam compreender melhor o mundo em que vivemos | 9,09 | 4,17 | 0 |
| Conhecimentos que melhorem o nível de instrução | 4,55 | 9,72 | 11,29 |
| Não respondeu | 0 | 7,64 | 8,06 |
| Total | 100 | 100 | 100 |

A principal expectativa com o curso superior é a de mercado de trabalho, 54,5% dos alunos “cotistas negros ou pardos”, 53,23% dos “cotistas de rede pública” esperam que com o curso superior suas chances no mercado de trabalho fiquem maiores, o mesmo aconteceu entre os “não cotistas”, 49,3% tem essa expectativa. A segunda opção

entre os “cotistas negros ou pardos” é a atividade de pesquisa que pretendem desenvolver através do curso, 20,4% tem essa expectativa. Entre os “não cotistas” a segunda opção é melhorar o conhecimento geral com 12,5% das respostas e a terceira opção mais escolhida foi desenvolver atividade de pesquisa com 11,8% das respostas.

A pergunta sobre expectativa em relação ao mercado de trabalho também foi realizada nas entrevistas e podemos constatar que entre os estudantes das áreas tecnológicas (principalmente áreas ligadas a produção de petróleo) o otimismo em relação ao mercado de trabalho é bem maior do que entre os estudantes das áreas humanas que apresentaram pouco otimismo em relação ao mercado de trabalho e demonstraram mais uma tendência para formação em pesquisa.

Tabela 11 – Habilidade em língua estrangeira

| Habilidade | Cotista negro ou pardo (%) | Não cotista (%) | Cotista de rede pública (%) |
|--|----------------------------|-----------------|-----------------------------|
| Sim, fluentemente | 27,27 | 11,11 | 3,23 |
| Sim, razoavelmente e quero aprofundar | 18,18 | 50,69 | 41,94 |
| Sim, razoavelmente e não quero aprofundar | 2,27 | 0,69 | 0 |
| Não, mais gostaria de aprender | 50,0 | 32,64 | 53,23 |
| Não e não sinto necessidade de aprender | 0 | 0 | 1,61 |
| Não respondeu | 2,27 | 4,86 | 0 |
| Total | 100 | 100 | 100 |

Entre os “não cotistas”, “cotistas de rede pública” e “cotista negro ou pardo” este último foi o que houve mais declarações de fluência em língua estrangeira, entretanto nas outras categorias os que declararam um nível razoável foi muito maior. Podemos interpretar da seguinte maneira: que realmente os “cotistas negros ou pardos” possuem uma fluência em língua estrangeira superior aos demais ou que os outros foram mais “modestos” em admitir esta fluência e preferiram enquadrar-se num nível razoável.

O interessante também é que a grande maioria demonstrou interesse em aprender uma língua estrangeira.

Tabela 12- Escolaridade do pai

| Escolaridade | Cotista negro ou pardo (%) | Não cotista (%) | Cotista de rede pública (%) |
|--------------|----------------------------|-----------------|-----------------------------|
|--------------|----------------------------|-----------------|-----------------------------|

| | | | |
|--------------------------------------|------------|------------|------------|
| Nenhum ano de estudo | 0 | 1,39 | 1,61 |
| Menos que a 4ª série do 1º grau | 0 | 2,08 | 11,29 |
| 4ª série completa | 18,18 | 5,56 | 25,81 |
| Mais que a 4ª e menos que a 8ª série | 6,82 | 6,25 | 8,06 |
| 1º grau completo | 9,09 | 6,25 | 12,9 |
| 2º grau completo | 34,09 | 35,42 | 19,35 |
| 2º grau incompleto | 2,27 | 4,17 | 3,23 |
| Superior incompleto | 6,82 | 8,33 | 8,06 |
| Superior completo | 13,64 | 24,31 | 6,45 |
| Não respondeu | 9,09 | 6,25 | 3,23 |
| Total | 100 | 100 | 100 |

A escolaridade dos pais é visto como um fator importante para estabelecer o nível sócio-econômico, como podemos constatar na pesquisa, entre os “cotistas negros ou pardos” a grande maioria dos pais tem o segundo grau completo, 34,09% dos pais e também 34,09% das mães. E apenas 13,6% dos pais tem nível superior completo e 15,9% das mães, o que sinaliza uma mobilidade em relação a educação. Se compararmos esses dados com os da UFF para mesma categorias “negros e pardos”²⁰ veremos que na UFF a escolaridade dos pais dos alunos autodeclarados negros e pardos é quase que o dobro da UENF em relação ao nível superior completo, ou seja, enquanto apenas 13,6% dos pais e 15,9 das mães dos alunos autodeclarados negros ou pardos da UENF atingem o superior completa na UFF esse número é 21,44% entre os pais dos autodeclarados negros e 31,99% entre os pais dos autodeclarados pardos entre as mães é de 19,09% dos negros e 25,78% dos pardos. Outro ponto de diferenciação é que a escolaridade dos pais é maior do a da mãe na UFF e na UENF é o contrário.

Agora comparando os “não cotistas” com os “cotistas negros e pardos” e “cotistas de rede pública” vemos que a categoria onde a escolaridade dos pais é mais baixa é entre os “cotistas de rede pública”. Entre as categorias “não cotista” e “cotistas negros ou pardos”os resultados se assemelham, o que é bem diferente da UFF que a escolaridade dos pais dos alunos “brancos”, “pretos” e “pardos” é bem conflitante.

Tabela 13- Escolaridade da mãe

²⁰ Na UFF estas categorias foram estudadas separadamente e o que eu chamo de “negro” na minha pesquisa eles denominam “pretos”.

| Escolaridade | Cotista negro ou pardo (%) | Não cotista (%) | Cotista de rede pública (%) |
|---|----------------------------|-----------------|-----------------------------|
| Nenhum ano de estudo | 2,27 | 0,69 | 3,23 |
| Menos que a 4ª série do 1º grau | 4,55 | 2,78 | 9,68 |
| 4ª série completa | 6,82 | 4,86 | 12,9 |
| Mais que a 4ª e menos que a 8ª série | 4,55 | 4,17 | 8,06 |
| 1º grau completo | 15,91 | 5,56 | 12,9 |
| 2º grau completo | 34,09 | 32,64 | 32,26 |
| 2º grau incompleto | 9,09 | 5,56 | 4,84 |
| Superior incompleto | 4,55 | 10,42 | 6,45 |
| Superior completo | 15,91 | 28,47 | 9,68 |
| Não respondeu | 2,27 | 4,86 | 0 |
| Total | 100 | 100 | 100 |

Entre os entrevistados 68,1% dos alunos “cotistas negros ou pardos” tem casa própria quitada, 9,0% estão pagando, 4,5% pagam aluguel, 6,8% moram em casa cedida por parentes e 9,0% em outra modalidade. Entre os “não cotistas” 65,2% tem casa própria quitada, 12,5% estão pagando, 9,7% pagam aluguel, 5,5% moram em casa cedida por parentes e 2,0% outra modalidade. Em se tratando de moradia entre os “cotistas negros ou pardos” e “não cotistas” existe pouca diferença.

Tabela 14 – Tipo de Moradia da família

| Tipo | Cotista negro ou pardo (%) | Não cotista (%) | Cotista de rede pública (%) |
|---------------------------------------|----------------------------|-----------------|-----------------------------|
| É própria, já quitada | 68,18 | 65,28 | 58,06 |
| É própria, não acabou de pagar | 9,09 | 12,50 | 12,90 |
| É alugada | 4,55 | 9,72 | 8,06 |
| É cedida | 6,82 | 5,56 | 11,29 |
| Tem outra forma de ocupação | 9,09 | 2,08 | 9,68 |
| Não respondeu | 2,27 | 4,86 | 0 |
| Total | 100 | 100 | 100 |

Já em relação a automóvel (considerando a família) a diferença é bem maior 45,4% dos “cotistas negros ou pardos” não tem automóvel na familiar enquanto apenas 27,7% dos “não cotistas” não tem automóvel na família.

Tabela 15 – Quantidade de automóveis que possui a família

| Quantidade | Cotista negro ou pardo (%) | Não cotista (%) | Cotista de rede pública (%) |
|------------------------------------|----------------------------|-----------------|-----------------------------|
| Não tem automóvel | 45,45 | 27,78 | 96,77 |
| Tem um automóvel | 43,18 | 52,08 | 3,23 |
| Tem dois automóveis | 11,36 | 10,42 | 0 |
| Tem mais de dois automóveis | 0 | 4,86 | 0 |
| Não respondeu | 0 | 4,86 | 0 |
| Total | 100 | 100 | 100 |

Tabela 16 – Quantidade de telefone

| Quantidade | Cotista negro ou pardo (%) | Não cotista (%) | Cotista de rede pública (%) |
|--------------------------|----------------------------|-----------------|-----------------------------|
| Não tem telefone | 0 | 3,47 | 11,29 |
| Tem um telefone | 88,64 | 88,89 | 80,65 |
| Aluga um telefone | 2,27 | 0 | 1,61 |
| Telefone móvel | 6,82 | 4,86 | 4,84 |
| Não respondeu | 2,27 | 2,78 | 1,61 |
| Total | 100 | 100 | 100 |

Quanto a telefone o mesmo percentual de “cotistas negros ou pardos” e “não cotistas” tem telefone fixo 88% deles.

Tabela 17 – Renda mensal familiar

| Salários mínimos | Cotista negro ou pardo (%) | Não cotista (%) | Cotista de rede pública (%) |
|------------------------------|----------------------------|-----------------|-----------------------------|
| Até um salário mínimo | 2,27 | 0,69 | 4,84 |
| Mais de 1 até 2 | 13,64 | 6,25 | 16,13 |
| Mais de 2 até 3 | 15,91 | 13,89 | 20,97 |
| Mais de 3 até 5 | 20,45 | 24,31 | 45,16 |

| | | | |
|--------------------------|------------|------------|------------|
| Mais de 5 até 10 | 34,09 | 25 | 3,23 |
| Mais de 10 até 15 | 6,82 | 19,44 | 8,06 |
| Mais de 20 | 2,27 | 4,86 | 1,61 |
| Não respondeu | 4,55 | 5,56 | 0 |
| Total | 100 | 100 | 100 |

No quesito renda mensal entre os “cotistas negros ou pardos” temos: 2,2% até um salário mínimo; 13,6% de um a dois salários mínimos; 15,9% de dois a três salários mínimos; 20,4% de três a cinco salários mínimos; 34% de cinco a dez salários mínimos; 6,8% de dez a quinze salários mínimos; 2,2% mais de vinte salários mínimos e 4,5% não responderam.

Entre os “não cotistas” temos: 0,6% até um salário mínimo, 6,2% de um a dois salários mínimos; 13,8% de dois a três salários mínimos; 24,3% de três a cinco salários mínimos; 25% de cinco a dez salários mínimos; 19,4% de dez a quinze salários mínimos; 4,8% mais de vinte salários mínimos e 5,5% não responderam. Se somarmos a faixa de três a cinco salários e a de cinco a dez das famílias “não cotistas” teremos quase 50% das famílias concentrada nesta faixa, o mesmo irá acontecer entre os “cotistas negros ou pardos” se somarmos estas faixas, dando um total de 54%.

Entre as duas categorias tivemos uma maior concentração entre cinco e dez salários mínimos. No entanto, entre os “não cotistas” a participação entre a renda de mais de vinte salários praticamente dobrou, o que evidencia que entre os “não cotistas” temos um percentual maior de pessoas com renda superior.

Para analisarmos melhor a situação dos “cotistas negros ou pardos” em relação aos “não cotistas” utilizaremos o estudo da UFF²¹ sobre estratificação por “cor” segundo a renda familiar:

| | Branca (%) | Preta (%) | Parda (%) |
|------------------------|------------|-----------|-----------|
| Salários mínimos | | | |
| Mais de 1 até 3 | 7,77 | 22,99 | 14,77 |
| De 3 até 5 | 14,17 | 23,64 | 20,79 |
| De 5 até 10 | 26,3 | 26,25 | 28,21 |
| De 10 até 20 | 27,94 | 16,27 | 22,12 |
| De 20 até 30 | 14,08 | 5,42 | 8,27 |

Fonte: Dados elaborados UFF

²¹ Dados retirados da tabela 20 –Distribuição percentual dos alunos da UFF por cor ou raça segundo a classe de rendimento familiar –Censo Étnico-Racial,2003.p.23

Os dados da UFF demonstram uma acentuada superioridade dos autodeclarados “brancos” em relação aos “pretos” e “pardos”, o que não acontece em relação a UENF, pois apesar dos “não cotistas” terem uma condição de renda superior aos “cotistas negros ou pardos” a diferença não é tão acentuada, exceto no caso dos “cotistas de rede pública” que apresentam-se numa situação inferior tanto em relação aos “não cotistas” quanto aos “cotistas negros e pardos”. Outro elemento comparativo também é que de maneira geral a condição de renda dos alunos da UFF é bem superior aos da UENF.

Pois se somarmos as faixas de 5 salários mínimos até mais de 20 salários nas diferentes categorias da UFF e UENF teremos, entre os alunos autodeclarados “brancos” da UFF 68,32% nestas faixas e se comparamos com a categoria “não cotista” da UENF teremos apenas 43,18% dos alunos nestas faixas.

Em relação à diferença da situação dos “pretos e pardos” da UFF e os “cotistas negros ou pardos” da UENF temos: 47,97% dos autodeclarados “pretos” e 58,6% dos “pardos” da UFF nestas faixas de renda contra 49,3% dos “cotistas negros ou pardos” da UENF, o que demonstra que a situação do “preto” e do “pardo” da UFF são diferentes e que a situação do “preto” é que mais se aproxima da realidade de renda dos negros e pardos da UENF.

Tabela 18 – Participação do estudante na vida econômica familiar

| Participação | Cotista negro ou pardo (%) | Não cotista (%) | Cotista de rede pública (%) |
|---|----------------------------|-----------------|-----------------------------|
| Você não trabalha e seus gastos são financiados | 79,03 | 81,25 | 79,55 |
| Você trabalha, mas recebe ajuda financeira | 6,45 | 4,86 | 9,09 |
| Você trabalha e é responsável pelo seu sustento | 0 | 2,78 | 2,27 |
| Você trabalha e contribui para o sustento da família | 9,68 | 6,25 | 6,82 |
| Você trabalha e é responsável pelo sustento da família | 3,23 | 0 | 0 |
| Não respondeu | 1,61 | 4,86 | 2,27 |
| Total | 100 | 100 | 100 |

A maioria dos estudantes não exerce atividade remunerada, 79,03% dos “cotistas negros ou pardos”, 79,55% dos “cotistas de rede pública” e 81,25% dos “não cotistas” estão nesta categoria. Neste item praticamente não existe diferença entre as diferentes

modalidades. Ou seja, a maioria dos alunos estão dedicando o tempo somente para os estudos. No entanto, a pesquisa demonstrou também que 36,3% dos “cotistas negros ou pardos” e 38,1% dos “não cotistas” pretendem fazer estágio remunerado durante o curso e também mostrou que 36,3% dos “cotistas negros ou pardos” e 38,1% dos “não cotistas” pretendem trabalhar em tempo parcial durante o curso.

Tabela 19 – Composição familiar

| Membros | Cotista negro ou pardo (%) | Não cotista (%) | Cotista de rede pública (%) |
|----------------------|----------------------------|-----------------|-----------------------------|
| Um | 0 | 0 | 0 |
| Dois | 2,27 | 5,56 | 8,06 |
| Três | 27,27 | 13,19 | 16,13 |
| Quatro | 38,64 | 36,11 | 41,94 |
| Cinco | 13,64 | 31,25 | 20,97 |
| Seis | 13,64 | 4,86 | 6,45 |
| Sete | 0 | 2,08 | 3,23 |
| Oito | 2,27 | 1,39 | 3,23 |
| Nove | 0 | 0 | 0 |
| Dez ou mais | 0 | 0,69 | 0 |
| Não respondeu | 2,27 | 4,86 | 0 |
| Total | 100 | 100 | 100 |

Em relação ao número de membros que compõem a família, vemos que nas diferentes categorias é a faixa de quatro membros que concentra o maior percentual. E também se somarmos as faixas de 3,4 e 5 membros veremos que a concentração entre as diferentes categorias se equiparam com 79,55% dos “cotistas negros ou pardos” nestas faixas, 79,04% dos “não cotistas” e 80,55% dos “cotistas de rede pública”.

Tabela 20 – Quem custeia as despesas com estudo, moradia, despesas pessoas e transporte

| Responsável | Cotista negro ou pardo (%) | Não cotista (%) | Cotista de rede pública (%) |
|----------------|----------------------------|-----------------|-----------------------------|
| Família | 81,82 | 78,47 | 85,48 |
| Ambos | 9,09 | 8,33 | 1,61 |

| | | | |
|----------------------|------------|------------|------------|
| Renda própria | 2,27 | 6,25 | 11,29 |
| Outros | 6,82 | 2,08 | 1,61 |
| Não respondeu | 0 | 4,86 | 0 |
| Total | 100 | 100 | 100 |

Entre os “não cotistas” 81,82% tem as despesas com estudo, moradia, transporte e custos pessoais custeados pela família, 9,0% também participam deste orçamento e apenas 2,2% se mantém sozinhos. Entre os “cotistas negros ou pardos” 78,4% são mantidos pela família, 8,3% participam do custeio, 6,2% se mantêm com renda própria, 4,8% não respondeu. Esses dados mostram que tanto entre os “cotistas negros ou pardos” quanto entre os “não cotistas” a grande maioria é mantido pela família, haja visto que também a maioria não trabalha. No caso dos “cotistas de rede pública” estes apesar de terem um grande percentual (até maior que as outras categorias) mantido pelas famílias tem também mais de 10% dos alunos mantidos com renda própria o que não acontece com as outras categorias.

Em síntese podemos analisar estes dados da seguinte maneira: que em relação a nível sócio-econômico não existe grande diferença entre os “cotistas negros ou pardos” e “não cotistas”, exceto o caso dos “cotistas de rede pública” que em algumas modalidades ficou um pouco em desvantagem aos demais (principalmente em relação aos dados econômicos) o que já se era de esperar uma vez que são alunos de rede pública que pressupõe que não tem condição financeira de bancar os estudos em escolas particulares.

Pelos dados observamos que a maioria das famílias estão concentrada na faixa de renda de três a dez salários mínimos, possuem moradia própria, os pais tem em sua maioria ensino médio completo e os estudantes não trabalham e dedicam o tempo integral para os estudos.

CAPÍTULO 6 – IDENTIDADE E DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA UENF

6.1 Identidade étnica/racial e as cotas: rompendo o preconceito

Percorrendo o *campus* e entrando em contato com o meu objeto é que pude perceber a profundidade desta política (cotas). Os caminhos e descaminhos de uma

cultura enraizada na idéia de “democracia racial” puderam ser observados em vários momentos empíricos desta pesquisa ficando evidente a não aceitação da condição (cor/negra) em muitos momentos. Outro fato observado foi o despreparo para lidar com a política e o oportunismo que também foi constatado.

Desta forma são estas as questões que procurarei dar conta neste capítulo iniciando por uma reflexão teórica em torno da questão da construção da identidade étnica/racial²² no Brasil, quando também num segundo momento irei fazer uma reflexão sobre o meu estudo de caso, analisando a construção da identidade no *campus*, a questão do preconceito e da inserção das cotas como elemento suscitador de uma construção identitária .

Quando falamos de identidade baseamos-nos na concepção teórica de Hall (2002) de que a identidade é um processo em formação que não parte apenas do indivíduo, mas de suas relações sociais, desta forma a construção da identidade étnica-racial negra no Brasil está se constituindo. A implementação de uma política focalizada para população negra, como é o caso da reserva de vagas na UENF faz oportuno o debate sobre a construção desta identidade, uma vez que esta tem por exigência a identificação, ou auto-identificação do indivíduo que será beneficiado pela política. Como poderemos identificar quem é negro no Brasil? Se somos um país de mestiços segundo a concepção dominante e amplamente disseminada na sociedade, portanto, é neste ponto que inserimos a questão da construção da identidade.

Sobre a discussão da questão identidade alguns autores tem indicado uma profunda mudança em torno da definição deste conceito, segundo Aurélio (2000) identidade significa caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa. No entanto, o que nos é pertinente discutir é a construção desses caracteres identificadores. A partir da relação do indivíduo com o meio é que podemos definir a identidade, pois não é a identidade um fator intrínseco apenas ao indivíduo, ela depende da relação com o meio.

Segundo Hall (1992) existem três concepções diferentes de identidade a do sujeito do iluminismo; a do sujeito sociológico e a do sujeito pós-moderno. Segundo a visão do sujeito do iluminismo a identidade era baseada na centralidade do indivíduo em relação à sociedade, a identidade era intrínseca ao indivíduo, já a noção sociológica

²² Segundo Munaga (2004:28) o conteúdo da raça é morfológico e da etnia é sociocultural, histórico psicológico [...] Uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum, têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão, uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território. Portanto, reportamos a idéia de etnia quando nos referimos a identidade, pois sugere justamente a idéia de construção social.

apontava para a relação entre o indivíduo e a cultura e a visão pós-moderna fala em múltiplas identidades e que ela não é permanente ela se modifica.

O indivíduo moderno não tem uma identidade formada ela é construída a partir de suas relações sociais. Hall (1992) afirma que a concepção de identidade do mundo moderno possibilita ao indivíduo ter múltiplas identidades.

Ainda segundo este autor a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de diferença. É partir deste processo de construção que podemos observar as transformações em relação à raça no Brasil.

Quando falamos de identidade e de transformações em relação ao pensamento sobre raça no Brasil é importante ressaltar o papel fundamental que os movimentos sociais desempenham. Segundo Todorov (1993) os movimentos sociais representam a relação entre a busca da identidade, sob todas as suas formas, nela incluindo o que chamamos de “corporativismo”, e a necessidade de alianças amplas no terreno das temáticas e dos setores sociais.

As reivindicações dos movimentos negros foram fundamentais para a consolidação de ações concretas direcionadas para as comunidades negras, tanto os movimentos nacionais como internacionais. Como sinaliza a bibliografia a III Conferência Mundial das Nações Unidas de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata que aconteceu em Durban na África do Sul em 2001 foi considerada para muitos teóricos como (Fry,2003:1) o momento em que o Brasil acordou com a estratégia de cotas raciais como política pública.

Como afirma Todorov (1993) as ações dos movimentos sociais politizam o conflito e buscam a inserção do debate no conjunto da sociedade. Dessa forma podemos dizer que estamos num processo novo em relação à construção da identidade racial no Brasil, um momento onde a sociedade passa a integrar a e repensar as relações raciais.

As transformações sociais agem diretamente na construção da identidade individual, como demonstra Giddens: “Nos ambientes da modernidade, por contraste, o eu alterado tem que ser explorado e construído como parte de um processo reflexivo de conectar mudança pessoal e social”.(2002:37)

Giddens fala das transformações que estão ocorrendo na modernidade e como elas interferem na construção da identidade, a partir deste pensamento podemos refletir

a seguinte questão: O que a política de cotas representa na construção da identidade do estudante beneficiado pela política? O que muda em relação a sua identidade?

A questão da construção da identidade do negro no Brasil passa por um caminho complexo, onde a sociedade e o Estado sempre contribuíram para que não houvesse uma distinção entre o pensamento “negro” e o pensamento “branco” e que o Brasil fosse visto como um “paraíso racial”, sem conflito de raças. No entanto, o que vimos na prática é que estes campos sempre foram bem distintos como podemos evidenciar a partir de alguns dados estatísticos. Por exemplo, as diferenças em anos de estudos evidenciadas ao longo da década de 1990, demonstram que os negros não conseguiram alcançar mais do que 70% da média de estudo dos brancos (Jaccound & Beghin, 2002).

Portanto, quando analisamos a história da população negra no Brasil observamos que esta está marcada por uma negação da raça, uma não identidade. Como dito anteriormente é somente a partir da década de setenta com a organização da população negra através do Movimento Negro Nacional é que podemos falar em uma construção de identidade racial negra. Desta forma é a partir desta visão que procuro observar a implementação da política de cotas e a construção da identidade na UENF.

Quando falamos de uma política direcionada para um grupo, é necessário entender as especificidades deste grupo, a razão de pertencimento, de ligação, de identidade, pois estes elementos são fundamentais quando se pensa num grupo.

Falar de identidade étnica/racial no Brasil é uma questão complexa, uma vez que sabemos que a nossa construção identitária foi baseada num discurso de homogeneização das raças. Desta forma a identificação está mais relacionada a miscigenação ficando difícil encontrar no discurso a identidade segregada, ou seja, de dois Brasis, o Brasil branco e o Brasil negro.

No caso da UENF podemos observar a partir das entrevistas realizadas com os alunos cotistas dos treze cursos, que mais da metade deles apesar de terem se beneficiado das cotas declararam-se contra a política de cotas. Será que estas pessoas não se identificam com a questão racial? Na verdade algumas pesquisas apontam que entre os negros que são contra a política de cotas a maioria é formada por pessoas de classe média e média alta, o que nos dá o indicativo que essas pessoas podem neste momento estar se identificando com a classe social a qual pertencem e não em relação à cor.

O caso da UENF vem corroborar com estas pesquisas, pois as justificativas dos alunos cotistas de posicionarem-se contra as cotas é realmente relacionada à questão de

classe como veremos no discurso de uma aluna cotista autodeclarada “parda” estudante de escola particular :

“ Eu sou contra...Porque eu acho que não tem que discriminar o branco eu acho que tinha que sim ter cota para escola pública, já existe cota para escola pública, para escola pública eu concordo, agora negro não, porque está discriminado do mesmo jeito. Antes discriminava negros agora discrimina branco aí continua a mesma coisa”

Neste caso observamos nitidamente que não existe uma identificação de cor/raça e que o discurso reflete a idéia de uma sociedade que a única estratificação é econômica, de classe.

Para tanto, o discurso desta aluna não é isolado, a totalidade dos alunos cotistas entrevistados demonstraram em suas falas mesmo quando favoráveis as cotas para “negros e pardos” que o problema é de classe e não de raça.

A fala de um aluno autodeclarado negro me chamou a atenção, observemos: “Eu sou a favor de uma política de cotas justa, não estipulando cor” e quando eu o pergunto o que você considera justo? Ele responde: “Justo é classe social, somente classe social”. A fala deste aluno em especial me chamou a atenção pelo fato de ter ele declarado que às vezes sofre preconceito, mas afirma que o preconceito que ele sofre não é de cor, mas pelo cabelo, pelo jeito de andar. O que podemos concluir é que este aluno sofre um processo de alienação racial²³ que o impede de enxergar o preconceito racial.

O fato dos alunos negros se posicionarem contra a política de cotas pode também ser explicado pela visão negativa de se (auto)-identificar-se com um grupo estigmatizado, desvalorizado frente à hegemonia “branca”.

Muitos alunos também alegam a dificuldade de se auto-identificar por cor, mesmo já tendo autodeclarado cor no processo seletivo, a fala desse estudante demonstra o conflito: “Honestamente, eu não sei dizer exatamente qual a minha cor,(risos) eu acho que é difícil o brasileiro que pode dizer sua cor. Porque eu sou mais para negro do que branco”. Neste texto mais uma vez identificamos a idéia de miscigenação presente na construção social de cor do brasileiro.

Outro fato pode ser constatado a partir da fala desta aluna cotista autodeclarada negra ou parda do curso de Licenciatura em Física quando perguntada se sofre algum tipo de preconceito por ser aluna cotista:

²³ Termo utilizado por Munanga (2004) quando se refere ao processo dominação branca.

“Não, até porque eu não sabia que eu tinha entrado por cotas, porque eu sou de escola particular e eu não sabia que pardo era considerado negro também, porque na minha certidão está pardo. Eu até pensei em colocar negro, falei não, eu vou botar pardo para não mentir. Aí quando eu fui saber pardo também é considerado negro.”

No entanto, esta aluna disse ter sofrido preconceito por parte de um professor que a considerou oportunista, vejamos o discurso:

“...teve um professor que tipo debochou da minha cara: “Ah! Você é cotista e você não é negra.” Aí eu fui e peguei a certidão e trouxe para ele...Ele achou que eu estava mentindo, entendeu? Que me autodeclarei negra sendo que eu não seria. Aí eu fui e trouxe a certidão, me senti humilhada porque não foi o caso, se tivesse sido talvez não sentiria assim e mostrei a ele.”

A humilhação que a aluna sentiu está relacionado a valores morais, a questão racial para ela não é significativa, uma vez que ela nem sabia que “pardos” tinha direito às cotas. O que está em jogo em relação à identidade é a “origem social” (BOURDIEU,1997,p.42 apud Nogueira & Nogueira,2004) ou seja, as pessoas agem orientadas por uma estrutura incorporada, um *habitus*²⁴, que refletiria as características da realidade social na qual foram anteriormente socializadas. Como a demarcação do campo “cor” em nossa sociedade nunca fez parte do *habitus* não será na universidade que ele irá aparecer.

6.2 Discriminação versus o discurso da igualdade

Uma outra questão abordada nas entrevistas é a questão do preconceito ou discriminação em relação à origem étnica/racial. Munanga define racismo como: “...o racismo é uma tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo são conseqüências diretas de suas características físicas ou biológicas”. (2004:24)

Observamos que quando perguntamos os entrevistados se estes já teriam sofrido algum tipo de discriminação ou preconceito relacionado à origem étnica-racial no ambiente universitário, a posição dos entrevistados é unânime, todos dizem nunca ter sofrido qualquer tipo de discriminação relacionado a origem étnica-racial.

²⁴ Ver BOURDIEU,Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro/Lisboa:Bertrand,1989.

No entanto, muitos deles afirmaram que alguns professores tratam diferente os alunos que tiram notas maiores. Veja a fala de um aluno cotista autodeclarado “pardo” estudante do curso de Engenharia de Petróleo: “Os professores dão uma atenção maior para os alunos que tiram médias maiores e excluem os com menores médias... ao invés de ser o contrário, auxiliar os que tem maior dificuldade.”

Este fato pode ser explicado através de uma interpretação bourdieuniana de “culto ao brilhantismo”, onde a escola tende a valorizar o capital cultural, pois as posições mais elevadas e prestigiosas dentro do sistema de ensino (definida em termos de disciplinas, cursos, ramos de ensino, estabelecimentos) tendem a ser ocupadas pelos indivíduos pertencentes aos grupos socialmente dominantes. Para Bourdieu, essa correlação nem é, obviamente, casual, nem se explica, exclusivamente, por diferenças objetivas (sobretudo econômicas) de oportunidade de acesso à escola (universidade). Segundo ele, por mais que se democratize o acesso ao ensino por meio da escola pública e gratuita, continuará existindo forte correlação entre desigualdades sociais, sobretudo culturais, e as desigualdades ou hierarquias internas ao sistema de ensino. (BOURDIEU, 1997, p.42 apud Nogueira & Nogueira, 2004:93).

O aluno citado acima também se referiu às dificuldades encontradas em relação ao seu desempenho acadêmico por ele ter estudado em escola pública e muitas matérias consideradas básicas para o curso ele não tinha estudado, o que o colocava numa situação desfavorável em relação aos colegas que vieram de escolas particulares.

O que podemos observar também é que entre os estudantes existe um discurso de que dentro da universidade, independente de ter entrado por cotas ou não tudo vai depender deles, ou seja, do esforço pessoal de cada um. Vejamos a fala de um aluno “não cotista” sobre o desempenho dos “cotistas” na universidade:

“...tem uma certa dificuldade sim, mas em comparação tem muita gente que entrou pela cota que corre atrás e vai muito bem, vai melhor do que quem não entrou por cotas, vai de cada um, porque teve muita gente que entrou favorecido pela cota mas não corre atrás, aí sim, estes ficam para trás.”

Analisando esta fala vemos que a questão gira em torno do mérito e da capacidade dos estudantes cotistas de superarem as dificuldades (que segundo eles estão relacionadas às questões econômicas). Um estudo realizado com afro-descendentes

freqüentadores de um curso pré-vestibular para negros e carentes²⁵ (PVNC) demonstrou a grande preocupação dessas pessoas de sofrerem preconceitos relativos ao mérito, a questão da cor aparece como elemento secundário na fala dos entrevistados como expõe o pesquisador existe a visão de que “os alunos que ingressarem na universidade pelas cotas carregariam a marca de terem burlado o esquema do mérito” (BRANDÃO: 2004, 153)

Um aluno cotista autodeclarado “pardo” quando perguntado se sofre discriminação (piadinhas) por ser cotista responde: “Não... porque às vezes tem um cara da cota que tirou nota maior do que a dele. Então não existe brincadeira existe até respeito. Não é cota é a dedicação do aluno.”

Portanto, o respeito deve ser conquistado, e todo aquele que se destacar no desempenho será respeitado, está claro nessas falas o que também foi encontrado no estudo do PVNC quando o autor conclui:

“Como suas colegas, parece saber que os negros que ingressam na universidade pelas cotas poderão ser tomados pelos brancos como não merecedores da vaga que ocupam. Para não confirmar esta discriminatória, restaria a este grupo superar suas dificuldades individuais e mostrar seu mérito ao fim”. (BRANDÃO: 2004, 155)

Quando vimos no capítulo anterior que o desempenho dos alunos cotistas se equiparam e em alguns casos até superam o dos “não cotistas”, na verdade estamos vendo a “batalha diária” de um grupo que muitas vezes reconhecem as suas dificuldades, mas que são impelidos a se superarem para serem “respeitados”, ou seja, estão rompendo a barreira da “ordem das coisas” (BOURDIEU,1997 apud BRANDÃO,2004:146)

7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfrentar as desigualdades raciais torna-se um imperativo ético-político-social neste século que se inaugura. É preciso romper com “o legado discriminatório, que tem negado à metade da população brasileira o pleno exercício de seus direitos e liberdades fundamentais. Afinal, somos iguais, mas diferentes e diferentes, mas sobretudo, iguais” (PIOVESAN: 2002,80 apud JACCOUD e BEGHIN:2002,65)

²⁵ Ver “Estudo sobre o mérito entre alunos do PVNC” – André Augusto P. Brandão (PENESB;5)

O caminho percorrido da democracia racial à ação afirmativa é uma estrada que está por ser construída, como afirma Brandão (2004): “ O mito da democracia racial opera de fato como uma ideologia no sentido mais clássico do termo, ou seja, como uma máscara que encobre a realidade das relações raciais no Brasil”. p.156

Apesar de estarmos diante de um fato inédito na história brasileira de reconhecimento das desigualdades o que vemos na implementação da política de cotas na UENF é que esta vem operar mais uma vez dentro dos meandros da velha ordem “*freyniana*”. Apesar da política marcar as diferenças e as desvantagens dos afro-descendentes estes não se reconhecem e não são reconhecidos enquanto tal, continuam acreditando que as desigualdades são provenientes de desigualdades naturais, ou seja, a idéia de seleção natural, sobrevivem os mais fortes e mais capazes. Esta também é a ordem do capitalismo de bases liberais, do culto ao individualismo, da valorização do mérito. Como então romper com esta barreira? O que concluímos de nossos estudos é que mesmo que a comunidade acadêmica e os próprios beneficiados pela política preferirem o modelo tradicional do mérito ou da política relacionada a diferenças econômicas o resultado é que neste ano de implementação da política de cotas foram inseridos 109 estudantes negros ou pardos num universo de 306 “brancos”, ou seja, esses dados irão contribuir para que num futuro próximo possamos mudar as estatísticas relacionadas à educação de “brancos” e “negros”²⁶. Como demonstra Brandão: “ ... o ingresso ao ensino superior é alcançado por somente 7,1% dos brasileiros entre 18 e 25 anos,mas entre os brancos nesta faixa de idade o acesso à universidade chega a 11,2%, enquanto que entre os negros não passa de 2,3%” (2004: 134)

Portanto, reconheço os avanços que esta política trouxe, não querendo ser mal interpretada e nem simplista nas minhas considerações, mas acredito que mesmo que os negros não se reconheçam e não sejam reconhecidos, mesmo que a comunidade acadêmica negue as desigualdades e continuem reproduzindo este discurso, o fato é que estes alunos “cotistas negros ou pardos” estão entrando na universidade e irão sair dela com um diploma, isto é inegável como este próprio estudo apontou e será a partir daí que teremos revertido o quadro das estatísticas desfavoráveis a população negra. Pois do que vale o discurso? Se estivermos modificando a prática. Como diz Marx e Engels:

²⁶ Incluem “pretos e pardos”

“Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência²⁷”. (2002:23)

Será que teremos que esperar mais 505 anos para (re)fazer o Brasil? Eu acredito na ação política como mecanismo transformador da sociedade, enquanto estivermos sonhando (idealizando) uma sociedade igualitária que nunca existiu estaremos assistindo o Brasil mais uma vez vencer o ranking das desigualdades sociais. É necessário agir, mudar a prática através da ação, pois assim quem sabe a consciência também muda.

8 – REFÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Almerindo Janela. “ Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-Nação e a emergência da regulação supranacional”. *Educação e Sociedade*. Campinas, ano XXII, p. 15-31, agosto 2001.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento Arruda. “ Dilemas do Brasil moderno: a questão racial na obra de Florestan Fernandes”. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB,1996,p.195-203.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed.,1999, p 85-141.

BERNARDINO, Joaze. “Ação afirmativa e a rediscussão do mito da Democracia Racial no Brasil”. *Estudos Afro: Asiáticos*, nº2, v.24. Rio de Janeiro, 2002

BIRMAN, Joel. ”Insuficientes, um esforço para sermos irmãos”, *Função Fraternal* (org.;Maria Rita Kehl), Rio de Janeiro:Relume-Dumará,2000.

BOWEN, William G. & BOK, Derek. *O Curso do Rio: um estudo sobre a ação afirmativa no acesso à universidade*. Rio de Janeiro: Garamond,2004.

²⁷ “ Não tem história,não tem desenvolvimento, são os homens que desenvolvem a sua produção material e o seu intercâmbio material que, ao mudarem esta sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos de seu pensamento” (Marx e Engels – *Ideologia Alemã*, 2002:23)

- BRANDÃO, André Augusto P. “Hierarquias ocupacionais entre brancos e negros em áreas metropolitanas pobres”. *Revista Univap*, v.10,nº18, 2003
- BRANDÃO, André Augusto P.; TEIXEIRA, Moema de Poli (Orgs.) *et al.*. Censo étnico-racial da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal de Mato Grosso: dados preliminares. Niterói: EdUFF, 2003.
- BRANDÃO, André Augusto P.. “ Discursos sobre o mérito entre alunos do PVNC”. In: __ (org). *Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira*. Niterói: EdUFF, 2004, p.131-158 (Cadernos PENESB; 5)
- BRAGA, Maria Lúcia de Santana. “ Roger Bastide, Paisagista”. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996, p.159-193.
- CARDOSO, Maria Cláudia. “Política de cotas: Frustrações”. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 02 jun. 2003, p.6
- CARVALHO, Ailton Mota de. Casa grande e insensata: reflexões sobre a discriminação racial e social no Brasil. *Cadernos de filosofia e ciências Humanas*. Belo Horizonte, ano V, n.8, abril 1997. p. 97-102.
- CARVALHO. José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CASTELLS, Manuel. “A construção da identidade e nações e nacionalistas”, *O poder da identidade*, São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004
- CHIAVENATO, Júlio José. *O golpe de 64 e a ditadura militar*. São Paulo: Moderna, 1994.

- CRISTOVAM e as cotas. *Jornal o Globo*. Rio de Janeiro, 23 fev de 2003. p.33
- DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco,2000.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*, São Paulo: Cia das Letras,1990.
- DEMO, Pedro. “Política social do conhecimento e educação”.*Revista Brasileira de Política e administração da educação*. Brasília, v.14,n.2,p.175-193, jul/dez.1998.
- DURHAM, Eunice. “Desigualdade Educacional e cotas para negros nas Universidades”. *Novos estudos SEBRAP*.Brasília, nº66, p.3-22,2003.
- FLEURY, Sônia. *Estado sem cidadãos*. Rio de Janeiro: Fiocruz,1994.
- FRY, Peter & MAGGIE, Yvonne. “Questões de taxonomia, ou como o Brasil se tornou um país de branco e negro na era das cotas”. Comunicação apresentando no GT “Relações Raciais e Etnicidade” na XXIII Reunião Anual da ANPOCS, Caxambu, 21-25 de outubro de 2003.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p.17-38,168-223
- GOMES, Joaquim Barbosa. *Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade*. Rio de Janeiro: Ed. São Paulo, 1992.
- GOMES, Joaquim Barbosa. "O debate constitucional sobre ações afirmativas". In: SANTOS, Renato Emerson dos & LOBATO, Fátima (orgs.). *Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A,2003 (Coleção políticas da cor)
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. “Cor, Classes E Status nos estudos de Pierson, Azevedo e Harris na Bahia”. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB,1996,p.143-157.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Ed.34,2002.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. " Ações afirmativas para população negra nas universidades brasileiras. In: SANTOS, Renato Emerson dos & LOBATO, Fátima (orgs.). *Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A,2003 (Coleção políticas da cor)

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*, Rio de Janeiro: DP&A ed.,2002.

HASENBALG, Carlos. "Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB,1996,p.235-249.

JACCOUD, Luciana & BEGHIN, Nathalie. *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília: IPEA,2002.

JR, Henrique Cunha. "Política de Cotas e alguns porquês". *Revista Espaço Acadêmico*. São Paulo, ano II, n.13, junho de 2003.

LABRA, M. E. *Análise de Políticas, Modos de Policy-Making e Intermediação de interesses*. Uma revisão. Rio de Janeiro:1999.

LINDBLOM, C.E.. *O processo de decisão política*. Brasília: Ed. UNB,1980.

LOBATO, L. Algumas considerações sobre a representação de interesses no processo de formulação de políticas públicas. *Revista de Administração Pública*. Fundação Getúlio Vargas, vol 31, nº1, jan/fev,1997.

MARTINS, Roberto Borges Martins. " desigualdades raciais e políticas de inclusão racial: um sumário da experiência brasileira recente". *Políticas Sociais*", Santiago de Chile, n.82,p.1-69, abril de 2004.

- MARX , Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2001.
- MARX , Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã*. Tradução de Silvío Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2002.
- MIGUEL, Luis Felipe. “ A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo”. *Revista Dados*.v. 45, n.3, 2002. p.483-512.
- MOEHLECKE, Sabrina. “Ação Afirmativa: História e debates no Brasil”. *Cadernos de Pesquisa*. Nº177, São Paulo nov. 2002.
- MONTENEGRO, Antonia Maria Rocha. “Política Social: velhos problemas! Novas roupagens?” *Cadernos de filosofia e ciências Humanas*. Belo Horizonte, ano V, n.8, abril 1997. p.18-29.
- MUNANGA, Kabengele. “ Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia”. In: BRANDÃO, André Augusto P.(org). *Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira*. Niterói: EdUFF, 2004, p.15-35 (Cadernos PENESB; 5)
- NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- NOGUEIRA, Maria Alice e NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. *Bourdieu & a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- OSÓRIO, Rafael Guerreiro. O sistema Classificatório de “cor ou raça” do IBGE. *Texto para Discussão*, nº 996, Brasília, novembro de 2003.
- PRAXEDES, Rosângela Rosa & PRAXEDES, Walter Lúcio de Alencar.. “Marxismo e política de cotas”. *Revista Espaço Acadêmico*. São Paulo, ano II, n.22, março de 2003.

PRESIDENTE do Supremo defende cotas para negros. *Correio Brasiliense*, Brasília, 06 set. 2001

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação Brasileira*. São Paulo: Autores Associados, 1993.

RIO DE JANEIRO. Decreto-lei n. 29.090, de 30 de agosto de 2001. Disciplina o sistema de acompanhamento do desempenho dos estudantes do ensino médio mantido pelo poder público e dá outras providências. *Diário Oficial [do Estado do Rio de Janeiro]*, Rio de Janeiro, 3 set. 2001.

_____. Decreto-lei n. 30.766 de 04 de março de 2002. Disciplina o sistema de cotas para negros e pardos no acesso à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e à Universidade Estadual do Norte Fluminense e dá outras providências. *Diário Oficial [do Estado do Rio de Janeiro]*, Rio de Janeiro, p. 4 , 5 mar. 2002.

_____. Decreto-lei n. 31.468, de 04 de junho de 2002. Regulamenta a implantação do sistema de acompanhamento do desempenho dos estudantes do ensino médio mantido pelo poder público e dá outras providências. *Diário Oficial [do Estado do Rio de Janeiro]*, Rio de Janeiro, p. 04 e 05, 5 jun. 2002.

_____. Lei n. 3.524, de 28 de dezembro de 2000. Dispõe sobre os critérios de seleção e admissão de estudantes da rede pública estadual de ensino em universidades públicas e dá outras providências. *Diário Oficial [do Estado do Rio de Janeiro]*, Rio de Janeiro, 29 dez. 2000.

_____. Lei n. 3.708, de 09 de novembro de 2001. Institui cotas de até 40% (quarenta por cento) para as populações negra e parda no acesso no acesso à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade Estadual do Norte Fluminense e dá outras providências. *Diário Oficial [do Estado do Rio de Janeiro]*, Rio de Janeiro, 13 nov. 2001.

_____. Lei n. 4.151, de 04 de setembro de 2003. Institui nova disciplina sobre o sistema de cotas para ingresso nas universidades públicas estaduais e dá outras

- providências. *Diário Oficial [do Estado do Rio de Janeiro]*, Rio de Janeiro, 5 set. 2001.
- ROCHA, Sônia. *Pobreza no Brasil – afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003
- RUFINO, Joel. “ O negro como lugar”. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB,1996,p.219-233.
- SANSONE, Lívio. “As relações raciais em Casa-Grande & Senzala revisitadas à luz do processo de internacionalização e globalização”. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB,1996,p.207-217.
- SANTOS, Renato Emerson dos & LOBATO, Fátima (orgs.). *Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A,2003 (Coleção políticas da cor)
- SANTOS, Sales Augusto dos. Ação afirmativa e mérito individual. In: SANTOS, Renato Emerson dos & LOBATO, Fátima (orgs.). *Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A,2003 (Coleção políticas da cor)
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, Alexandre Vitorino. *O desafio das ações afirmativas no direito brasileiro*. Disponível na internet via <http://www.jusnavigandi.com.br> Acesso em 05 e set. 2003.
- SISS, Ahyas. *Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa: razões históricas*. Niterói: Penesb,2003.

SMIDERLE, Carlos Gustavo Sarmet Moreira. *UENF e Campos, encontro de dois mundos: uma etnografia da interação entre a coletividade da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e a sociedade de Campos dos Goytacazes (RJ), 2002-2004*. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2004. 182 p.

SOUZA, Jessé. “Democracia racial e multiculturalismo: a ambivalente singularidade cultural brasileira. *Estudos Afro-asiáticos*., nº 38, Rio de Janeiro dez. 2000.

TELLES, Edward. *Racismo à Brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ Fundação Ford, 2003.

TELLES, Vera da Silva. *Direitos Sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

TOCQUEVILLE, Aléxis de. *A democracia na América*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Sub-Reitoria de graduação. Departamento de seleção acadêmica. *Sade 2003 UERJ-UENF: exame de qualificação, manual do candidato*. Rio de Janeiro, 2003.

_____. *Sade 2003 UERJ-UENF: exame discursivo, manual do candidato*. Rio de Janeiro, 2003.

VIEIRA, Andréa Lopes da Costa. “Estado e sociedade civil: políticas sociais, participação política e ação afirmativa (uma reflexão sobre a influência da sociedade civil no combate à desigualdade racial no Brasil)”. Comunicação apresentada no GT “Relações Raciais e Etnicidade” na XXVII Reunião da ANPOCS, ago 2003, Caxambu, Minas Gerais, agosto, 2003.

VIEIRA, Liszt. *Cidadania e Globalização*. São Paulo: Record, 1999.

Sites:

[http://: www.alerj.gov.br](http://www.alerj.gov.br)

[http://: www.ibge.com.br](http://www.ibge.com.br)

9. APÊNDICE

9.1 Roteiro das Entrevistas

- Idade
- Condição em relação às cotas
- Qual a sua cor
- Qual a cor dos pais
- Porque escolheu esse curso
- Qual a profissão dos pais
- Lugar onde mora
- Contar a história de vida até chegar na UENF
- Como é a relação com os colegas
- Como é a relação com os professores
- Como você e os colegas tratam os alunos cotistas
- Como os professores tratam os alunos cotistas
- Quais as dificuldades para acompanhar o curso? Explicar porque
- Qual a perspectiva em relação ao mercado de trabalho – Se cotista, se acha que pode sofrer preconceito no mercado de trabalho.
- Qual a opinião sobre a política de cotas

9.2 Modelo do questionário

Identificação

1. Curso _____

2. Você foi beneficiado pela política de cotas?

- Sim, cotas para escola pública
- Sim, cotas para negros ou pardos
- Não
- Não respondeu

3. Ano e semestre de ingresso _____

4. Qual a sua idade? _____

5. Qual o seu sexo?

- Masculino
- Feminino
- Não respondeu

6. Qual o seu estado civil?

- Solteiro
- Casado
- Outros
- Não respondeu

7. Qual o local de sua residência?

- Reside em Campos
- Residi só para estudar
- Reside em cidade vizinha tendo que viajar todos os dias para estudar
- Outros
- Não respondeu

Perfil Acadêmico

8. Qual o tipo de estabelecimento que cursou o ensino fundamental?

- Todo em escola pública
- Todo em escola particular
- Maior parte em escola pública
- Maior parte em escola particular
- Outros
- Não respondeu

9. Qual o tipo de estabelecimento que cursou o ensino médio?

- Todo em escola pública
- Todo em escola particular
- Maior parte em escola pública
- Maior parte em escola particular

- Outros
- Não respondeu

10. Em que turno cursou o ensino médio?

- Todo no diurno
- Maior parte nodiurno
- Todo no noturno
- Maior parte no noturno
- Não respondeu

11. Já cursou anteriormente algum curso superior?

- Sim
- Não

12. Já tentou vestibular anteriormente?

- Não
- Sim, mas não obtive classificação do curso desejado.
- Sim, fui classificado (a) para o curso desejado mas não para a instituição
- Sim, mas mudei de idéia quanto ao curso
- Sim, mas não pude arcar com as despesas
- Sim, outra situação
- Não respondeu

13. Você frequentou curso pré-vestibular?

- Não
- Sim, gratuito
- Sim, pago por um semestre
- Sim, pago por um ano
- Sim, pago por mais de um ano
- Não respondeu

14. Porque escolheu a UENF?

- É a única que oferece o curso pretendido
- É a que oferece o melhor curso pretendido
- É a que oferece horário mais adequado
- É pouco procurada, o que torna mais fácil a classificação
- É para onde deve ir a maioria dos meus amigos
- É o de mais fácil acesso
- É gratuita
- Outros
- Não respondeu

15. O que você espera de um curso universitário?

- Cultura geral ampla
- Formação voltada para o mercado de trabalho
- Formação teórica voltada para a pesquisa
- Formação acadêmica para melhorar a atividade prática
- Conhecimentos que permitam compreender melhor o mundo em que vivemos
- Não respondeu

16. Você domina uma língua estrangeira?

- Sim, fluentemente
- Sim, razoavelmente e quero aprofundar
- Sim, razoavelmente e não quero aprofundar
- Não, mais gostaria de aprender
- Não e não sinto necessidade de aprender
- Não respondeu

Perfil Sócio-Econômico

17. Qual a escolaridade de seu pai?

- Nenhum ano de estudo
- Menos que a 4ª série do 1º grau
- 4ª série completa
- Mais que a 4ª e menos que a 8ª série
- 1º grau completo
- 2º grau completo
- 2º grau incompleto
- Superior incompleto
- Superior completo
- Não respondeu

18. Qual a escolaridade de sua mãe?

- Nenhum ano de estudo
- Menos que a 4ª série do 1º grau
- 4ª série completa
- Mais que a 4ª e menos que a 8ª série
- 1º grau completo
- 2º grau completo
- 2º grau incompleto
- Superior incompleto
- Superior completo
- Não respondeu

19. Qual é a situação da moradia de sua família?

- É própria, já quitada
- É própria, não acabou de pagar

- É alugada
- É cedida
- Tem outra forma de ocupação
- Não respondeu

20. Quantos automóveis (carros e motos) tem sua família?

- Não tem automóvel
- Tem um automóvel
- Tem dois automóveis
- tem mais de dois automóveis
- Não respondeu

21. Sua família possui aparelho telefônico?

- Não tem telefone
- Tem um telefone
- Aluga um telefone
- Telefone móvel
- Não respondeu

22. Qual o nível de renda da sua família em salários mínimos?

- Até um salário mínimo
- Mais de 1 até 2
- Mais de 2 até 3
- Mais de 3 até 5
- Mais de 5 até 10
- Mais de 10 até 15
- Mais de 20
- Não respondeu

23. Qual a sua participação na vida econômica de sua família?

- Você não trabalha e seus gastos são financiados
- Você trabalha, mas recebe ajuda financeira
- Você trabalha e é responsável pelo seu sustento
- Você trabalha e contribui para o sustento da família
- Você trabalha e é responsável pelo sustento da família
- Não respondeu

24. De quantos membros é composta a sua família? _____

25. Quem custeia suas despesas com estudo, moradia, despesas pessoais e transporte?

- Família
- Ambos
- Renda própria
- Não respondeu

